

JAIR ANTUNES

**MARX E O ÚLTIMO ENGELS:
O MODO DE PRODUÇÃO ASIÁTICO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de Filosofia do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas sob a orientação do
Prof. Dr. Alcides Héctor Rodriguez Benoit.

Este exemplar corresponde à redação
final da Dissertação defendida e
aprovada pela Comissão Julgadora
em 27/11/2003

BANCA

Prof. Dr. Alcides Héctor Rodriguez Benoit (orientador)

Prof. Dr. Fernando Antonio Novais (membro)

Prof. Dr. Plínio Soares de Arruda Sampaio Júnior (membro)

Novembro/2003

NIDADE IL
CHAMADA IL/Unicamp
An 89 m
EX
OMBO BCT 57821
ROC 16-117-09
D 1
PREÇO 11,00
DATA 14/04/2004
Nº CPD _____

CM00196704-3

Bibid: 314346

**FICHA CATALOGRÁFIA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH**

Antunes, Jair

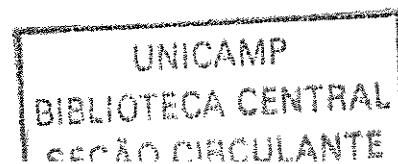
**An 89 m Marx e o último Engels: o modo de produção asiático / Jair
Antunes - - Campinas, SP : [s.n.], 2003.**

Orientador: Alcides Héctor Rodriguez Benoit.

**Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Marx, Karl, 1818-1883. 2. Engels, Friedrich, 1820-1895.
3. Despotismo - Ásia. 4. Incas - História. 5. Astecas - História.
6. Civilização micênica. 7. Sociedade primitiva. 8. Comunidade
Agrícola. I. Benoit, Alcides Héctor Rodriguez. II. Universidade
Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
III. Título.**

*Aos meus pais, Albino e Quisela, e ao meu
irmão Jadir por me apoiarem sempre.*



Agradecimentos

Gostaria de agradecer a presença dos professores Pedro Paulo de Abreu Funari e Héctor Hernann Bruit que participaram da banca de qualificação e contribuíram com algumas modificações para o trabalho final. Gostaria de agradecer também aos professores Fernando Antonio Novais e Plínio Abreu de Arruda Sampaio Júnior pela participação na defesa final e pelas gratas sugestões por eles apresentadas para o enriquecimento do trabalho. Agradeço, em especial, ao professor Héctor Benoit pela sugestão do tema, pelos inúmeros cursos por ele ministrados e que muito contribuíram para que eu pudesse esclarecer muitos pontos com relação ao tema abordado. Gostaria de agradecer também pelos textos inéditos que me confiou e que foram fundamentais para que conseguisse compreender a categoria de História Universal em Marx, bem como a categoria de Modo de Produção Asiático e desta como uma forma universalmente posta nas origens de grande parte das sociedades em geral, além da diferenciação entre casta e classe social e o conceito de “país atrasado”.

“O modo como os homens produzem os seus meios de vida depende, em primeiro lugar, da natureza dos próprios meios de vida encontrados e a reproduzir. Este modo da produção não deve ser considerado no seu mero aspecto de reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se já, isso sim, de uma forma determinada da atividade destes indivíduos, de uma forma determinada de exprimirem a sua vida, de um determinado *modo de vida* dos mesmos. Como exprimem a sua vida, assim os indivíduos são. Aquilo que eles são coincide, portanto, com a sua produção, com o *que* e também com o *como* produzem. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais de sua produção”.

Die deutsche Ideologie

SUMÁRIO

Resumo	12
Introdução	14

Capítulo I

Análise de <i>A Origem da Família, da propriedade privada e do Estado</i>, de Engels	18
1 - Engels e as etapas históricas necessárias da evolução humana	18
2 - Marx e a obra de Morgan (<i>Ancient Society</i>)	22
3 - Engels e <i>A Origem da Família, da Propriedade privada e do Estado</i>	23
3.1 - A comunidade gentílica iroquesa é a forma “universal” de passagem à sociedade de classes	23
3.2 - O processo de formação do Estado na concepção de Engels	30
3.3 - A formação do Estado entre romanos e germanos (segundo Engels)	37
3.4 - O escravo <i>mercadoria</i> surge na fase <i>média</i> da barbárie e inclui os povos asiáticos	39
4 - Comparação entre a obra de Morgan (<i>Ancient Society</i>), o <i>fichamento</i> que Marx fez desta obra e <i>A Origem da Família...</i> , de Engels	41

Capítulo II

Formas que Precedem a Produção Capitalista

ou:

O processo de desenvolvimento histórico que nega a propriedade à grande massa da população e origina o capital em Marx	46
1- As primeiras formas de organização social - “comunidade humana” (tribo)	48
2 - A forma antiga clássica	50
3 - A forma germânica	62
4 - O processo total (Gesamt) de desenvolvimento histórico	64
4.1 - Definição de “propriedade” em sua forma <i>originária</i>	77
4.2 - O processo de dissolução (negação da propriedade à massa) das várias formas em que o indivíduo comporta-se com as condições objetivas de existência como proprietário (a acumulação originária de capital - die ursprüngliche Akkumulation des Kapitals)	79
4.3 - O processo de formação do Capital	85
4.4 - O papel do dinheiro na formação do Capital	89
4.5 - Definição de “Capital”	105

Capítulo III

O Modo de Produção Asiático	108
1 – Os primeiros escritos de Marx e as referências às sociedades asiáticas	108
2 – As análises de Marx sobre a Índia	112
2.1 – Aspectos geográficos, físicos e climáticos da Ásia	112
2.2 – A formação das sociedades asiáticas	114
2.3 – O Estado despótico centralizado	117
2.4 – As aldeias comunais	117
2.5 – A ausência de história na Índia	121
2.6 – A chegada da história na Índia	125
3 – A formação social de tipo “asiático” em outras sociedades (fora da Ásia)	129
3.1 - Grécia: a civilização Creto-micênica	131
3.2 - As formas sociais de tipo “asiático” na América (Astecas – Incas)	137
3.3 - A “comuna agrícola” germânica e eslava (as possibilidades do desenvolvimento russo para o socialismo a partir de sua <i>comuna rural</i>)	141
 Conclusão	 151
 Bibliografia	 156

Resumo

Marx faz referências à forma social asiática desde seus primeiros trabalhos. Refere-se, por exemplo, à forma despótica de governo, ao caráter “patriarcal” da escravidão e, principalmente, ao rígido sistema de castas que mantinha imutáveis as relações sociais na Ásia. Formulou, assim, a categoria de *modo de produção asiático* que, de modo geral, está na origem de todas as sociedades. Esta categoria permeou as teorias de Marx sobre a história da humanidade até sua morte.

Engels, no entanto, não utiliza esta categoria em sua obra *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, caracterizando a Ásia como um continente que estaria ainda na *comunidade primitiva*. A ausência dessa categoria na obra do “último” Engels possibilitou a Stalin, por exemplo, não caracterizar a Rússia e a China, antes da revolução proletária em 1917, como “asiáticas”, suprimindo o caráter imutável destas sociedades, inaugurando a era dos “estágios” na teoria marxista, dogmatizando a concepção de história de Marx.

Abstract

Marx makes references to the Asian social form since his first works. He refers, for example, to the despotic form of government to the “patriarchal” character of slavery and, mainly, to the rigid system of castes which the social relations immutable in Asia. He formulated, thus, the category of the Asian way of production, which is, in general, in the origin of all societies. This category permeated the theories of Marx about the history of mankind until his death.

Engels, nevertheless, doesn't use it in this work *The Origin of the Family, Private Property and the State*, characterizing Asia as a continent that would still be in the *primitive community*. The absence of this category in the work of the “last” Engels made it possible for Stalin, for example, not to characterize Russia and China before the proletarian revolution in 1917, like “asiatics” and to suppress the immutable character of these societies initiating the era of the “stages” in the marxist theory, dogmatizing marxist conception of history.

Introdução:

O desenvolvimento das forças produtivas no continente asiático durante milênios transcorreu de forma bem mais lenta do que na Europa ocidental. Isto ocorreu devido às grandes distâncias que separavam as milhares de comunidades aldeãs umas das outras na Ásia. Estas longas distâncias impediam a comunicação constante entre elas que, por sua vez, impediam o intercâmbio regular de produtos, impedindo o desenvolvimento das forças produtivas, mantendo os habitantes das aldeias em um baixo nível cultural e as forças produtivas totalmente estagnadas. O nexos entre elas vinha do Estado que aparecia como o organizador das obras comuns (em especial as de irrigação).

Na Ásia, o rei, o déspota, era o grande representante político do Estado e era, por conseguinte, o proprietário de todas as terras do país e as outorgava em usufruto às comunidades aldeãs, base da estrutura econômica e social destes Estados.

Se a imponente estrutura política destas sociedades despóticas causava grande admiração e deslumbre a todos que para ali viajavam, sua base social causava espanto e até mesmo indignação, pois, as comunidades aldeãs viviam numa pacatez total, uma passividade tão grande com relação aos assuntos políticos do Estado que pouco lhes importava a quem ou a que povo estava entregue o poder político do Estado. Pagavam seu tributo ao Estado sem lhes interessar mais do que saber se naqueles dias o tempo estaria bom ou não para fazer a colheita e ou a nova plantação. Eram totalmente auto-suficientes, pois, estavam organizadas, as aldeias, numa combinação entre trabalho artesanal e agricultura *internas* à comunidade, necessitando da ajuda do Estado apenas no que tange às obras públicas, principalmente as relacionadas às obras de irrigação, que sempre foram fundamentais para a possibilidade de produção agrícola naquelas regiões desérticas da Ásia que, cortadas por rios que percorrem milhares de quilômetros, banham as margens próximas, fertilizando o solo, como no caso, por exemplo, dos povos mesopotâmicos banhados pelos rios Tigre e Eufrates, do Egito pelo Nilo, da Índia pelo Hindo e o Ganges, da China pelos rios Azul e Amarelo, etc.

Estas comunidades estavam submetidas a uma rígida hierarquia social, com um *sistema de castas* que tornava hereditária a profissão de cada indivíduo, enrijecendo a divisão social do trabalho que, por sua vez, impossibilitava a apropriação privada e a divisão em

classes sociais antagônicas entre si. Impossibilitava também a transformação dos produtos agrícolas e artesanais em mercadorias porque estes eram produzidos somente para o consumo interno da própria comunidade, além de um excedente que era entregue ao Estado na forma de tributo, que poderiam, aí sim, estes produtos, agora nas mãos do Estado, transformar-se em mercadorias para serem comercializadas com o estrangeiro ou, então, serem consumidos pelo próprio déspota e seu séquito.

Além do sistema de castas, também as grandes extensões e a falta de comunicações entre as comunidades contribuíam para tornar estas aldeias auto-suficientes em um “pequeno mundo à parte”, impossibilitando o desenvolvimento das forças produtivas. Estas “pequenas comunidades idílicas” possuíam cultos grosseiros à natureza, sem romperem sua ligação *natural* com ela.

Estas formas de organização social que possuíam um rígido sistema de castas somente foram arrancadas de sua passividade milenar e jogadas ao turbilhão da história da luta de classes quando foram subjugadas pelo conquistador europeu, tanto na Ásia quanto também aqui na América.

Karl Marx conhecia a forma de estrutura social destes vários Estados asiáticos. Faz referência ao sistema de castas e à imutabilidade da Ásia, por exemplo, desde seus primeiros trabalhos, como na *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, escrita entre 1841-43, em *A Ideologia Alemã*, escrita em 1845, mas publicada somente em 1939 e, principalmente, em *A Miséria da Filosofia*, publicada no início de 1847. No final de 1847, Marx, juntamente com Engels, escreve *O Manifesto Comunista*, onde descreve as classes que durante toda a história travaram uma luta incessante. Desta história, a história da *luta de classes*, ficaram excluídos tanto o período da comunidade primitiva como os Estados asiáticos antigos.

Em 1859, em *Para a Crítica da Economia Política*, Marx expõe, de forma sintética, sua *teoria da história*. Refere-se ali a um “Modo de Produção Asiático”, deixando, assim, bem claro que ele, Marx, caracterizava os Estados da Ásia de forma muito diferente dos Estados da Antigüidade clássica greco-romana, por exemplo, que ele caracterizava como um “Modo de Produção Antigo”. Em *O Capital*, sua obra principal, faz, em diversos momentos, faz referências aos “modos de produção da velha Ásia”.

No entanto, Friedrich Engels, amigo e companheiro de Marx por mais de quarenta anos, escreveu, um ano após a morte de Marx, uma obra – *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* – sem referir-se à categoria de *modo de produção asiático*, e que possibilitou a determinadas correntes dentro do marxismo fazer uma interpretação “evolucionista” das teorias de Marx, pois, ao escrever esta obra, Engels afirmou estar ali *executando um testamento*. Segundo Engels, Marx queria ter exposto *pessoalmente* os resultados das investigações sobre a obra de L. H. Morgan, *Ancient Society*, obra na qual Engels baseia-se para escrever sua própria obra.

Esta categoria de modo de produção asiático foi excluída também da história oficial da União Soviética a partir de 1928, quando o VI Congresso do Partido Comunista declarou ser errônea a aplicação desta categoria ao passado da Rússia e da China. Posteriormente, em 1930/31, em alguns congressos sobre “história” realizados na própria União Soviética, este conceito foi definitivamente excluído da história “marxista”.

Segundo Gianni Sofri, em *Il modo de produzione asiatico*, as razões para a exclusão desta categoria de Marx pela historiografia soviética tinham o objetivo de justificar as políticas adotadas pelo Komintern com relação à revolução na China e combater as teorias que acusavam o governo soviético de um possível retorno ao passado “asiático” da Rússia, ou seja, a um passado onde o *tzar* detinha o poder absoluto sobre o destino dos habitantes de toda a Rússia.¹

A partir da década de 1950 surgiram vários trabalhos no sentido de tentar resgatar esta categoria que Marx havia proposto para compreender a forma de organização social dos Estados asiáticos. O autor que primeiro retomou o assunto foi Karl Wittfogel (*Le Despotisme Oriental*), e acusou o governo soviético de promover um “retorno” do país ao passado despótico da Rússia, apresentando Stalin como um *déspota* que teria aberto mão de todos os artifícios para manter-se no poder, instituindo até mesmo um “culto à personalidade”, que era característico dos grandes déspotas orientais.²

¹ Cf. SOFRI, Gianni. *O Modo de Produção Asiático: história de uma controvérsia marxista*. RJ. Paz e Terra. 1977, p.91.

² Wittfogel, em *Despotismo oriental*, no capítulo III (um Estado mais forte que a sociedade) fala sobre a forma como os governantes “asiáticos” agiam para manter-se, a qualquer custo, no poder: “o governo despótico usou todos os recursos militares para acabar com os grupos que rivalizavam seu poder em determinadas regiões e, através de um aparelho burocrático, não permitiu a ascensão de novos grupos” (p.71). Mais à frente: “o governo

Posteriormente, nas décadas de 60 e 70, outros autores retomaram a discussão à respeito do modo de produção asiático como, por exemplo, Maurice Godelier, F. Tökei, J. Chesnaux, C. Parain, D. D. Kosambi, J. Suret-Canale, E. J. Hosbawm, Gianni Sofri, Roger Bartra, Ciro Flamarion Cardoso, entre outros.

Como veremos no capítulo III, esta forma social de tipo “asiática” que Marx definiu como “modo de produção asiático”, não era uma forma de organização social exclusivamente *asiática* (em termos geográficos). Marx diz que ela é uma forma social que existiu também na Grécia antiga, em Roma, entre os germanos, os eslavos e mesmo na América, com os povos Incas e Astecas.

que exerce completa autoridade administrativa direta, judicial, militar e fiscal, pode empregar seu poder para fazer qualquer lei que ele e seus ajudantes julguem conveniente” (p.128). Nas “sociedades hidráulicas” (asiáticas) “os governantes criam, mantêm e modificam [a constituição] não como agentes controlados pela sociedade, mas como seus donos” (p.121). WITTFOGEL, Karl. *Despotismo Oriental: estudio comparativo do poder totalitário*. Madrid. Ed. Guadarrama, 1966. Sabe-se que Wittfogel, além de excelente sinólogo, foi membro do Partido Comunista, mas suas críticas ao governo de Stalin o obrigaram a migrar para os EUA, tornando-se, então, um dos mais férreos críticos do governo “totalitário” de Stalin. Não por acaso o subtítulo de sua obra é “estudo comparativo do poder totalitário”. Estas críticas assemelhavam-se em muitos aspectos ao que já vinha fazendo Trotsky desde a década de 20 até ser assassinado em 1940.

Capítulo I

Análise de *A Origem da Família, da propriedade Privada e do Estado*, de Engels

1 – Engels e as etapas históricas necessárias da evolução humana

Nas últimas décadas tem se desenvolvido no interior dos estudos históricos uma forte concepção de que não há mais história universal, de que nunca houve história universal, que é impossível conceber racional e cientificamente o próprio passado do homem de maneira *totalizante*. Nada parece ter maior aceitação no interior da História do que as práticas de estudo do cotidiano, da vida privada, do corriqueiro e de tudo que esteja desligado da história concebida como história universal. Há uma concepção generalizada no campo da História de que é impossível à razão humana formular qualquer lei universalizante sobre a história, que é impossível à razão humana totalizar as múltiplas particularidades. Assim sendo, a história aparece sempre como uma história multifacetada, compartimentada, motivada pelo arbítrio e a casualidade.

A esta crítica da *totalidade* naturalmente não poderia escapar Marx com sua concepção de que toda a história da humanidade (exposta em *O Manifesto Comunista*) teria sido até os nossos dias a história da luta de classes. Um dos argumentos utilizados pelos críticos de Marx a esta concepção universalizante da história baseia-se no fato de que Marx, em 1848, data da publicação do *Manifesto*, não estaria suficientemente informado sobre a chamada “pré-história da humanidade”, sobre o período em que *inexistia a escrita* e, portanto, pouco se sabia sobre esta fase da “história”.

Como poderia Marx, argumentam seus críticos, desconhecendo boa parte da história não-escrita, afirmar que todos os movimentos da história humana, mesmo os que ele desconhecia, deveriam ser descritos como o desenvolvimento das contradições da luta de classes? Como poderia alguém que nega toda proposição apriorística, formular uma lei para o movimento da história que ele próprio desconhecia? A proposição *universalizante* feita por Marx para a história humana tornou-se tão duvidosa para os historiadores, que chegou a ser

questionada até mesmo pelos próprios marxistas, pois, como seria possível explicar a história humana como sendo a história da luta de classes, se, na maior parte da nossa história, a chamada “pré-história”, não haviam classes e portanto nem luta de classes? Amparada em parte, nas próprias concepções materialistas de Marx, parte de seus seguidores preferiu acreditar que a história da humanidade deveria ser descrita como a história do desenvolvimento das forças produtivas, pois, estas poderiam descrever “cientificamente” tanto as contradições das sociedades primitivas quanto as da futura sociedade socialista, isto é, as contradições das sociedades sem classes sociais.

A crítica à concepção universalizante de Marx, porém, não é recente, ela de fato parece ter começado a ser realizada pelo próprio co-autor e colaborador de Marx durante longos anos. Engels, após a morte de Marx, baseado nas descobertas empíricas daquele período (décadas de 1870 e 1880) e fazendo uma releitura das obras de Haxthausen, Maurer, e principalmente de Morgan (que fez um estudo antropológico sobre a evolução dos índios iroqueses dos Estados Unidos), revisará os conceitos *históricos* que havia desenvolvido juntamente com Marx ao longo de mais de quarenta anos.

Como se sabe, Engels, desde os primeiros anos da década de 1840, colaborou com Marx tanto na crítica à Economia Política quanto nas teorias e estratégias da revolução proletária. Em 1848, Marx e Engels escreveram para a Liga dos Comunistas, *O Manifesto Comunista*, obra que contém a crítica ao chamado socialismo utópico e a elaboração da estratégia revolucionária do proletariado mundial. A frase que abre o *Manifesto* diz que “a história de todas as sociedades até nossos dias é a história da luta de classes.”³ Nos parágrafos seguintes são descritas as várias classes sociais que durante toda a história travaram a luta de classes: “homem livre e escravo [gregos], patrício e plebeu [romanos], senhor e servo, mestre de corporação e oficial... [feudalismo]”⁴, e ainda, “burguesia e proletariado [capitalismo].”⁵ Como podemos perceber, ficaram excluídos da história enquanto luta de classes tanto os *Estados asiáticos* antigos, quanto o período da chamada *comunidade primitiva*. Na verdade, é

³ MARX & ENGELS. *O Manifesto Comunista*. SP. Ched Editorial. S/d. p. 7. No original: “die Geschichte aller bisherigen Gesellschaft ist die Geschichte von Klassenkämpfen.” Marx-Engels. MEW, 4 Dietz Verlag. Berlin.1959, p.462.

⁴ Idem, p.7.

⁵ Idem, p.8.

interessante perceber esta ausência da Ásia na concepção de história de Marx. Por quê será que Marx não a colocou lado a lado com as sociedades ocidentais? Pretendemos, mais à frente, tentar esclarecer esta “ausência” da Ásia na história da luta de classes.

Após a morte de Marx, em 1883, Engels tornar-se-ia a referência teórica mais importante do proletariado mundial do final do século XIX e, coincidentemente, é a partir deste novo período, sem a companhia de Marx, que Engels publicará as obras em que se perceberá uma conceituação teórica e metodológica *diferente* daquela que havia adotado juntamente com Marx. Assim é que na edição inglesa de 1888 e depois novamente na edição alemã de 1890 de *O Manifesto Comunista*, após aquela frase universalizante que atribui à luta de classes o motor da história de todas as sociedades, sente Engels a necessidade de colocar uma nota explicativa relativizante, afirmando que aquela frase seria correta somente para “a história transmitida através da escrita”⁶, e que em 1847, época da redação de *O Manifesto Comunista*, “a pré-história da sociedade, a organização social que precedeu toda a história escrita, era por assim dizer desconhecida. Depois – continua Engels – Haxthausen descobriu na Rússia a propriedade comum do solo; Maurer demonstrou que ela é a base social da qual partiram historicamente todas as tribos germânicas, se descobriu pouco a pouco que a comunidade rural, com a posse coletiva da terra, foi a forma primitiva da sociedade desde a Índia até a Irlanda. Finalmente, graças a descoberta decisiva de Morgan, que revelou a natureza verdadeira da gens e seu lugar na tribo, a estrutura interior desta sociedade comunista primitiva foi revelada em sua forma típica (typisches Form). Com a dissolução destas comunidades primitivas, a sociedade começa a se dividir em classes diferentes e, finalmente, antagônicas.”⁷

No entanto, no prefácio à edição de 1872 do *Manifesto*, assinado ainda conjuntamente por Marx e Engels, dirão os dois que “embora as condições tenham mudado muito nos últimos vinte e cinco anos, os princípios gerais expostos neste Manifesto continuam em seu conjunto, plenamente atuais.”⁸ Como vemos, neste *Prefácio* de 1872, Marx e Engels afirmavam que, apesar das mudanças nas condições empíricas (mudanças conjunturais), elas

⁶ MEW, 4 p. 462, Dietz Verlag. 1959. (Nota segunda de Engels).

⁷ Idem, p.462.

⁸ Marx e Engels. *O Manifesto Comunista*. Op. Cit., p.1

não alteravam, de forma conceitual, os *princípios gerais* ali expostos (os fundamentos da história da luta de classes).⁹

Engels, além de *relativizar* (nas edições de 1888 e 1890) a proposição da primeira edição de *O Manifesto Comunista* e de “atualizá-la” a partir das novas descobertas *empíricas*, remete ainda o leitor ao estudo de sua obra *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* editada em 1884, na qual, segundo ele, esboçara com maiores detalhes o processo de dissolução da comunidade primitiva. Nesta obra Engels argumenta que Morgan em sua obra *Ancient society* chegara por si próprio e à sua maneira, à mesma concepção materialista da história dele e de Marx.

No entanto, Engels abre o *Prefácio* à primeira edição de *A Origem da Família...*, dizendo: “as páginas à seguir vêm a ser, de certo modo, a execução de um testamento”¹⁰ (*Vollführung eines Vermächtnisses*), ou seja, Engels apresenta a *sua* obra (é importante que se tenha clareza de que *A Origem da Família...*, é uma obra escrita pelo próprio Engels), como se fosse a obra que mais ou menos Marx escreveria sobre *Ancient Society* se tivesse vivido para tal¹¹, como se Marx concordasse com todas as teorias de Morgan, como se houvesse alguma relação entre uma teoria *dialética* como é a teoria da história de Marx e a teoria *antropológica* de Morgan.

Esta obra de Engels, porém, foi fundamental para Stalin apresentar sua teoria da história. Pois Stalin diz em seu escrito *Sobre o materialismo histórico e o materialismo dialético*, de 1938, em que expõe, de forma clara, baseado em Engels, a teoria da “necessidade histórica” da passagem de um modo de produção a outro *interno* a *todas* as sociedades sem, no entanto, fazer referência à categoria de modo de produção asiático que é fundamental na concepção de história de Marx. Assim diz Stalin: “a história reconhece cinco tipos *fundamentais* de relações de produção: o comunismo primitivo, a escravidão, o

⁹ Marx diz que alguns itens relativos aos partidos que existiam em 1848 agora não existem mais e outros vieram a substituí-los, etc.,

¹⁰ ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. RJ. Ed. Bertrand Brasil. Tradução de Leandro Konder. 1995. 13ª Edição (Prefácio à Primeira Edição – 1884), p.1.

¹¹ Engels diz no Prefácio da primeira edição: “meu trabalho só debilmente pode substituir aquele que o meu falecido amigo não chegou a escrever. Disponho, entretanto, não só dos excertos (*Auszügen*) detalhados que Marx retirou à obra de Morgan, como também de suas anotações críticas (*kritische Anmerkungen*).” Engels, F. Op. Cit., p.1.

feudalismo, o capitalismo e o socialismo.”¹² Como veremos à seguir, Stalin somente conseguirá estabelecer esta sua teoria da história apoiando-se nas concepções antropológicas e evolucionistas de Engels.

2 – Marx e a obra de Morgan (*Ancient Society*)

Marx, no inverno de 1880, lera e fichara a obra de L. H. Morgan, *Ancient Society*, publicada em 1877. Em algumas passagens deste fichamento Marx fez também alguns *comentários críticos* à obra de Morgan. Engels, então, erroneamente, tomou este fichamento de Marx sobre *Ancinet Society* como se fossem as próprias concepções históricas de Marx.

Segundo Engels, Marx pretendia escrever uma obra comentando os resultados das investigações de Morgan, compará-los com suas próprias investigações a respeito da *concepção materialista da história* para “somente assim, poder esclarecer todo o alcance da obra de Morgan.”¹³ No entanto, Marx morrera poucos meses após ter lido e fichado a obra de Morgan, em 1883, sem que tivesse tido tempo de “expor pessoalmente” (conforme dizia Engels), os resultados obtidos em *Ancient Society*.

Como sabemos, Engels, amigo e companheiro de Marx por mais de quarenta anos, torna-se, naturalmente, seu “herdeiro teórico”, herdando assim os rascunhos e fichamentos que Marx não tivera tempo de transformá-los em obras prontas para a publicação, bem como suas várias anotações críticas. É assim que Engels organiza e publica, por exemplo, os Livros II e III de *O Capital* que Marx havia deixado apenas em forma de *esboços ou de anotações críticas*.

Com relação aos *fichamentos* deixados por Marx da obra de Morgan, Engels decide utilizá-los como *ponto de apoio* para ele próprio publicar uma obra comentando os descobrimentos de Morgan sobre a sociedade gentílica norte-americana (a gens dos índios iroqueses, em especial a dos *Senekas*). Assim sendo, Engels escreve, em 1884, *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, utilizando o fichamento deixado por Marx sobre a obra de Morgan, como se Marx tivesse deixado este fichamento como “base” de um

¹² STALIN, Joseph. *Cuestiones del leninismo*. Moscou. Lenguas Extranjeras. 1946, p.546.

¹³ Engels, F. Op. Cit., p.1.

trabalho que tivesse começado e “deixado” a Engels para que fosse por ele *desenvolvido* e, então, *publicado*.

A obra antropológica de Morgan impressionou tanto a Engels que ele a qualifica como uma obra “revolucionária”¹⁴, no sentido de ter mudado de forma “fundamental”¹⁵, o entendimento da pré-história da humanidade.¹⁶ Isto fica claro quando Engels, referindo-se ao silêncio dos estudiosos ingleses da pré-história com relação a obra de Morgan, diz que “a escola pré-histórica inglesa (...) continua fazendo todo o possível para silenciar a *revolução* (grifo meu) produzida pelos descobrimentos de Morgan nas velhas noções de história primitiva...”¹⁷

3 - Engels e a *Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*

3.1 – A comunidade gentílica iroquesa é a forma “universal” de passagem à sociedade de classes

No estudo dos índios iroqueses norte-americanos, Morgan, segundo Engels, foi importante por duas descobertas decisivas: na primeira, Morgan pôde comprovar que a exogamia e a endogamia (que Mac Lennan dizia serem *antitéticas*), não formavam antítese alguma, pois a exogamia exprimia, na verdade, o aumento da população e a conseqüente cisão das gens, formando as fratrias e, daí, as tribos. Por isso, se as gens eram estritamente exógamas, as tribos, por outro lado, eram totalmente endógamas, na medida em que a tribo compreendia a totalidade das gens.¹⁸

A segunda grande descoberta de Morgan, segundo Engels, seria pelo menos tão importante quanto a reconstituição da forma primitiva da família através dos sistemas de

¹⁴ Idem, p.17. “...é a Morgan que devemos esta revolução do pensamento” (Prefácio à Quarta edição).

¹⁵ Idem, p.16. “a esta altura aparece o trabalho fundamental de Morgan, A Sociedade Antiga (1877), que constitui a base da obra que ofereço ao leitor” (Prefácio à quarta Edição de 1890).

¹⁶ Ainda no *Prefácio* à primeira edição Engels demonstra mais uma vez sua grande admiração e estima que tinha por Morgan, afirmando que seu livro era um dos mais importantes, sendo um dos poucos que “fazem época”: “sua obra não foi trabalho de um dia. Levou cerca de quarenta anos elaborando seus dados, até conseguir dominar inteiramente o assunto. E seu esforço não foi em vão, pois seu livro é um dos poucos de nossos dias que fazem época”. Engels, F. Op. Cit., p.3.

¹⁷ Idem, p.5/6.

¹⁸ Idem, cf. p.16.

parentesco. Morgan teria demonstrado que os grupos consangüíneos norte-americanos “são *essencialmente idênticos* (wesentlich identisch) às *genea* dos gregos e às *gentes* dos romanos.”¹⁹ No entanto, a gens grega e romana eram já uma forma “posterior” (spättere), “derivada” (abgeleitet), por estarem em um estágio evolutivo mais avançado do que a gens iroquesa. Engels complementa dizendo que “toda a organização social dos gregos e romanos dos tempos primitivos em gens, fratria e tribo *encontra seu fiel paralelo* (getreue parallele) na organização dos indígenas americanos; de que a gens (...) *é uma instituição comum a todos os bárbaros até sua passagem à civilização e mesmo depois dela*”²⁰ (grifos meus).

Este “descobrimento” de Morgan parece ter sido, na concepção de Engels, a “grande luz” que, de repente, iluminou (para Engels, mas não para Marx) todo o entendimento do início da história de todos os povos, fossem eles bárbaros ou civilizados. Principalmente, esclareceu o início da *história do Ocidente*, ou seja, a história de como iniciou a história da civilização greco-romana, pois, afirma Engels, “essa demonstração [de que a gens iroquesa é a forma primitiva da gens reconhecida entre todos os povos, J.A.] esclareceu, de repente, as partes mais difíceis [os principais enigmas²¹] da antiga história grega e romana e, ao mesmo tempo, revelou-nos os traços fundamentais do regime social da época primitiva, anterior à criação do *Estado*.”²²

Engels dirá que o descobrimento da primitiva gens de direito materno, feito por Morgan, como etapa anterior à gens de direito paterno dos povos civilizados, “tem para a história primitiva, a mesma importância que a teoria da evolução de Darwin para a biologia e a teoria da mais-valia, enunciada por Marx, para a economia política.”²³ Ora, “igualando” em importância uma obra antropológica (e claramente evolucionista²⁴) como a obra de Morgan e

¹⁹ Idem, p.91/92.

²⁰ Idem, p.91/92.

²¹ Idem, cf. p.17

²² Idem, p.92.

²³ Idem, p.17.

²⁴ Confira algumas passagens da obra de Morgan que comprovam ser *Ancient Society* uma obra de caráter evolucionista: “assim como é inegável que uma parte da família humana viveu no estado selvagem, outra no período de barbárie e outra ainda no estado civilizado, do mesmo modo é inegável a existência de uma progressão natural e necessária, ligando entre si estes três estados distintos. Todos os ramos da família humana conheceram, ao longo da sua história, esta progressão que os conduziu ao estado em que cada um deles, respectivamente, se encontra. As condições necessárias a todo o progresso e os nossos conhecimentos sobre a evolução de vários ramos da família humana, segundo pelo menos duas destas condições, tornam esta hipótese provável.” (p.13); “o meu propósito é provar que o progresso humano seguiu estas vias principais através de

a teoria da evolução das espécies animais, de Darwin, com a teoria da mais-valia de Marx (uma teoria que somente pode ser analisada estudando-se a *história das sociedades*), Engels está, assim, com esta forma de abordagem, transformando em “evolucionismo” uma teoria dialética, fundamental para a compreensão da história universal (para a história dos homens) como é a teoria da mais-valia que está contida em *O Capital*, e que, de modo geral, rege todo o pensamento de Marx desde pelo menos 1845, com a obra *A Ideologia Alemã*, que expõe a concepção materialista da história.

Morgan classificou a história da humanidade em três períodos: *estado selvagem*, *barbárie* (ambos subdividiam-se em fases inferior, média e superior) e *civilização*. Até a fase superior do período selvagem, segundo Engels, pode-se considerar o curso do desenvolvimento dos povos como “um fenômeno absolutamente geral, válido em determinado período para *todos* os povos, *sem* distinção de lugar” (grifo meu). No entanto, a partir da fase inferior da barbárie “chegamos a uma época em que se começa a sentir a diferença de condições naturais entre os dois grandes continentes.”²⁵

Possuindo o continente americano condições naturais diferentes das do *velho mundo*, Engels diz que a partir do início do período da barbárie “a população de cada hemisfério desenvolve-se de maneira particular e os sinais nas linhas de fronteira entre as várias fases são diferentes em cada um dos dois casos.”²⁶

O traço característico do período da barbárie é a domesticação e criação de animais e o cultivo de plantas. A fase média da barbárie inicia-se de forma diferente entre os dois

períodos étnicos sucessivos, como o revelam as invenções, as descobertas e o desenvolvimento das idéias de governo, de família e de propriedade.” (p.16.); “note-se (...) que a experiência da humanidade foi adquirida por processos quase uniformes (nearly uniform channels), que as necessidades dos seres humanos, colocados em condições idênticas, foram fundamentalmente as mesmas, e que as operações intelectuais foram uniformes, em virtude da identidade específica do cérebro de todas as raças humanas... Sempre que, em continentes diferentes, é possível encontrar uma relação entre uma instituição existente e uma origem comum, podemos inferir que os próprios povos provém (derivation) de um tronco comum originário (common original stock) .” (p.18/19). (MORGAN, L.H. *A Sociedade Primitiva*. Lisboa. Ed. Presença/Martins Fontes. 2ª Ed. S/d.

²⁵ Idem, p.24.

²⁶ Idem, p.24. Entretanto, no decurso de *A Origem da Família...*, veremos que estas diferenças nas “linhas de fronteiras” entre a América e o mundo antigo (bem como na divisão interna de cada um deles), serão totalmente desconsiderados por Engels, pois, o processo de formação e desenvolvimento da gens até a formação do Estado é, na concepção de Engels, *idêntico* para todos os lugares do planeta.

grandes continentes. “No Leste – diz Engels – inicia-se com a domesticação de animais; e no Oeste com o cultivo do tijolo cru (secado ao sol) e da pedra nas construções.”²⁷

Engels diz que irá começar seu estudo da fase média da barbárie pela *América*, porque, segundo ele, “nesta região, essa fase não tinha sido superada, em parte alguma, até a conquista da América pelos europeus.”²⁸ Fica evidente no esquema adotado por Engels (corroborando as teorias antropológico-evolucionistas de Morgan), que a fase média da barbárie ainda é um estágio *pré-histórico*, não civilizado, onde as tribos vivem ainda na “comunidade primitiva”. Nesta “fase” histórica, segundo Engels, não há Estado (e, conseqüentemente, não há um processo de hierarquização social, nem as formas de exploração do homem pelo homem). E, frisamos, segundo Engels, nenhum dos povos que habitavam o continente americano passou deste estágio de desenvolvimento, ou seja, nenhum destes povos desenvolvera uma organização estatal e nem eram civilizados, portanto, até a conquista européia, no final do século XV.²⁹

No *mundo antigo*, a fase média da barbárie começou com a domesticação de animais, mas o cultivo de plantas permaneceu desconhecido ali por longo tempo. Segundo Engels, a vida pastoril parece ter sido a causa de que “os arianos [nas pradarias do Tigre e do Eufrates] e [os] semitas [nos campos da Índia, de Oxus e Jaxartes, do Don e do Dnieper] se afastassem dos demais bárbaros.”³⁰ Os homens somente puderam sair destas regiões férteis à agricultura próximo às margens de rios e espalhar-se pelos continentes após atingirem o “domínio do

²⁷ Idem, p.24/25.

²⁸ Idem, p.25.

²⁹ No entanto, estudos comprovam que as sociedades Inca, Maia e Asteca já possuíam Estados fortemente centralizados, com uma hierarquização social bastante rígida. O rei era auxiliado por uma extensa burocracia. Não havia a forma-dinheiro. Porém, possuíam a forma de “escravidão patriarcal”. E o que é ainda mais interessante, Marx tinha conhecimento destas sociedades, conhecia a estrutura social delas. Apresentaremos no terceiro capítulo os trabalhos de alguns autores contemporâneos nossos. Porém, só para deixar claro, desde já, que Marx conhecia os povos americanos que desenvolveram Estados antes da chegada dos europeus podemos indicar a nota 17 da edição castelhana dos *Grundrisse* onde Marx cita W. H. PRESCOTT, que escreveu uma obra intitulada *History of the Conquest of Peru*, publicado em Londres em 1850 (Cf. Marx, K. *Grundrisse – Elementos Fundamentais para la Crítica de la Economía Política*. Buenos Aires. Ed. Siglo Veintiuno. 1971, p.482, nota 17). Vamos também citar uma passagem de *O Capital* onde Marx faz referência ao Estado Inca. No capítulo I do Livro I de *O Capital*, no item que discute o fetichismo da mercadoria, ao comentar que na sociedade burguesa as coisas são alienáveis, dentro do processo de troca de mercadorias, Marx fala sobre as sociedades pré-capitalistas e fala do *Estado Inca*: “tal relação de estranhamento recíproco não existe, porém, para os membros de uma comunidade primitiva, tenha ela a forma de uma família patriarcal, de uma antiga comunidade indiana, um *Estado Inca*” (grifo meu). MARX, Karl. *O Capital – Crítica da Economía Política*. Livro I. Volume I. SP. Ed. Nova Cultural. 1985, p.80.

³⁰ Engels F. Op. Cit., p.25.

cultivo de cereais, primeiramente para fornecer pastagens ao gado, depois à alimentação humana.”³¹

A fase superior da barbárie inicia-se com a fundição do minério de ferro e passa à fase da civilização com a invenção da escrita alfabética e seu emprego para registros literários. No entanto, nesta fase da barbárie, a superior, e daí, à civilização, na concepção de Engels, teriam chegado apenas quatro diferentes povos: “os gregos da época heróica, as tribos itálicas de pouco antes da fundação de Roma, os germanos de Tácito e os normandos do tempo dos vikings.”³² O que teria possibilitado estes quatro diferentes povos a chegar à fase da civilização (coisa que no entender de Engels, como já dissemos, não aconteceu nem com os Incas, Maias e Astecas, na América, nem com os povos do Egito, nem da Ásia, como os hindus, os chineses, os russos e nem mesmo os povos do Oriente Próximo, que, como sabemos, possuíam Estados bastante desenvolvidos e civilizados), foram os “progressos na produção,”³³ como o arado de ferro puxado por animais, a pá e o machado, também de ferro. Tudo isso acarretou um rápido aumento da população. Engels diz que nos poemas homéricos, principalmente na *Iliada*, “encontramos a época mais florescente da fase superior da barbárie.”³⁴

Segundo o esquema de Engels, a primeira forma de sociedade é a constituição gentílica, a *gens*, unida por laços consangüíneos. O aumento populacional torna necessário que a gens divida-se em outras tantas gens consangüíneas, formando uma fratria, e daí, a tribo e a confederação de tribos. Pois bem, Engels afirma que a confederação de tribos iroquesa (que chegou apenas até a fase inferior da barbárie, pois a colonização européia destruiu-a), “apresenta a organização social mais desenvolvida alcançada pelos índios antes de superar a fase inferior da barbárie, excluídos, portanto, os mexicanos, neo-mexicanos e peruanos.”³⁵

³¹ Idem, cf., p.26.

³² Idem, p.27.

³³ Idem, p.27.

³⁴ Idem, p.27.

³⁵ Idem, p.104. Aqui, parece-nos que Engels tem consciência de que estes povos estavam em estágios de desenvolvimento superiores aos iroqueses, por exemplo. O que obriga-nos a perguntar: Por quê Engels não desenvolve o estudo sobre estas sociedades? Isto parece algo bastante estranho vindo de alguém que se acha no direito de criticar toda a escola “pré-histórica” inglesa justamente por pensar que lhes faltava rigor teórico. Cf. p.17 (prefácio à quarta edição).

Engels, fiel a Morgan, cita as características principais da confederação iroquesa, que, como veremos adiante, será um modelo “universal”, válido para todos os povos: “as características principais da confederação iroquesa eram: 1) aliança perpétua entre as cinco tribos consangüíneas... 2) o órgão da confederação era um conselho federal de cinquenta sachens... 3) esses cinquenta títulos de sachens... foram distribuídos entre as tribos e as gens... 4) estes sachens eram também sachens em suas respectivas tribos e tinham voz e voto no conselho da tribo. 5) todas as decisões do conselho federal tinham que ser unânimes. 6) o voto se dava por tribo... 7) cada um dos cinco conselhos tribais podia convocar o conselho federal, mas este não podia convocar-se a si mesmo. 8) as sessões eram realizadas diante do povo reunido. 9) a confederação não tinha oficialmente um cabeça, não tinha um chefe com poder executivo. 10) contrariamente, no entanto, tinha dois chefes militares supremos, com iguais atribuições e poderes (os dois “reis” de Esparta, os dois cônsules de Roma).”³⁶ Esta é, conclui Engels, “toda a constituição social sob a qual viveram e vivem ainda os iroqueses há mais de quatrocentos anos.”³⁷ Engels diz que deu a descrição completa feita por Morgan em todos os pormenores (aqui apenas fizemos a descrição geral), “porque aqui podemos estudar a organização de uma sociedade que não conhecia ainda o *Estado*.”³⁸

Após a descrição completa da formação gentílica entre os iroqueses, Engels “universalizará” esta formação (como indicamos acima) a todos os povos sem distinções. Os índios norte-americanos nos mostram, segundo Engels, como uma tribo originariamente unida se difunde pouco a pouco por um continente imenso, como, através da fusão das tribos, elas convertem-se em povos, em grupos inteiros de tribos. Engels “explica-nos” também que os índios iroqueses nos mostram, inclusive, como se modificam as línguas, como as próprias gens se fragmentam no seio das tribos, e como as gens-mães persistem sob forma de fratria e como os nomes dessas tribos mais antigas se mantêm nas tribos mais distantes e há mais tempo separadas.³⁹ Para Engels, a constituição iroquesa acima descrita “corresponde a *todas*

³⁶ Idem, p.104/5.

³⁷ Idem, p.105.

³⁸ Idem, p.105.

³⁹ Idem, cf., p.105. Engels parece ter uma visão bastante “romantizada” das formas primitivas de sociedade numa espécie de “nostalgia” por aquelas formas arcaicas de sobrevivência, o que era bastante característico de muitos autores dos séculos XVIII e XIX “entristecidos” com as novas relações de produção que surgiram com a sociedade burguesa.

as tribos (grifo meu), exceto àquelas muitas que não chegaram a organizar a confederação de tribos parentes.”⁴⁰ A partir da gens “como unidade social” percebe-se, então, “com que necessidade quase iniludível, porque natural, dela se deduz o sistema gens-fratria-tribo.”⁴¹ Esses três grupos “são diferentes gradações de consangüinidade...”⁴²

Sempre, portanto, diz Engels, que em um povo encontremos a gens como unidade social, “deveremos encontrar uma organização tribal semelhante a que descrevemos; *e onde não faltam as nossas fontes de informação – como entre gregos e romanos – não apenas a encontramos, mas também nos convenceremos de que, em todas as partes onde as fontes são deficientes, a comparação com a constituição social americana nos ajuda a esclarecer as maiores dúvidas e a desvendar os maiores enigmas*”⁴³ (grifo meu). Engels transforma o modelo iroquês, como podemos perceber, no modelo “universal” de formação de *todas* as tribos, válido, em especial, aos gregos e romanos.

E, em seguida, no capítulo IV de *A Origem da Família...*, agora intitulado *A Gens Grega*, Engels diz, de forma bastante convicta: “nos tempos pré-históricos já os gregos, como os pelasgos e outros povos da mesma origem tribal, *estavam constituídos em séries orgânicas idênticas à dos americanos* (nach derselben organischen Reihe wie die Amerikaner): gens, fratria, tribo, confederação de tribos. Poderia faltar a fratria, como entre os dórios, ou a confederação de tribos, que não se chegava a formar em todos os lugares, mas em todos os casos era sempre a gens a unidade”⁴⁴ (grifo meu). Como podemos perceber, fica evidente aqui o “transplante” feito por Engels do esquema que Morgan havia desenvolvido para a sociedade gentílica norte-americana para a “pré-história” grega. Aí, com a prática do transplante forçado, surgem os maiores problemas da obra de Engels, pois ele simplesmente “recorta” o processo de constituição gentílica iroquesa, descrito por Morgan, e o “cola” no período histórico grego anterior à época homérica, transformando a história grega anterior a Homero num período de *barbárie*. E o que é mais complicado ainda em Engels: põe

⁴⁰ Idem, p.106.

⁴¹ Idem, p.106.

⁴² Idem, p.106.

⁴³ Idem, p.106.

⁴⁴ Idem, p.109.

arbitrariamente na história grega um desenvolvimento *idêntico* ao das tribos norte-americanas.

No entanto, como podemos observar lendo mais detidamente a obra de Morgan, nem mesmo ele sente-se capaz de realizar o que Engels realizou. Nem mesmo ele, Morgan, sente-se seguro em atribuir aos gregos a mesma “história” dos iroqueses americanos. Ao contrário, Morgan explica que não é possível conhecer o passado grego, pois precedendo este período, há “um lapso de vários milhares de anos onde os gregos atravessaram o período recente da barbárie e se preparavam para entrar na era civilizada. As suas mais antigas tradições os mostram estabelecidos na península grega, na costa oriental do Mediterrâneo e nas ilhas vizinhas e costeiras. Um ramo mais antigo do mesmo tronco (...) tinha-os precedido na maior parte destas regiões. *Não é possível conhecer a condição anterior das tribos helênicas e dos seus predecessores senão por dedução* (must be deduced), a partir das artes e das invenções que trouxeram do período anterior, do nível de evolução de sua língua, das tradições e das instituições sociais que, de diferentes modos, sobreviveram no período da civilização.”⁴⁵ Sem pretender “colar” a “história” iroquesa na pré-história grega, Morgan diz que seu estudo limitar-se-ia ao estudo da história grega a partir do período homérico: “O nosso estudo limitar-se-á essencialmente a este último domínio.”⁴⁶

3.2) O processo de formação do Estado na concepção de Engels

Para Engels, a formação do “Estado” (conforme fica evidenciado em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*) pressupõe a existência da propriedade privada da terra e dos bens, daí, então, as classes sociais e, assim, a *luta de classes*.⁴⁷

⁴⁵ Morgan, L. Op. Cit, p.257.

⁴⁶ Idem, cf., p.257. Ainda que mais à frente Morgan diga que os gregos procuravam ultrapassar a sociedade gentílica, que tinham conhecido desde “tempos imemoriais” (p.259). Mesmo assim, ele não ousa colocar o desenvolvimento das tribos iroquesas na pré-história grega.

⁴⁷ Somente com o intuito de demonstrar as diferenças de concepção histórica entre Marx e Engels, para Marx, a formação do Estado não pressupõe a propriedade privada nem a luta de classes e sim a necessidade de organização de obras públicas (obras de interesse comum). Se não fosse assim, como explicar que Marx reconhecesse o alto nível de burocratização das sociedades asiáticas (burocracia estatal) e ao mesmo tempo, afirmasse que na Ásia não existia propriedade privada da terra? Procuraremos também desenvolver este tema de forma mais apurada no capítulo II.

Como vimos, Engels aceitou, de um modo geral, as teorias de Morgan com relação à formação gentílica iroquesa localizada no continente americano. Engels aceita que a descrição feita por Morgan da organização social dos índios americanos seja uma formação de validade “universal”, um processo geral da formação dos povos, e, como procuramos demonstrar, Engels simplesmente “incorpora” esta formação gentílica iroquesa à época “pré-histórica” grega, demonstrando, assim, passo a passo, o processo de desenvolvimento que teoricamente vai acontecendo no interior desta formação “consangüínea” grega e que vão aparecendo, aos poucos, a propriedade privada dos bens móveis (gado), surgindo, então, um excedente para a troca inter-tribal e, a partir daí, o comércio regular de produtos já transformados em *mercadorias*. Posteriormente, ainda segundo Engels, a propriedade comunal da terra vai tornando-se propriedade individual. Com o surgimento da propriedade privada da terra e das riquezas móveis começam as diferenciações sociais, os antagonismos de classes e a própria luta de classes. A própria escravidão torna-se a base da produção, “a primeira grande divisão social do trabalho.”⁴⁸ Com o aumento das riquezas aconteceu a “segunda grande divisão social do trabalho: o artesanato se separou da agricultura.”⁴⁹ Desta forma nasceu a primeira grande divisão da sociedade em duas classes antagônicas: “senhores e escravos, exploradores e explorados.”⁵⁰

Para conter estes antagonismos de classe Engels diz que faltava apenas uma instituição que perpetuasse a divisão da sociedade em classes e garantisse o direito de a classe possuidora explorar a não-possuidora: “E essa instituição nasceu. Inventou-se o *Estado*.”⁵¹

Como podemos perceber, para Engels o Estado surge somente *após* o surgimento da propriedade privada, das classes sociais e da luta de classes.

Vejamos mais de perto este processo de formação do Estado entre os atenienses que, como afirma Engels, “apresenta a forma que podemos considerar mais pura, mais clássica:

⁴⁸ Engels, F. Op. Cit., p.181.

⁴⁹ Idem, p.183.

⁵⁰ Idem, p.181.

⁵¹ Idem, p.119/20. Em alemão: “und die Einrichtung kam. Der Staat wurde erfunden”. ENGELS, Friedrich. *Der ursprung der Familie des Privateigentums und des Staats*. Berlin. Dietz Verlag. 1990. In: Gesamtausgabe (MEGA). Band 29, p.63.

ali, o Estado nasceu direta e fundamentalmente dos antagonismos de classes que se desenvolviam no seio mesmo da sociedade gentílica.”⁵²

Conforme Engels, na época heróica grega, as quatro tribos dos atenienses ainda estavam instaladas em diferentes territórios da Ática e a constituição (Verfassung) era também a da época heróica: assembléia do povo, conselho e *basileu*. “Até onde alcança a história escrita⁵³ – diz Engels – encontramos a terra já repartida e como propriedade privada (Privateigentum), o que corresponde à produção e ao comércio de mercadorias (Warenproduktion) relativamente desenvolvido na fase superior da barbárie.”⁵⁴ Como consequência da compra e venda da terra e da crescente divisão do trabalho entre a agricultura e os ofícios manuais, comércio e navegação, logo se confundiram os membros das gens, fratrias e tribos. A chegada de estrangeiros a Atenas desequilibrou de tal modo a constituição gentílica que, nos tempos heróicos, se tornou necessário modificá-la e adotou-se a constituição atribuída a Teseu.

A constituição de Teseu instituiu uma administração central em Atenas, proclamando a fusão de todas as tribos em uma só, dividindo todo o povo em três classes: *eupátridas* ou nobres, *geômoros* ou agricultores e *demiurgos* ou artesãos. Esta divisão do povo em classes era, segundo Engels, a proclamação nítida do inconciliável antagonismo entre a sociedade gentílica e o Estado. O primeiro sintoma de formação do Estado, diz Engels, “consiste na destruição dos laços gentílicos, dividindo os membros de cada gens em privilegiados e não

⁵² Idem, p.190.

⁵³ Se o critério para se dizer que o início da história fosse o surgimento da escrita, então a história da Grécia teria começado por volta de 2000 anos antes de Cristo, pois com a descoberta das tabuletas creto-micênicas “linear A” e “linear B” descobriu-se que estas sociedades tinham um sistema de escrita já bastante adiantado. O “linear A” era utilizado em Creta e não foi decifrado até hoje. No entanto, o “linear B” foi quase todo decifrado e permite-nos conhecermos um pouco da estrutura social de Micenas e sua civilização palaciana. Cf. VERNANT, Jean Pierre. *As origens do pensamento grego*. Difel, SP. 1981. 3ª edição, p.5.

⁵⁴ Engels, F. Op. Cit., p.121. Diferentemente do que afirma Engels, para Marx, parece-nos, o comércio somente passa a ter um papel preponderante na Antigüidade nos períodos de ocaso desta e não desde os primórdios da história greco-romana, pois quando Engels fala de “fase superior da barbárie”, ele está referindo-se ao período de surgimento de constituição da sociedade grega propriamente dita, por exemplo, que acontece nos séculos IX e VIII a.C. Vejamos o que diz Marx, nos *Grundrisse*: “ainda que o dinheiro tenha desempenhado desde muito tempo um papel múltiplo, pertence, na Antigüidade, somente a nações unilateralmente determinadas, a nações comerciais. E até na Antigüidade culta, entre os gregos e os romanos, o dinheiro alcança seu pleno desenvolvimento somente no período de sua dissolução, o qual na sociedade moderna constitui um pressuposto”. Marx, K. *Grundrisse*. V. I. Op. Cit., p.24. Como se pode perceber, Marx diz que “somente no período de sua dissolução” as relações monetárias (comerciais) alcançam seu pleno desenvolvimento, portanto, entre os séculos VI e IV a. C., e não como afirma Engels, lá nos períodos iniciais da história grega (séculos IX e VII).

privilegiados, e dividindo estes últimos em duas classes, segundo seus ofícios, e opondo-as uma à outra.”⁵⁵

O surgimento de poderosas famílias que passaram a administrar o Estado levaram à concentração das terras em poucas mãos. Grande parte dos atenienses estavam endividados ou já haviam dado suas terras em troca do perdão das dívidas. Muitos se tornaram escravos. Alguns conseguiam trabalhar como rendeiros. O *sistema monetário* havia penetrado como um ácido corrosivo na vida tradicional das antigas comunidades agrícolas, baseadas na economia natural.⁵⁶ Uma “revolução” na forma da propriedade como a que realizou Teseu, teria sido impossível no passado, segundo Engels, pois as condições de existência do povo ainda correspondiam à constituição gentílica; mas agora, diz Engels, “isso ocorria – e sem que ninguém entendesse como.”⁵⁷

Para compreender melhor estas novas condições impostas aos atenienses na fase superior da barbárie, Engels nos convida a retornarmos ao estudo dos índios norte-americanos: “voltemos por um instante aos iroqueses: entre eles era inconcebível uma situação como essa agora imposta aos atenienses, por assim dizer, sem a sua participação e, certamente, contra a sua vontade (...). A produção [entre os iroqueses] se realizava dentro dos mais estreitos limites, mas os que produziam eram donos daquilo que produziam. Esta era a imensa vantagem da produção bárbara, vantagem que se perdeu com o advento da civilização...”⁵⁸

Porém, entre os gregos, diz Engels, “as coisas eram diferentes.”⁵⁹ O surgimento da propriedade privada dos rebanhos e dos objetos de luxo trouxe o comércio individual e a transformação dos produtos em *mercadorias*. Este foi o germe da revolução subsequente. Quando os produtores deixaram de consumir diretamente os seus produtos, deixaram de ser donos dos mesmos. Já não podiam saber o que ia ser feito dos produtos, nem se algum dia (...) estes seriam utilizados contra os produtores, para explorá-los e oprimi-los...”⁶⁰ O avanço

⁵⁵ Idem, cf., p.121/22.

⁵⁶ Idem, p.123.

⁵⁷ Idem, p.124.

⁵⁸ Idem, p.124.

⁵⁹ Idem, p.124.

⁶⁰ Idem, p.124/25.

do dinheiro, “o novo poder social”, havia tornado impotente a constituição gentílica, pois o sistema financeiro e a economia monetária de um modo geral estavam fora de seu alcance.⁶¹

Em resumo, diz Engels, “a constituição gentílica ia chegando ao fim. A sociedade, crescendo a cada dia, ultrapassava o marco da gens; não podia conter ou suprimir nem mesmo os piores males que iam surgindo à sua vista. *Enquanto isso, o Estado se desenvolvia sem ser notado* (grifo meu). Os novos grupos, formados pela divisão do trabalho (primeiro entre a cidade e o campo, depois entre os diferentes ramos de trabalho nas cidades), haviam criado novos órgãos para a defesa dos seus interesses, e foram instituídos ofícios públicos de todas as espécies [ex: polícia] (...). Num tempo incerto, antes de Solon, foram instituídas as *naucrárias*, pequenas circunscrições territoriais, doze em cada tribo. Cada *naucrária* devia prover, armar e tripular um barco de guerra e, ainda, dispor de dois cavaleiros.”⁶² A instituição das *naucrárias* minava a gens em dois pontos: “primeiro porque criava uma força pública que não era de modo algum idêntica ao povo em armas; segundo, pela primeira vez dividia o povo nos negócios públicos não conforme grupos consangüíneos e sim de acordo com a *residência comum*.”⁶³

Com a constituição de Solon, em 594 a.C., foram simplesmente anuladas as dívidas dos atenienses que estavam endividados com os agiotas ou que já haviam sido escravizados ou fugiram por não poderem pagar seus credores: “As dívidas foram simplesmente declaradas nulas.”⁶⁴ Solon proibiu que um cidadão ateniense pudesse possuir mais do que determinada quantidade de terras. O propósito era o de “pôr um freio à avidez dos nobres de se apoderarem das terras dos camponeses.”⁶⁵

⁶¹ Idem, cf., p.125. No entanto, mais uma vez parece-nos que Marx não concordaria com esta teoria de Engels de que o dinheiro na “fase superior da barbárie”, era o “novo poder social”. Marx comenta, nos *Grundrisse* que “nunca encontraremos entre os antigos uma investigação acerca de qual forma de propriedade da terra, etc., é a mais produtiva, cria a maior riqueza. A riqueza (valor de troca) não aparece como objetivo da produção entre os romanos, ainda que Catão investigue que cultivo de campo é mais lucrativo, e Brutus empreste dinheiro ao melhor juro. A investigação é sempre acerca de qual forma de propriedade cria os melhores cidadãos (...) a riqueza é aqui, por um lado, coisa, algo realizado em coisas, em produtos materiais, aos quais contrapõe-se o homem como sujeito”. Marx, K. *Grundrisse*. Op. Cit., p.447. Isto ficará mais claro quando estudarmos como Marx concebia as relações sociais na Antigüidade, no capítulo II.

⁶² Idem, p.126.

⁶³ Idem, p.126/27.

⁶⁴ Idem, p.127.

⁶⁵ Idem, p.128.

A partir de então, o conselho elevou-se até quatrocentos membros, cem em cada tribo. Até aqui, a tribo continuava sendo a base do sistema. No entanto, este foi “o único ponto da constituição antiga adotado pelo *Estado recém-nascido*”⁶⁶ (grifo meu). No mais, Engels diz que Solon dividiu os cidadãos em quatro classes, de acordo com sua propriedade territorial e a produção desta. Os que possuíam menos terra ou não a tinham de modo algum formavam a quarta classe. Só podiam ocupar os cargos públicos em geral os indivíduos das três primeiras classes e os cargos mais importantes cabiam apenas aos indivíduos da primeira classe; a quarta classe não tinha senão o direito de usar a palavra e votar nas assembléias. Era nessas assembléias que se escolhiam todos os funcionários. Nelas, estes funcionários tinham que prestar contas de sua gestão, além de serem elaboradas todas as leis, e a maioria estava em mãos da quarta classe. Os privilégios aristocráticos foram renovados, em parte, sob a forma de privilégios de riqueza. No entanto, o povo obteve o poder supremo. As quatro classes formaram também a base de uma nova organização militar. As duas primeiras forneciam a cavalaria, a terceira servia na infantaria de linha, e a quarta como tropa ligeira (sem couraça) ou na frota; é provável que esta classe servisse a soldo.⁶⁷ No entanto, os bens móveis, a riqueza como dinheiro, o número dos escravos e dos navios cresciam sem cessar e, ao invés de constituírem simples meios de adquirir terras, converteram-se agora em “uma finalidade por si mesma (er war Selbstzweck geworden).”⁶⁸

⁶⁶ Idem, p.128.

⁶⁷ Idem, cf., p.128.

⁶⁸ Idem, p.129. Dizer que a riqueza material (bens móveis, dinheiro, escravos, navios) na Grécia antiga tornaram-se “uma finalidade por si mesma” é o mesmo que afirmar que lá predominavam relações capitalistas de produção [D – M – D’], que lá, na Grécia antiga, a forma de organização do trabalho era a do trabalho assalariado. Afirmando que na Grécia antiga a riqueza tornou-se “uma finalidade em si mesma” é o mesmo que dizer, como o fez Max Weber, por exemplo, que o capitalismo sempre existiu, afirmar que na Antigüidade predominavam relações capitalistas de produção. Ao contrário, nos *Grundrisse*, Marx diz que “entre os romanos, os gregos, etc., o dinheiro aparece primeiro, naturalmente, em suas duas primeiras determinações, ou seja, como *medida* e como *meio de circulação* [M – D – M], e ambas num grau não muito desenvolvido. Mas apenas se desenvolve seu comércio, etc., ou como aconteceu entre os romanos, a conquista lhes coloca dinheiro em quantidades massivas – resumindo: de repente, em um nível de desenvolvimento econômico, o dinheiro se apresenta necessariamente em sua terceira determinação [D – M – D’], quanto mais aproxima-se o ocaso de sua comunidade”. Marx, K, *Grundrisse*. Op. Cit., p.158. Nos *Grundrisse*, ao criticar alguns socialistas de sua época que diziam que no socialismo precisaríamos de capital mas não de capitalistas, Marx fala sobre a questão da “existência de capitalismo” na Antigüidade: “porém, este erro [dos socialistas] não é de forma alguma maior do que o de todos os filólogos, por exemplo, que falam de *capital* na Antigüidade, de capitalistas romanos, gregos. Isso é somente outra forma de dizer que na Grécia e Roma o trabalho era *livre*, o que dificilmente estes senhores estariam dispostos a afirmar”. Marx, K. *Grundrisse*. Op. Cit., p.446.

Na constituição de Clístenes, em 509, este ignorou, segundo Engels, as quatro velhas tribos baseadas nas gens e nas fratrias. Substituiu-as uma organização nova dividindo os cidadãos “de acordo com o local de residência”. A partir de agora, dividia-se não mais o povo, “mas o território.”⁶⁹ Coroava este edifício “o Estado ateniense, governado por um conselho de quinhentos representantes eleitos pelas dez tribos [agora tribos locais e não mais consangüíneas, J.A.] e, em última instância, pela assembléia do povo, na qual todo cidadão ateniense tinha direito a participação e voto. Ao instituírem o Estado, os atenienses instituíram, ao mesmo tempo, *uma polícia* formada essencialmente por escravos.”⁷⁰

Engels diz que o rápido desenvolvimento da riqueza, do comércio e da indústria prova como o Estado, já então definido em seus traços principais, “era adequado à nova condição social dos atenienses” pois o antagonismo de classes, nos quais se fundamentavam agora as instituições sociais e políticas, “não era mais o que existira entre os nobres e o povo, e sim o antagonismo entre escravos e homens livres, entre clientes e cidadãos.”⁷¹

Conclui então Engels o capítulo sobre *A gênese do Estado Ateniense* dizendo que “a formação do Estado entre os atenienses é um modelo notavelmente característico (besonders typisches Muster) da formação do Estado em geral, pois, por um lado, se realiza sem que intervenham violências externas ou internas (...), enquanto faz brotar diretamente da sociedade gentílica uma forma bastante aperfeiçoada de Estado, a república democrática, e, por outro lado, ainda, porque estamos bem informados de suas particularidades.”⁷²

⁶⁹ Idem, p.131.

⁷⁰ Idem, p.132.

⁷¹ Idem, p.132.

⁷² Idem, p.133. No original: “die entstehung des Staats bei den Athenern ist ein besonders typisches Muster der Staatsbildung überhaupt, weil sie einerseits ganz rein, ohne Einmischung äußerer oder innerer Vergewaltigung vor sich geht (...) weil sie andererseits einen Staat von sehr hoher Formentwicklung, die demokratische Republik, unmittelbar aus der Gentilgesellschaft hervorgehen läßt, und endlich weil wir mit allen wesentlichen Einzelheiten hinreichend bekannt sind.” Engels, F. MEGA. Op. Cit., p.72. Em outros momentos de *A Origem da Família...*, Engels dá a descrição, mais ou menos resumida, sobre o processo de formação do Estado *diretamente* da dissolução da constituição gentílica e após o surgimento da propriedade privada e do Estado. (ver páginas 190 até 199).

3.3) A formação do Estado entre romanos e germanos (segundo Engels)

Como do ponto de vista de Engels o processo de formação gentílica é um processo “geral”, “universal”, explica que será mais sucinto no estudo da formação do Estado em Roma, pois as gens romanas seriam idênticas às gens gregas: “é fato reconhecido o de que a gens romana era uma instituição idêntica à gens grega; e, se a gens grega era uma forma desenvolvida da unidade social cuja forma primitiva pôde ser observada entre os peles-vermelhas americanos, o mesmo pode ser dito da gens romana. Por isso, podemos ser mais sucintos em sua análise.”⁷³

De forma bastante breve, Engels diz que o Estado em Roma surgiu da vitória da plebe sobre a aristocracia gentílica que havia se formado: “em Roma, a sociedade gentílica se converteu numa aristocracia fechada, em meio a uma plebe numerosa e mantida à parte, sem direitos, mas, com deveres; a vitória da plebe destruiu a antiga constituição da gens, e sobre os escombros instituiu o Estado, onde não tardaram a se confundir a aristocracia gentílica e a plebe.”⁷⁴

Após descrever a forma constituinte da gens romana, Engels conclui: “tal era a constituição de uma gens romana [que por ser igual a gens grega, abstivemo-nos de citá-la, J.A.]. Excetuada a passagem ao direito paterno, já realizada, ela é a imagem fiel do conjunto

⁷³ Idem, p.134. Podemos aqui perceber uma vez mais a “universalização” que Engels faz da formação social iroquesa para *todas* as sociedades, especialmente para os gregos e romanos (e também os germânicos, como veremos logo adiante).

⁷⁴ Idem, p.190/91. No entanto, o Estado romano não surgiu no período da “vitória” da plebe sobre o patriciado, mas do desenvolvimento da sociedade *etrusca*, que possuía um Estado altamente centralizado, como podemos perceber em Raymond Bloch: “O regime das cidades etruscas foi um regime originariamente monárquico de que a realeza romana dos Tarquínios nos dá um exemplo particularmente claro” (p.117). A crise etrusca leva ao fim da monarquia e ao estabelecimento da república romana: “...Em fins do século VI a.C. conhece uma crise institucional, como o conjunto dos povos itálicos. A monarquia cede lugar à república, o rei cede lugar a magistrados regularmente eleitos. As novas constituições são de essência oligárquica, com magistraturas anuais e Senado estável e forte. Todos os poderes passam pois às mãos da oligarquia dos *príncipes*, os grandes das cidades” (p.117/18). Os etruscos construíram muitos palácios e obras públicas (cf. p.164/166). BLOCH, Raymond. *Os Etruscos*. Lisboa. Ed. Verbo. 1966. Em *O Capital* I, Tomo I, p.265, ao comentar a importância da cooperação nos modos antigos de produção, Marx comenta: “o efeito da cooperação simples mostra-se colossal nas obras gigantescas dos antigos asiáticos, egípcios, *etruscos*, etc.”, mais à frente “esse poder dos reis asiáticos e egípcios ou *teocratas etruscos*, etc., foi conferido, na sociedade moderna, ao capitalista...” p.265. Como se pode perceber, Marx conhecia também a estrutura social etrusca e era centralizada, autocrática e que precedeu a sociedade romana propriamente dita.

de direitos e deveres de uma gens iroquesa. Ainda aqui *reconhece-se o iroquês*⁷⁵ (grifo de Engels).

Engels explica que as tribos *germânicas* possuíam a mesma constituição dos gregos e dos romanos quando estes se encontravam na fase *superior* da barbárie (sendo também idênticas as gens iroquesas no período de Tácito): “em geral, pois, as tribos alemãs reunidas em povos têm a mesma constituição dos gregos da época heróica e dos romanos do tempo dito dos reis: assembléias do povo, conselho dos chefes e de gens e comandantes militares; estes ambicionando, já, chegar a um poder efetivamente real. Tal foi a constituição mais perfeita que a gens pôde produzir; era a organização típica da fase superior da barbárie. Na ocasião em que a sociedade ultrapassou os limites para os quais essa constituição era eficaz e suficiente, o regime gentílico se acabou. E, destruindo-se este, o Estado ocupou seu lugar.”⁷⁶ “Que os germanos estavam organizados em gens, ao tempo da migração dos povos, é fato indiscutível,”⁷⁷ diz Engels, pois, “a descrição da maneira como os germanos exerciam a hospitalidade (Tácito, *Germania*, cap. 21) coincide até em suas minúcias com a descrição de Morgan relativa aos índios”⁷⁸ (grifo meu).

Entre os germanos, o Estado (após a vitória sobre o Império Romano) nasce, segundo Engels, da conquista de territórios: “entre os germanos, por fim, vencedores do império romano, o Estado surgiu em função direta da conquista de vastos territórios estrangeiros que o regime gentílico era impotente para dominar. Como, porém, a essa conquista não correspondia uma luta séria com a antiga população, nem uma divisão do trabalho mais avançada; como o grau de desenvolvimento econômico de vencidos e vencedores era quase o mesmo (...), a gens pôde manter-se ainda por muitos séculos, sob uma forma modificada, territorial, na constituição da *marca*...”⁷⁹

⁷⁵ Idem, p.136. Aqui aparece mais uma vez a *universalização* da formação iroquesa, neste caso, a formação romana é apresentada como sendo idêntica à formação dos índios-norte-americanos.

⁷⁶ Idem, p.163.

⁷⁷ Idem, p.151.

⁷⁸ Idem, p.156.

⁷⁹ Idem, p.191.

3.4) O escravo *mercadoria* surge na fase *média* da barbárie e inclui os povos asiáticos

No último capítulo (IX), intitulado *Barbárie e Civilização*, Engels diz que irá investigar as condições econômicas que na fase superior da barbárie minavam a organização gentilícia dos gregos. Começa a demonstrar estas condições econômicas desde a fase inferior da barbárie, tomando como exemplo os “peles-vermelhas” norte-americanos, demonstrando que nesta fase não há propriedade privada e a produção é *comunista*. A divisão do trabalho é “absolutamente espontânea”, existindo apenas entre os dois sexos: a mulher manda na casa (cozinha, fia e costura); o homem manda na floresta, vai à guerra e incumbe-se da caça e da pesca. Cada um é dono do que elabora. O restante é de propriedade comum.⁸⁰

No entanto, diz Engels, não foi em todas as partes que os homens permaneceram nesta fase inferior. Na fase média da barbárie surgiram as tribos pastoris entre os asiáticos: “na Ásia, encontraram animais que se deixaram domesticar.”⁸¹ Algumas tribos, como os árias, os semitas e os turanianos fizeram da criação do gado “sua principal atividade.”⁸² O distanciamento causado pela criação de gado entre estes povos pastores e os restantes bárbaros trouxe a “*primeira grande divisão social do trabalho*”⁸³ (grifado por Engels). Quando as tribos pastoras se destacaram do restante dos selvagens “encontramos inteiramente formadas as condições necessárias para a troca entre membros de tribos diferentes e para o desenvolvimento e consolidação do comércio como uma instituição regular.”⁸⁴ No princípio, as trocas se fizeram entre as tribos através dos chefes gentílicos, mas, quando os rebanhos começaram pouco a pouco a ser propriedade privada, “a troca entre indivíduos foi predominando mais e mais, até chegar a ser a forma única.”⁸⁵ Surgiu, posteriormente, entre os asiáticos, a horticultura como precursora da agricultura. A terra cultivada continuou sendo da tribo, entregue em usufruto, primeiro à gens, depois às comunidades de famílias e, por

⁸⁰ Idem, cf., p.177-79.

⁸¹ Idem, p.179.

⁸² Idem, p.179.

⁸³ Idem, p.179.

⁸⁴ Idem, p.180.

⁸⁵ Idem, p.180.

último, aos indivíduos. Estes devem ter tido certos “direitos de posse – nada além disso.”⁸⁶ O tear e a fundição de metais (ainda não o ferro), surgem também nesta fase.⁸⁷

Com o desenvolvimento de todos os ramos da produção (criação de gado, agricultura, ofícios manuais domésticos), Engels diz que a força de trabalho do homem tornou-se “capaz de produzir mais do que o necessário para a sua manutenção.”⁸⁸ De forma simultânea, “aumentou a soma de trabalho diário correspondente a cada membro da gens, da comunidade doméstica ou da família isolada.”⁸⁹ Desta forma, “passou a ser conveniente conseguir mais força de trabalho, o que se logrou através da guerra.”⁹⁰ Então, os prisioneiros foram transformados em escravos. Segundo Engels, “dadas as condições históricas gerais de então, a primeira grande divisão social do trabalho, ao aumentar a produtividade deste e, por conseguinte, a riqueza, e ao estender o campo da atividade produtora, tinha que trazer consigo – *necessariamente* (grifo meu) – a escravidão. Da primeira grande divisão social do trabalho, nasceu a primeira grande divisão da sociedade em duas classes: senhores e escravos, exploradores e explorados.”⁹¹

Esta parece ser uma das mais discutíveis passagens da obra de Engels, pois, segundo seu esquema, a escravidão surge na fase *média* da barbárie (que, como vimos, esta fase existiu no Ocidente europeu, na Ásia e entre os peruanos e mexicanos). Ora, neste momento, aqui no capítulo nove, ao falar das condições econômicas desta fase, Engels está citando, expressamente, os povos *asiáticos* (árias, semitas, hindus, turanianos, povos das estepes ao norte do Mar negro)⁹² que são para ele “povos pastores”. Engels afirma que nesta fase surge, “necessariamente”, a *escravidão*. Surgem, então, aí, os *senhores escravocratas* e os *escravos mercadorias*, o que dá a entender que o “escravo mercadoria” existiu como forma predominante da produção em todas as sociedades que chegaram a esta fase (*média*) da barbárie, inclusive entre os povos asiáticos, peruanos e mexicanos (pré-colombianos). Engels,

⁸⁶ Idem, p.180.

⁸⁷ Idem, cf.,181.

⁸⁸ Idem, p.181.

⁸⁹ Idem, p.181.

⁹⁰ Idem, p.181.

⁹¹ Idem, p.181.

⁹² Confira as páginas 180 e 181 de *A Origem da Família...*, pois, ali, em instante algum Engels cita os gregos ou os romanos (que são povos em que o escravo era tratado como uma “mercadoria”). Engels cita ali somente povos e regiões do continente asiático.

neste momento, generaliza a escravidão greco-romana (onde o escravo é uma mercadoria como outra qualquer), colocando-a no interior de todas as sociedades que, poderíamos dizer, saíram da comunidade primitiva.⁹³

4 – Comparação entre a obra de Morgan (*Ancient Society*), os *fichamentos* que Marx fez desta obra e a *Origem da Família...*, de Engels

Engels cita Marx em diversos momentos em *A Origem da Família...*, principalmente, no capítulo intitulado “*A Gens Ateniense*”, pois, é principalmente aí, parece-nos, que Engels mais necessita de Marx para “endossar” sua tese de que a origem da gens grega pode ser analisada na formação gentílica iroquesa.

Faremos agora uma comparação entre algumas passagens da obra *Ancient Society* de Morgan, os escritos de Marx com relação a este livro e a obra de Engels, *A Origem da Família...* Pretendemos com isto demonstrar que Marx, ao ler a obra de Morgan, limitou-se a fazer um “fichamento” desta obra e que as poucas intervenções que o próprio Marx fez neste fichamento *em instante algum servem para endossar as teorias de Morgan/Engels* de que fazendo-se um estudo da gens iroquesa fosse possível conhecer o período pré-histórico grego.

1º – Na página 111 de *A Origem da Família...*, (da edição brasileira, já citada), Engels, ao enumerar a constituição da “gens ateniense”, citado de a *História da Grécia*, de Grote, ao final do item seis, diz: “aí se detém Grote, Marx acrescenta: ‘*por trás da gens grega, o selvagem (por exemplo, o iroquês) pode ser sempre reconhecido.*’ E quanto mais aprofundamos nossas investigações mais nitidamente o reconhecemos.”⁹⁴ Se observarmos mais detidamente, veremos que Marx, aqui, apenas está a reproduzir o que foi dito por Morgan, dentro dos limites de seu “fichamento”. Assim, por exemplo, escreve Morgan: “veremos imediatamente as semelhanças entre a gens grega e a gens iroquesa.”⁹⁵ E em inglês,

⁹³ Porém, como veremos mais adiante, de acordo com Marx, na Ásia existiu apenas a forma de “escravidão patriarcal”, ou “escravidão generalizada”, no sentido de que sendo o déspota o proprietário único da terra, o povo como um todo é “dependente” das vontades deste soberano. As pessoas não são escravas no sentido “Occidental”, ou seja, na forma greco-romana, onde o escravo era uma *mercadoria*, um simples instrumento de trabalho, como o gado, por exemplo.

⁹⁴ Engels, F. Op. Cit., p.111. O trecho em itálico e a parte entre parênteses são de Marx.

⁹⁵ Morgan, L.H. Op. Cit., p.264.

no original: “the similarities between the Grecian and the Iroquois gens will once be recognized.”⁹⁶ Não nos parece que Marx aqui estivesse a “endossar” as palavras de Morgan (é importante observar que aqui o editor deste fichamento de Marx, Lawrence Krader, não coloca a citação que Engels diz ser de Marx nem entre *colchetes* e nem mesmo entre *parênteses*, que é o critério utilizado pelo mesmo para destacar as “intervenções” de Marx na obra de Morgan.⁹⁷ E isto pode ser observado tanto na versão castelhana como também na edição alemã).

2º – Na página seguinte (112), Engels cita novamente Marx no intuito de reforçar suas próprias palavras: “façamos notar ao senhor Grote – diz Marx – que mesmo quando os gregos fazem derivar suas gens da mitologia, nem por isso essas gens deixam de ser mais antigas que a mitologia com deuses e semideuses criados *por elas mesmas*.”⁹⁸ Apesar de que nesta passagem, Marx provavelmente concordasse com Morgan, aqui ele também está apenas “fichando” a obra do mesmo. Vejamos, Morgan diz: “Grote faz um certo número de observações valiosas sobre as gens gregas (...) apesar de parecerem pressupor que as gens gregas não são mais antigas que a mitologia de então, ou que a hierarquia dos deuses que os membros de algumas delas reivindicavam como seus antepassados espónimos. À luz dos fatos expostos, torna-se claro que as gens existiram muito antes de esta mitologia se ter desenvolvido, antes de o espírito humano ter podido conceber Júpiter, Netuno, Marte ou Vênus.”⁹⁹ Mais uma vez aqui o editor não coloca a citação nem entre colchetes e nem entre

⁹⁶ Morgan, L.H. Op. Cit. Ed. Inglesa, p.228.

⁹⁷ Krader, L. Op. Cit. (nota do tradutor ao castelhano, p.X). Assim explica o tradutor ao castelhano com relação de como ele destacou as intervenções (opiniões) do próprio Marx (em seu fichamento) sobre a obra de Morgan: “Marx usa indistintamente parênteses () e colchetes [], ainda que use preferencialmente ambos para fazer comentários ou alusões pessoais no texto extraído. Tanto a edição *crítica* (castelhana) como a tradução para o alemão empregam assim como fez o próprio Marx. Na tradução castelhana se encontra homogeneizado o emprego destes sinais: os parênteses e guias correspondem às passagens do texto extraído, os colchetes correspondem a interpolações por/ou de Marx. Deste modo torna-se possível saber imediatamente que passagens foram interpoladas por Marx.

⁹⁸ Engels, F. Op. Cit., p.112. Em alemão, no original: „Herrn Grote ferner you bemerken“, fügt Marx ein, „daß obgleich die Griechen ihre Gentes aus der Mythologie herleiten, jene Gentes älter sind als die *von ihnen selbst* geschaffene Mythologie mit ihren Göttern und Halbgöttern.“ Engels, F. Op. Cit. Edição alemã, p.57.

⁹⁹ Morgan, L. Op. Cit., p.270/1. Em inglês, no original : “there are a number of valuable obvservations by Mr. Grote, upon the Grecian gentes, which I desire to incorporate as an exposition of them; although these observations seen to imply that they are no older than the then existing mythology, or hierarchy of the gods from the members of which some of the gentes claimed to have derived their eponymous ancestor. In the light of the facts presented, the gentes are seen to have existed long before this mythology was developed – before Jupiter or Neptune, Mars or Venus were conceived in the human mind.” Morgan, L.H. Op. Cit. Edição inglesa, p.234.

parênteses, nem na versão castelhana e nem na edição alemã que, como dissemos, é o critério utilizado pelo mesmo para destacar as citações de Marx no fichamento da obra de Morgan).

3º – Na página seguinte (113), Engels volta a utilizar-se de Marx para endossar seus argumentos sobre a obra de Morgan. Diz Engels: “é o seguinte o resumo de Marx da resposta de Morgan a essa argumentação: ‘o sistema de consangüinidade que corresponde à gens em sua forma primitiva – e os gregos a tiveram como os demais mortais – assegurava o conhecimento por parte de todos os membros da gens dos graus de parentesco que os relacionavam entre si. Aprendiam-no na prática, desde a mais tenra infância, em virtude da suma importância que isso tinha para eles. Com a família monogâmica, caiu no esquecimento. O nome da gens criou uma genealogia junto da qual a da família monogâmica parece-nos insignificante. Esse nome comprova a ascendência comum daqueles que o usavam; mas a genealogia da gens remontava a tempos tão longínquos que seus membros já não podiam demonstrar seu parentesco mútuo real, exceto num pequeno número de casos em que os ascendentes comuns reais eram mais recentes. O nome, ele mesmo, era uma prova irrefutável da ascendência comum, exceto nos casos de adoção.”¹⁰⁰ Até aqui, Marx está citando quase que literalmente a Morgan. Vamos comparar ambas as citações: Morgan diz: “o sistema de consangüinidade característico da gens na sua forma arcaica – que os gregos conheceram certamente em determinado momento – tornava possível a determinação dos vínculos de parentesco que uniam entre si os membros de uma gens. Com o desenvolvimento da família monogâmica esse vínculo caiu em desuso (...) O nome gentílico criava uma genealogia ao lado da qual a família era insignificante. A função deste nome era garantir a origem comum daqueles que o usavam; mas a linhagem da gens remontava a épocas tão longínquas que os seus membros não podiam comprovar o parentesco efetivo que os ligava, exceto no caso, pouco freqüente, em que tinham antepassados comuns recentes. O nome era, em si, prova de ascendência comum, prova concludente, aliás, salvo quando, na história da gens, a linhagem ancestral tivesse sido interrompida por adoção de pessoas de sangue estranho.”¹⁰¹

¹⁰⁰ Engels, F. Op. Cit., p.113.

¹⁰¹ Morgan, L. Op. Cit., p.276/77. Em inglês, no original: “the system of consanguinity which pertained to the gens in its archaic form, and which the Greeks probably once possessed, preserved a knowledge of the relationships of all the members of a gens to each other. This fell into desuetude with the rise of the

Continua Engels citando a Marx: “a negação atual da consangüinidade entre os gentílicos, por outro lado, tal como é feita por Grote e Niebuhr, que encaram a gens como uma criação puramente fictícia e poética, é digna de exegetas idealistas e da cultura livresca das traças. Porque o encadeamento das gerações, sobretudo com a aparição da monogamia, se perde na poeira dos tempos, e porque a realidade passada aparece refletida nas imagens fantásticas da mitologia, os velhos e simplórios filisteus concluíram e concluem ainda, que uma genealogia imaginária criou gens reais.”¹⁰² Voltemos a citar Morgan: “nada confirma as afirmações de Pollux e Niebuhr que, negando praticamente todo o parentesco entre os membros da gens, transformam esta numa associação puramente fictícia. A grande maioria dos gentílicos podiam comprovar o seu parentesco invocando os antepassados comuns; quanto aos restantes, o nome gentílico era, por si só, testemunho suficiente de uma ascendência comum.”¹⁰³ Para complementar este comentário de Marx, e demonstrar que o mesmo está apenas *fichando* a obra de Morgan, basta repetir o trecho de Morgan acima citado sobre a “realidade das genealogias”. Repitamos a Morgan: “Grote faz um certo número de observações valiosas sobre as gens gregas (...) apesar de parecerem pressupor que as gens gregas não são mais antigas que a mitologia de então, ou que a hierarquia dos deuses que os

monogamian family, as I shall endeavor elsewhere to show. The gentile name created a pedigree beside which that of a family was insignificant. It was the function of this name to preserve the fact of the common descent of those who bore it; but the lineage of the gens was so ancient that its members could not prove the actual relationship existing between them, except in a limited number of cases through recent common ancestors. The name itself was the evidence of a common descent, and conclusive, except as it was liable to interruption through the adoption of strangers in blood in the previous history of the gens.” Morgan, L. H. Op. Cit. Edição inglesa, p.240.

¹⁰² Engels, F. Op. Cit., p.113/4. Em alemão: „Marx faßt Morgan's Antwort hierauf wie folgt zusammen: „Das der Gens in ihrer Urform - un die Griechen hatten diese einst besessen wie andre Sterbliche - entsprechende Blutsverwandtschaftssystem bewahrte die Kenntniß der Verwandtschaften aller Mitglieder der Gentes unter einander,)Sie lernten dies für sie entscheidend Wichtige durch Praxis von Kindesbeinen.) Mit der monogamischen Familie fiel dies in Vergessenheit. Der Gentilname schuf einen Stammbaum, neben dem der Einzelfamilie unbedeutend erschien. Es war nunmehr dieser Name, der die Thatsache der gemeinsamen Abstammung seiner Träger zu bewahren hatte; aber der Stammbaum der Gens ging so weit zurück, daß die Mitglieder ihre gegenseitige wirkliche Verwandtschaft nicht mehr nachweisen konnten, außer in beschränkter Zahl von Fällen bei neueren, gemeinschaftlichen Vorfahren. Der Name selbst war Beweis gemeinsamer Abstammung, und endgültiger Beweis abgesehen von Adoptionsfällen. Dahingegen ist die thatsächliche Lägung aller Verwandtschaft zwischen Gentilgenossen à la Grote und Niebuhr, welche die Gens in eine rein ersonnene und erdichtete Schöpfung verwandelt, würdig *idealer* d.h. stubenhockerischer Schriftgelehrter. Weil die Verkettung der Geschlechter, namentlich mit Anbruch der Monogamie, in die Ferne gerückt, und die vergangne Wirklichkeit im mztologischen Phantasielild wiedergespiegelt erscheint, schlossen und schließen Philister-Biedermänner, daß der Phantasiestmmbaum wirkliche Gentes schuf!“ Engels, F. Gesamtausgabe. Op. Cit., p.58/9.

¹⁰³ Morgan, L. H. Op. Cit., p.277.

membros de algumas delas reivindicavam como seus antepassados espônimos. À luz dos fatos expostos, torna-se claro que as gens existiram muito antes de esta mitologia se ter desenvolvido, antes de o espírito humano ter podido conceber Júpiter, Netuno, Marte ou Vênus.”¹⁰⁴

Interessante notar que a crítica de Morgan a Pollux, Niebuhr e Grote não foi confirmada pelas escavações arqueológicas e nem pela documentação descoberta posteriormente. Ao contrário, as escavações arqueológicas, bem como outras fontes de documentação, demonstraram que as *genealogias* gregas (e também as romanas) eram mesmo fictícias, e que foram inventadas para justificar o domínio político e militar exercido pelos dórios ao destruírem a civilização micênica, através da lenda do “Retorno dos Heráclidas”, como veremos no terceiro capítulo.

No capítulo XIII da obra de Morgan, Marx, em seu fichamento, faz uma importante crítica a Morgan onde este diz que “Niebuhr nega que os clientes faziam parte da classe dos plebeus”. Para justificar sua teoria, Morgan cita, então, três autores romanos (Dionísio, Plutarco e Suetônio) que afirmam que foi Rômulo quem instituiu a relação entre patrono e cliente. Marx comenta de forma enfática: “por favor, tudo o que dizem estes três não demonstra nada! A afirmação de Morgan de que os clientes faziam parte desde o princípio da classe dos plebeus é falsa, Niebuhr tem razão.”¹⁰⁵

¹⁰⁴ Idem, p.277. Em inglês: “the practical denial of all relationship between its members made by Pollux and Niebuhr, which would change the gens into a purely fictitious association, has no ground to rest upon. A large proportion of the number could prove their relationship through descent from common ancestors within the gens, and as to the remainder the gentile name they bore was sufficient evidence of common descent for practical purposes.” Morgan, L.H. Op. Cit. Edição inglesa, p.240.

¹⁰⁵ Krader, L. Op. Cit., p.199. Em alemão: “alles, was dieses 3 sagen, beweist gefällig nichts! Morgans Behauptung, daß die Klienten von Anfang an ein Teil der Plebejischen Gemeinschaft waren – falsch, Niebuhr richtig.” Krader, L. Op. Cit. Edição alemã, p.335.

Capítulo II

Formas que precedem a produção capitalista

ou,

O processo de desenvolvimento histórico que *nega* a propriedade à grande massa da população e origina o *modo de produção capitalista*, em Marx

Escrever uma obra em que pudesse fazer a crítica da Economia Política foi o grande objetivo teórico de Marx. Dos vários volumes que originariamente comporiam esta *crítica*, Marx conseguiu terminar apenas o primeiro, intitulado “Das Kapital – Kritik der politischen Ökonomie - Der Produktionsprozeß” publicado em 1867. O Livro II (que trata do processo de circulação do capital – Der Zirkulationsprozeß) e o Livro III (que trata do processo global do capital – Der Gesamtprozeß), foram editados por Engels após a morte de Marx. O Livro IV, intitulado *Teorias sobre a mais-valia* (Theorien über den Mehrwert), foi editado por Karl Kautsky.

Para conseguir escrever esta sua obra máxima, *O capital*, Marx fez vários *esboços provisórios* até chegar a ponto de torná-los uma obra em que pudesse descrever o “movimento do real” (die wirkliche Bewegung)¹⁰⁶ sob categorias *lógicas* e *históricas*. No entanto, como tinha com estes *esboços* um objetivo maior, escrever *O Capital*, obra que conteria em si toda a crítica à Economia política, Marx nunca os publicou. Em 1939 o Instituto Marx-Engels de Moscou publicou estes *esboços* sob o título de *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie* (Fundamentos para a Crítica da Economia Política), mais conhecidos simplesmente como *Grundrisse*.

Foi possível, então, a partir daí, segundo muitos autores, compreender certas passagens de *O Capital* onde Marx apenas faz certas alusões a determinados temas (dentro de sua lógica expositiva) e que haviam sido “detalhadas” nestes *esboços*.

Uma das partes destes *esboços* foi denominada pelos editores soviéticos como *Formen, die der kapitalistischen Produktion vorhergehen* (Formas que Precedem a Produção Capitalista). Nela há um desenvolvimento mais detalhado dos estudos que Marx havia

¹⁰⁶ MARX, K. *O Capital* Tomo I. Op. Cit. (Posfácio à Segunda Edição Alemã), p.20. Edição alemã: Marx, K. *Das Kapital*. Erster Buch I. Erster Band. Werke. Band 23. Dietz Verlag Berlin. 1977, p.27.

realizado sobre as formas de sociedades que precederam a sociedade burguesa (que haviam sido *negadas* por ela).

Pode-se dizer que Marx, ao fazer este estudo sobre as sociedades onde a produção não tinha um caráter voltado ao valor de troca, mas sim, ao valor de uso, tinha um objetivo bem definido com relação a elas: demonstrar que o *modo de produção capitalista*, que surgiu na Inglaterra no século XVI, não é resultado da “natureza”, mas sim, o resultado de um longo *processo histórico* (historisches Prozeß) de *separação* (Trennung) dos trabalhadores de suas condições objetivas de existência, de um longo processo de *dissolução* (Auflösung) das formas pretéritas de propriedade onde o indivíduo comporta-se com estas *condições* como *sua propriedade*. Separação do produtor direto, principalmente, da *terra* (Grund) como *laboratório natural* e *arsenal* das condições originárias de existência. Separação, também, com relação ao *instrumento* de trabalho em que o trabalhador é o proprietário deste *meio* de trabalho. Separação, finalmente, com relação aos *meios de subsistência*, em que o trabalhador não é proprietário nem da terra nem do instrumento, mas tem garantido, por meio do Estado (Staat), as condições de sobrevivência.

O processo de dissolução destas formas de propriedade onde o indivíduo mantinha um comportamento com relação às condições objetivas de existência, de uma forma ou de outra, como *sua* propriedade, como algo que lhe pertencia (fosse a propriedade da terra ou somente do instrumento ou apenas dos meios de subsistência), resultou, na Inglaterra, a partir do final do século XIV e início do século XV, num processo onde, por um lado, estava um pequeno grupo de pessoas que se tornou o proprietário único destas condições objetivas de existência e que estavam ávidos de mão-de-obra assalariada para seus novos empreendimentos e, de outro lado, uma enorme massa de indivíduos (que antes eram proprietários) agora “livres como os pássaros”, totalmente desprovidos tanto da propriedade da terra como do instrumento e dos meios de subsistência. Um processo de concentração da riqueza em poucas mãos que foi, segundo Marx, um processo *violento*, que arrancou estas várias famílias de suas terras e de suas casas e os empurrou para as cidades, um processo de “limpeza” dos campos, “limpeza de pessoas”.

Este processo de expulsão das pessoas dos campos foi um processo que tornou “livre” essa massa de indivíduos, livres de todo o jugo feudal, livres de toda propriedade, livres de

toda garantia de sobrevivência que tinham na antiga relação feudal, ou enquanto camponeses proprietários, ou como mestres artesãos ou, ainda, como oficiais. Livres para venderem sua força de trabalho (agora sua única propriedade) no *mercado de trabalho*.

1 – As primeiras formas de organização social – a “comunidade humana” (tribo)

O primeiro pressuposto (*Voraussetzung*) para a sobrevivência dos indivíduos nas condições primitivas da humanidade (onde as áreas ainda eram de clima e geografia bastante rudes), segundo Marx, é uma “*entidade comunitária (Gemeinwesen)*”¹⁰⁷ resultante de um *processo natural* (*naturwüchsiges*). Esta entidade comunitária é, primeiramente, uma família, ou uma tribo derivada da família, ou então uma combinação de tribos (posteriormente na forma de *Estados*), que formam os primeiros núcleos de agrupamentos humanos, ainda unidos por laços de sangue. As tribos *nômades*, pastoras, foram a forma originária destas entidades comunitárias, que, pelo fato de ainda não conhecerem as técnicas de cultivo da terra (a agricultura propriamente dita), vagueavam em meio às planícies próximas aos rios e mares, em busca de alimentos já prontos para alimentarem seus rebanhos (ovelhas, cabras, gado *vacum*, etc.), sua principal fonte de subsistência. Viver em comunidade era, então, a *condição prévia* (*Voraussetz*) à sobrevivência dos indivíduos nos primórdios da humanidade justamente por serem estas condições derivadas de um *processo natural*. Desta forma, a “*coletividade tribal*” (*Stammgemeinschaft*), a entidade comunitária *natural* (*natürliche Gemeinwesen*), não aparece como *resultado* (*nicht als Resultat*), mas como “*pressuposto da apropriação coletiva, temporária, do solo e de sua utilização*”¹⁰⁸ (grifos de Marx). Temporária por ser esta comunidade originária ainda nômade.

Tão logo uma parte destas tribos nômades originárias foram se estabelecendo, *sedentarizando-se* (principalmente ao longo dos rios e à beira mar), a forma como deu-se a nova constituição tribal dependeu de várias condições *externas* e *internas* a cada tribo, como por exemplo, a formação geográfica do terreno, a quantidade e a qualidade da fauna e da flora existentes no local escolhido, as condições climáticas, o tipo de agricultura ali desenvolvida,

¹⁰⁷ Marx, K. *Grundrisse*. Op. Cit., p.434.

¹⁰⁸ Idem, p.434. “*Voraussetzung der gemeinschaftlichen Aneignung (temporären) und Benutzung des Bodens*” Marx, *Grundrisse*. Op. Cit. p.384.

a fertilidade do solo, a proximidade ou distanciamento em relação às outras tribos (o grau de afinidade ou hostilidade entre ambas, etc.), bem como de sua formação interna particular, ou seja, de seu caráter tribal (Stamm Charakter) (por exemplo, a quantidade de indivíduos que compõem a tribo).¹⁰⁹ Surgem, então, de forma natural, pequenas comunidades aldeãs, mais dispersas ou mais próximas umas das outras, conforme estas várias condições externas e internas.

Nestas primeiras formas de organização social o indivíduo se comporta com as condições de seu trabalho como condições *objetivas*, como “*sua propriedade* (als seinen Eigentum).”¹¹⁰ Em consequência disto, o trabalhador (der Arbeiter) tem, aqui, uma “existência objetiva (gegenständliche Existenz)”¹¹¹, independentemente de seu trabalho. Se comporta consigo mesmo como *proprietário*, como *senhor* (Herr) das condições de sua realidade. A forma de relacionamento entre os indivíduos membros de uma comunidade pode dar-se de duas maneiras: se o pressuposto (Voraussetzung) do relacionamento entre os indivíduos for esta “entidade comunitária” (Gemeinwesen) mais geral, então, o indivíduo se relaciona com os outros membros comunitários como seus *co-proprietários* (Miteigentümern), como tantas outras encarnações da terra comum¹¹²; se o pressuposto provir das *famílias individuais* que constituem a comunidade, então, os indivíduos se comportarão como *proprietários autônomos* (selbständigen Privateigentümern), e a *terra comum* (Gemeineigentum), que antes envolvia e dominava a tudo e a todos, é posta agora como um particular *ager publicus*, “separado da terra individual dos muitos proprietários privados da terra.”¹¹³

A terra (die Erde) é o “grande laboratório natural”¹¹⁴ (das große Laboratorium), o *arsenal* (das Arsenal) que proporciona tanto os *meios* de trabalho como o *material* de trabalho, como também a sede, a *base* (die Basis) da entidade comunitária. Marx comenta que a *apropriação real* (die wirkliche Aneignung) através do processo de trabalho ocorre sob

¹⁰⁹ Idem, p.434.

¹¹⁰ Idem, p.433.

¹¹¹ Idem, p.433.

¹¹² Idem, p.433.

¹¹³ Idem, p.433.

¹¹⁴ Idem, p.434.

estes pressupostos, os quais não são eles mesmos *produtos* do trabalho, mas aparecem como seus pressupostos “naturais ou divinos (natürlichen oder göttlichen).”¹¹⁵

O objetivo do trabalho aqui não é a criação de valor (Wert), mesmo que haja um excedente que venha a ser comercializado, mas seu objetivo aqui é a “manutenção (Erhaltung) do proprietário individual e de sua família, assim como da entidade comunitária global [tribo, Estado, J.A.].”¹¹⁶ O trabalhador, diz Marx, em sua “nudez” como proprietário apenas de sua força de trabalho (como acontece no modo de produção capitalista) é, em si mesmo, “um produto *histórico* (historiches Produkt).”¹¹⁷

Contando sempre com esta mesma relação como base, ou seja, a partir desta forma *fundamental* de propriedade da terra (ou seja, através de uma *comunidade humana* surgida de forma *espontânea*, originariamente nômade, posteriormente, vindo a estabelecer-se em determinado local, modificando-se conforme as especificidades de cada organização tribal, dando continuidade, então, ao processo de produção e reprodução dos membros da comunidade), a forma como estas comunidades humanas originárias se apropriarão destas condições *objetivas* de sua existência pode, segundo Marx, realizar-se de formas variadas. Marx faz, então, a análise das três formas *históricas* de propriedade nas quais os indivíduos comportam-se como proprietários das condições naturais de existência e que precederam a produção capitalista no Ocidente europeu: a forma “oriental”, a forma “antiga clássica” e a forma “germânica” (analisaremos a forma “asiática” no capítulo III).

2) Forma antiga clássica

Uma das formas *históricas* de propriedade em que os indivíduos relacionam-se com a terra como seu laboratório natural e que sofreu “modificações essenciais” (wesentliche Modifikation) ao longo de seu processo de desenvolvimento e que tem como *primeiro pressuposto* uma *entidade comunitária* (Gemeinwesen), estudada por Marx¹¹⁸, é a forma *antiga clássica* (klassisch antiken), “produto de uma vida histórica *mais dinâmica*, do destino

¹¹⁵ Idem, p.434.

¹¹⁶ Idem, p.433.

¹¹⁷ Idem, p.433.

¹¹⁸ Idem, cf., p.436.

e das *modificações* das tribos originárias”¹¹⁹ (grifos meus). No entanto, aqui, os indivíduos não são “meros acidentes naturais” (bloß Akzidenzen naturwüchsig), como na forma asiática, e nem a terra é a base da comunidade. Aqui, na forma antiga clássica, “a cidade é a *sede* da comunidade já desenvolvida dos camponeses proprietários de terras.”¹²⁰ Aqui, a terra de cultivo aparece como “território da cidade” (Territorium der Stadt), e não a aldeia como mero “acessório da terra.”¹²¹ A terra já não oferece obstáculos para que o indivíduo comporte-se com ela como a sua natureza inorgânica, como sua oficina (Werkstätte), como objeto de trabalho (Arbeitsobjekt), como meio de trabalho (Arbeitsmittel) e meio de vida do sujeito (Lebensmittel des Subjekts). As únicas dificuldades que podem surgir à comunidade é a circunstância de as outras comunidades porventura virem reclamar direitos naquele território determinado, ou, ainda, a necessidade de “expansão” do território da tribo. Por isso, a *guerra* (der Krieg) é o “grande trabalho comum (große Gesamtaufgabe)”¹²², o *grande trabalho coletivo* (große gemeinschaftliche Arbeit), necessário para ocupar as condições objetivas de existência (Dasein) da entidade comunitária, ou para proteger e eternizar a ocupação das mesmas. A comunidade, enquanto composta pelas famílias guerreiras, é uma das condições de sua existência como proprietária, e a concentração das casas (Konzentration der Wohnsitze) na cidade é a base desta organização guerreira (Kriegerischen Organization).

Surge, então, de forma natural, internamente nesta *comunidade guerreira* (comunidade clássica), a diferenciação social de seus membros, devido à mistura com outras tribos, aparecendo indivíduos de “linhagem” (Geschlechtern) *superior* (höher) e indivíduos de “linhagem” *inferior* (nieder). Podendo surgir esta *diferenciação* (Mischung), também, pela subjugação de povos conquistados (tornando-os escravos).¹²³

A propriedade comunitária, como propriedade *estatal* de uso coletivo (*ager publicus*), está separada (getrennt) da propriedade privada. A propriedade do indivíduo é aqui propriedade privada (Privateigentum), diferentemente do caso asiático, onde o indivíduo é

¹¹⁹ Idem, p.436. Em alemão: “das Produkt mehr bewegten historischen Lebens. [der] Schicksale und Modifikation der ursprünglichen Stämme”. Werke. Op. Cit., p.386.

¹²⁰ Idem, p.436. Em alemão: “die Stadt als schon geschaffnen Sitz der Landleute – Grundeigentümer”. Werke. Op. Cit., p.386.

¹²¹ Idem, p.436.

¹²² Idem, p.437.

¹²³ Idem, cf., p.437.

apenas *possuidor* (Besitzer), pois, na forma oriental o indivíduo nunca separa-se da comunidade.¹²⁴

Nesta forma de propriedade *romana*, o *plebeu* (Plebejer) – cidadão romano proprietário privado de terras – está excluído do usufruto direto do *ager publicus*, que é propriedade do Estado para sua manutenção e glória divina. Esta propriedade *estatal* é administrada pelos *patrícios* – aqueles que se denominam descendentes diretos dos antepassados desta entidade comunitária – que com o tempo irão *apropriar-se* desta terra comum.¹²⁵

Marx diz que conforme aumenta o grau de desenvolvimento da comunidade, através de migrações, esta comunidade pode ir despojando-se, gradualmente, do *caráter natural* (naturwüchsige Charakter) de seu trabalho coletivo. A tribo (Stamm) pode deslocar-se de sua base original para conquistar novos lugares, podendo aí, entrar em condições de trabalho “essencialmente novas”, com um maior “desenvolvimento da energia dos indivíduos.”¹²⁶ O caráter *comum* aparece (e deve aparecer), segundo Marx, perante as condições externas, sobretudo, como “unidade negativa (negative Einheit)”, pois agora estão dadas as condições (Bedingungen gegeben) para que o indivíduo converta-se em proprietário privado do solo, através de lotes particulares, “cujo trabalho particular corresponde a ele e a sua família.”¹²⁷

A comunidade, agora em forma de *Estado* (als Staat) é a “relação recíproca entre os proprietários iguais e livres.”¹²⁸ O Estado é agora o seu vínculo contra o exterior e, ao mesmo tempo, “sua garantia (ihre Garantie).”¹²⁹

Marx diz que a natureza da entidade comunitária baseia-se aqui no fato de que seus membros são *agricultores de lotes* (Parzellenbauern), proprietários da terra em que trabalham. Na mesma medida, a autonomia dos mesmos resulta de sua relação recíproca enquanto membros da comunidade, da defesa do *ager publicus* para as necessidades coletivas e para a glória coletiva, etc. Ser membro da comunidade continua a ser condição necessária para a apropriação da terra. No entanto, enquanto membro da comunidade, “o indivíduo é

¹²⁴ Idem, cf., p.436.

¹²⁵ Idem, cf., p.443.

¹²⁶ Idem, p.437.

¹²⁷ Idem, p.437.

¹²⁸ Idem, p.437. “Beziehung dieser freien und gleichen Privateigentümer aufeinander” Werke. Op. Cit., p.386.

¹²⁹ Idem, p.437.

proprietário privado.”¹³⁰ A manutenção de si mesmo como membro da comunidade é igualmente a manutenção da comunidade e vice-versa.¹³¹ A comunidade, que é aqui já um *produto histórico* (historisches Produkt) e reconhecida como algo de que os homens têm *consciência*, e que, portanto, *têm uma origem* (enstanden), é *pressuposto* da *propriedade* do solo, quer dizer, da relação entre o sujeito que trabalha e os pressupostos naturais do trabalho, como algo que lhe pertence.”¹³² Mas este “pertencimento” (Gehörigkeit), segundo Marx, é mediado por “ser ele membro do Estado” (sein Sein als Staatsmitglied), pelo próprio “*ser* do Estado” (Sein des Staats), e, portanto, por um *pressuposto* (Voraussetzung) que é “pensado [encarado, J.A.] como divino, etc.”¹³³

Marx diz que o pressuposto da continuidade desta forma de organização comunitária é a “manutenção da igualdade” (Erhaltung der Gleichheit) entre os *camponeses auto-suficientes livres* (freien self-sustaining peasants – no original) e o *próprio trabalho* (eigen Arbeit) como condição (Bedingung) para a “perduração de sua propriedade (Fortdauer ihres Eigentums).”¹³⁴ Os indivíduos comportam-se com as condições do trabalho como *sua* propriedade. No entanto, na realidade, estas condições ainda devem ser *repostas constantemente* (müssen noch fortwährend) pelo trabalho pessoal (persönlichkeit Arbeit) como “condições e elementos objetivos da personalidade do indivíduo.”¹³⁵ Entretanto, a tendência desta pequena comunidade guerreira leva-a para “além de seus limites”¹³⁶, como aconteceu, por exemplo, na antiga Roma, na Grécia clássica e entre os judeus (os exemplos são de Marx). E Marx acrescenta, reafirmando o caráter de auto-subsistência destes povos (produção de valores-de-uso como fundamento desta forma social): “O indivíduo é colocado em condições tais para ganhar sua vida que seu objetivo não é a aquisição de riqueza, mas a *subsistência* (self-sustenance), a sua própria reprodução como membro da comunidade; sua própria reprodução como proprietário do lote e, neste caráter, como *membro* (Mitglied) da

¹³⁰ Idem, p.437. “als Gemeindemitglied ist der einzelne Privateigentümer”. Werke. Op. Cit., p.386.

¹³¹ Idem, p.438.

¹³² Idem, p.438.

¹³³ Idem, p.438.

¹³⁴ Idem, p.438.

¹³⁵ Idem, p.438.

¹³⁶ Idem, p.438. “hinaus über dieses Schranken”. Werke. Op. Cit., p.387.

comuna (grifo meu).”¹³⁷ A manutenção da comuna é a reprodução de todos os membros da comunidade como camponeses auto-suficientes, cujo excedente pertence à comunidade. A propriedade é *quiritária*, romana, diz Marx, e o proprietário da terra só o é como romano, mas, *como* romano, “é proprietário de terra.”¹³⁸ Podemos perceber aqui que há uma relação *recíproca* entre “ser membro da comunidade” e a “comunidade enquanto tal”, seja ela em forma de tribo ou já como Estado. Um é pressuposto do outro (no caso aqui, o primeiro é pressuposto do segundo).¹³⁹

Citando a Niebuhr, Marx explica que na Antigüidade o comércio e os ofícios urbanos eram pouco estimados pelos cidadãos romanos (e gregos), enquanto que a agricultura era altamente respeitada. Na Idade Média dá-se a evolução (apreciação) oposta (*entgegengesetzte Beurteilung*), com o comércio passando a ter um grande papel.¹⁴⁰

Em Roma, o direito ao usufruto da terra comunitária através de sua *posse* (*Recht der Benutzung*) correspondia originariamente aos patrícios que logo concederam-na a seus clientes (*Klienten*). No entanto, a *transferência como propriedade* (*Überweisung von Eigentum*) das terras comuns (*ager publicus*) poderia ser feita exclusivamente para os plebeus (*ausschließlich den Plebejern*).¹⁴¹ Segundo Marx, “todas as concessões eram em favor dos plebeus e compensação por uma parte da terra comunitária.”¹⁴² Esta propriedade originalmente dos plebeus era “*propriedade territorial propriamente dita* (*Eigentliches Landeigentum*)”¹⁴³, com exceção daquelas terras situadas junto aos muros da cidade (comunidades rurais logo absorvidas).

¹³⁷ Idem, p.439.

¹³⁸ Idem, p.439.

¹³⁹ Em alemão: “Bei den Antiken (Römer als das klassische Beispiel, die Sache in der reinsten, ausgeprägtesten Form) gegensätzliche Form von Staatsgrundeigentum und Privatgrundeigentum, so daß das letztere durch das erstere vermittelt oder das erstere selbst ein doppelten Form existiert” Werke. Op. Cit., p.391.

¹⁴⁰ Marx, K. *Grundrisse*. Op. Cit., cf. p.440.

¹⁴¹ Idem, p.440.

¹⁴² Idem, p.440. Em alemão: “alle Assignationen zugunsten der Plebejer und Abfindung für einen Anteil am Gemeindeland”. Werke. Op. Cit., p.388.

¹⁴³ Idem, p.440. (grifos de Marx).

Marx apresenta a definição do que era a *Plebe Romana*: “caráter essencial da plebe romana como um conjunto de camponeses da forma como se manifesta em sua propriedade quiritária.”¹⁴⁴

Os antigos consideravam unanimemente, segundo Marx, o trabalho da terra como *ocupação própria* do homem livre (Landbau achteten die Alten einsimmig für das Eigentliche Geschäft des freien Mannes): a escola dos soldados (Schule des Soldaten). Marx diz que é ali que está contida a “antiga linhagem da nação (alte Stamm der Nation)”¹⁴⁵, que, com o tempo, se modificará nas cidades, onde se estabelecem artesãos e comerciantes estrangeiros e onde também logo chegam os nativos atraídos pelo lucro. Marx explica que onde existe a escravidão (Sklaverei), o *liberto* (Freigelaßne) busca sua subsistência através destas formas de ocupação, e, a princípio, acumula riquezas (Reichtümer sammelt): “deste modo – diz Marx – também na Antigüidade estes ofícios se encontravam, sobretudo, em suas mãos [dos libertos] e, portanto, não eram decorosos para o cidadão (Bürger).”¹⁴⁶

Marx comenta que os antigos não tinham nem sequer vagamente a noção de orgulho próprio pela organização corporativa (Zunftwesen), da forma como esta aparece na história das cidades medievais, e mesmo nestas, segundo Marx, a partir do momento em que as corporações venceram as linhagens, o espírito militar feudal (kriegerische Geist) declinou por completo e as cidades tornaram-se fundamentais para o desenvolvimento da sociedade européia. Comenta ainda que as tribos dos Estados antigos estavam constituídas de duas maneiras: “sobre a base de *linhagens* (Geschlechtern) ou sobre a base de *lugares* (Orten).”¹⁴⁷ As tribos *baseadas em linhagens* antecederam na antigüidade as tribos baseadas no lugar e em quase todas as partes foram suplantadas por estas. Sua forma mais estrita, mais extrema (strengste), segundo Marx, é a *organização em castas* (Kasteneinrichtung), que estão “separadas umas das outras, sem direito ao matrimônio misto e inteiramente diferenciadas quanto a sua dignidade, correspondendo a cada uma um ofício exclusivo e imutável

¹⁴⁴ Idem, p.440. Em alemão: “Grundwesen der römischen Plebs als einer Gesamtheit von Landleuten, wie es in ihren quiritarischen Eigentum bezeichnet ist”. Werke. Op. Cit., p.389.

¹⁴⁵ Idem, p.440.

¹⁴⁶ Idem, p.440. Marx comenta que por isso era perigoso conceder cidadania plena (Bürgerrecht) a todos os libertos. Os gregos, segundo Marx, normalmente os excluía dela. Cf. p.440.

¹⁴⁷ Idem, p.441.

(ausschließlichen unabänderlichen Beruf).”¹⁴⁸ Já as *tribos locais* “corresponderam originariamente a uma divisão de terras em distritos e aldeias, de tal modo que na Ática, sob Clístenes, aquele que no momento da divisão se encontrasse numa determinada aldeia foi registrado como um *demotes* dessa aldeia, membro de uma *phile* da região a que pertencia a aldeia. A regra era que – continua Marx – daí em diante, seus descendentes, sem que importasse seu local de residência, ficassem naquela mesma *phile* e no mesmo *demos*, de forma que esta divisão assumiu também uma aparência (Schein) de agrupação de parentesco (Ahnenwesen annahn).”¹⁴⁹

A linhagem *romana*, segundo Marx, não era uma linhagem de parentesco consangüíneo como afirmava Engels em *A Origem da Família*: “A linhagem romana não era uma linhagem de parentesco consangüíneo (nicht Blutsverwandte).”¹⁵⁰ Marx comenta que junto ao nome coletivo (gemeinschaftlichen Namen) Cícero acrescenta como indicação: “*descendência de homens livres* (von freien Geschlechtern).”¹⁵¹ No mundo antigo não existiu nenhuma organização mais geral que as linhagens. Assim, por exemplo, diz Marx, entre os gauleses, os aristocráticos Campbells e seus vassalos constituem um clã.

Como o patrício romano representava em maior grau a entidade comunitária (Gemeinwesen repräsentiert), então, segundo Marx, era ele o *possuidor* (possessor) do *ager publicus* e o utilizava por intermédio de seus clientes (ihn durch seine Klienten), etc. No entanto, este *patrício vai se apropriando gradualmente desta terra comunal*¹⁵² (grifo meu).

Marx diz que a comunidade germânica, por exemplo, não se concentra na cidade (konzentriert sich nicht in der Satdt), pois, a *mera concentração* (bloße konzentriert), ou seja, a cidade como *centro da vida rural* (der Stadt als Zentrum des Landlebens), como *domicílio dos trabalhadores da terra* (Wohnsitz der Landarbeiter) e, da mesma forma, *centro de*

¹⁴⁸ Idem, p.441.

¹⁴⁹ Idem, p.441.

¹⁵⁰ Idem, p.441.

¹⁵¹ Idem, p.441. (grifo de Marx).

¹⁵² Idem, cf., p.441. Marx diz em *O Capital* I com relação aos patrícios romanos: “basta pouco conhecimento, por exemplo, da história republicana de Roma, para saber que a história da propriedade fundiária constitui sua história secreta.” Marx. K. *O Capital* I. Op. Cit. Tomo I, p.77.

condução da guerra (Zentrum der Kriegsführung), propicia à comunidade “uma existência externa (äußerliche Existenz), diferente daquela do indivíduo (einzelen).”¹⁵³

Nos *Grundrisse* Marx diz: “todas as conquistas supõem três possibilidades: [1ª] o povo conquistador submete o povo conquistado à seu modo de produção (por exemplo, os ingleses neste século na Irlanda e, em parte, na Índia); [2ª] ou deixa subsistir o antigo e se satisfaz com um tributo (por exemplo, os turcos e os romanos); [3ª] ou se produz uma ação recíproca e que nasce uma forma nova, uma *síntese* (em parte, nas conquistas germânicas). Em todos os casos – continua Marx – o modo de produção, seja o do povo conquistador, seja o do povo submetido, ou o que resulta da *fusão dos dois* – é determinante para a nova distribuição que se estabelece”¹⁵⁴ (grifos meus). Marx comenta que, mesmo que este “modo de produção” apareça como um “pressuposto” (Voraussetzung) para o novo período de produção, “ele mesmo é, por sua vez, produto da produção.”¹⁵⁵ E não somente produto da produção histórica em geral, mas, “da produção histórica determinada.”¹⁵⁶ Assim, por exemplo, os *bárbaros germânicos*, diz Marx, que tinham um modo de produção que consistia na “agricultura praticada com servos e em uma vida isolada no campo, puderam submeter facilmente as províncias romanas a estas condições, porque a concentração da propriedade da terra [entre os romanos, J.A.] que havia se operado nelas, tinha transformado completamente as antigas condições agrárias.”¹⁵⁷

Assim, diferentemente do que propôs Maurice Godelier em *Sobre el Modo de Producción Asiático*, para quem haveria “sete formas diferentes de apropriação da terra” descritas, segundo ele, por Marx nas *Formen...*, afirmando, por exemplo, que o modo de produção “antigo” evoluiria, necessariamente, para o modo de produção “escravista”, ou que o modo de produção “germânico” evoluiria, necessariamente, para o modo de produção

¹⁵³ Idem, p.441/442.

¹⁵⁴ Idem, p.18.

¹⁵⁵ Idem, p.18.

¹⁵⁶ Idem, p.18.

¹⁵⁷ Idem, p.18. Para Marx, a forma “germânica”, por exemplo, não é uma forma social que tenha que desembocar diretamente na sociedade feudal. Ela somente “evoluiu” para o Feudalismo porque foi absorvida pela história da luta de classes, que foi levada até eles pelos romanos, ou seja, a história da luta de classes chegou até eles de forma *externa*, arbitrária, sem nenhuma “necessidade interna”, inerente à sua sociedade. Se, posteriormente, ocuparam geograficamente o Império Romano, é porque estes já haviam chegado ao desenvolvimento máximo de seu modo de produção e foram destruídos por suas próprias contradições internas, por seu desenvolvimento limitado, pelo limite de seu desenvolvimento técnico e não, como muitos defendem, por causa da “invasão germânica”.

“feudal”¹⁵⁸, Marx, parece-nos, não considerava o desenvolvimento da história romana a partir do momento em que a escravidão tornou-se a forma predominante da organização do trabalho naquela sociedade como “um novo modo de produção” que teria sucedido o modo de produção antigo. Parece-nos, também, que Marx não considera, como faz pensar Godelier, que o modo de produção “germânico” evoluísse diretamente para o modo de produção “feudal”. Não encontramos em momento algum, nas *Formen...*, qualquer passagem onde Marx desse a entender que a forma “antiga” fosse uma forma de sociedade diferente da forma puramente “escravista”, ou que a forma germânica tivesse, necessariamente, que evoluir para a forma “feudal”.

Pelo contrário, no Livro III de *O Capital*, seção IV, capítulo XXXVI (Notas Sobre o Período Pré-capitalista – Vorkapitalistisches), ao analisar o papel do *capital usurário* nas formas antigas de produção, Marx diz, com relação ao papel desagregador da usura na Roma antiga deixa claro que o modo de produção não mudou: “uma vez que a usura dos patrícios romanos arruinou inteiramente os plebeus romanos, os pequenos agricultores, essa forma de exploração teve um fim e a economia escravista pura toma o lugar da produção pequeno-burguesa.”¹⁵⁹ Se aqui ainda não fica bastante claro que a forma escravista greco-romana de exploração não é um modo de produção diferente do modo *antigo*, logo à frente Marx deixa isto bastante claro: “a usura centraliza fortunas em dinheiro onde os meios de produção estão dispersos. *Ela não altera o modo de produção* (grifo meu), mas suga-o como parasita e o torna miserável.”¹⁶⁰ No parágrafo seguinte volta Marx a dizer que a intensificação da usura não cria um novo modo de produção (agora falando, também, sobre o modo de produção feudal), mas apenas acelera, aprofunda sua miséria, aprofunda sua dissolução sem engendrar, por si próprio, um outro modo, superior, de produção: “à medida que a escravidão domina ou à medida que o mais-produto é consumido pelo senhor feudal e seu séquito, e o dono de

¹⁵⁸ Godelier. Op. Cit. Nesta obra Godelier diz que Marx descreve nos *Grundrisse* “sete formas diferentes de apropriação da terra... Nesta evolução se sucedem a comunidade primitiva, o modo de produção asiático, o modo de produção antigo, o modo de produção escravista, o modo de produção germânico e, finalmente, o modo de produção feudal e o modo de produção capitalista.” Cf. p.18.

¹⁵⁹ MARX, Karl. *O Capital*. Livro III. Vol. V. Tomo 2. SP. Ed. Nova Cultural, 1988, p.98. Em alemão: “Sobald der Wucher der römischen Patrizier die römischen Plebejer, die Kleinbauern, völlig ruiniert hatte, hatte diese Form der Ausbeutung ein Ende, und trat die reine Sklavenwirtschaft an die Stelle der kleinbürgerlichen.” Marx, K. *Das Kapital*. Buch III. Werke. Dritter Band. Dietz Verlag Berlin. 1977, p.609.

¹⁶⁰ Idem, p.99. Em alemão: “er ändert die Produktionsweise nicht, sondern saugt sich an sie als Parasit fest und macht sie miserabel”. *Das Kapital* III. Op. Cit., p.610.

escravos ou o senhor feudal sucumbem à usura, *o modo de produção permanece o mesmo* (Bleibt die Produktionsweise auch dieselbe), apenas torna-se mais duro para o trabalhador (nur wird sie härter für die Arbeiter). O dono de escravos ou o senhor feudal endividados expoliam mais, porque são mais expoliados. Ou finalmente ele cede lugar ao usurário, o qual se torna ele próprio proprietário fundiário ou dono de escravos, como os cavaleiros da Roma Antiga. No lugar do antigo explorador – continua Marx – cuja exploração tinha um caráter *mais ou menos patriarcal* (mehr oder minder patriarchalisch), porque em grande parte era um meio de poder político (politisches Machtmittel), apresenta-se um arrivista (harter), ávido de dinheiro. *Mas o modo de produção não se altera* (aber die Eigentumsformen selbst wird nicht verändert)”¹⁶¹ (grifos meus). Como fica evidenciado, parece que Marx não concordaria com a tese das “sete formações sociais” proposta por Godelier.

Eric Hobsbawm, por outro lado, critica aos que fazem uma leitura “literal” da passagem do *Prefácio* de *Para uma Crítica da Economia Política*, onde Marx cita as sociedades que, segundo ele, podem ser classificadas ao longo da história como épocas progressivas da formação econômica da sociedade.¹⁶² Segundo Hobsbawm, perceberemos que estas formas de sociedades “são apresentadas, ao que parece – no *Prefácio* da *Crítica da Economia Política*, embora não de maneira específica nas *Formen* – como etapas históricas sucessivas (grifo de Hobsbawm). *Em sentido literal* – continua Hobsbawm – *isto é incorreto*, pois não somente o modo asiático de produção coexistiu com todos os demais, como não há

¹⁶¹ Idem, p.99. *Das Kapital* III, p.610. Marx diz no parágrafo seguinte que a usura atua de maneira revolucionária em todos os modos de produção “somente ao destruir e dissolver as formas de propriedade, sobre cuja base sólida e constante reprodução na mesma forma, repousa a articulação política.” Idem, p.99 (alemão 610). Marx diz ainda que nas formações asiáticas a usura pode perdurar por longo tempo *sem provocar mais que a decadência econômica e a corrupção política*. “Só onde e quando existem as demais condições do modo de produção capitalista, a usura aparece como um dos meios de constituição do novo modo de produção, por um lado, pela ruína do senhor feudal e da pequena produção e, por outro, pela centralização das condições de trabalho convertendo-se em capital.” p.99. “Revolutionär der Wucher in allen vorkapitalistischen Produktionsweisen nur, indem er die Eigentumsformen zerstört und auflöst, auf deren fester Basis und beständiger Reproduktion in derselben Form die politische Gliederung ruht. Bei asiatischen Formen kann der Wucher lange fort dauern, ohne etwas anderes als ökonomisches Verkommen und politische Verdorbenheit hervorzurufen. Erst wo und die übrigen Bedingungen der kapitalistischen Produktionsweise vorhanden, erscheint der Wucher als eines der Bildungsmittel der neuen Produktionsweise, durch Ruin der Feudalherren und der Kleinproduktion einerseits, durch Zentralisation der Arbeitsbedingungen zu Kapital andererseits”. Marx, K. *Das Kapital* III. Op. Cit., p.610/611.

¹⁶² No *Prefácio*, Marx enuncia, de forma sintética, sua teoria geral da história: “em um caráter amplo, os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno podem ser considerados como épocas progressivas da formação econômica da sociedade.” MARX, K. *Para Uma Crítica da Economia Política – Prefácio*. Editora Martins Fontes. SP, cf., p.53.

referência, na argumentação das *Formen* ou em qualquer outra parte, de que o modo antigo tivesse evoluído dele. Devemos, portanto, entender que Marx não se refere à sucessão *cronológica*, ou mesmo à evolução de um sistema a partir de seu predecessor (embora, obviamente, seja este o caso do capitalismo com relação ao feudalismo), mas à evolução num sentido mais geral (grifos meus).¹⁶³

No entanto, parece-nos que Marx pensava ser a forma *antiga* derivada de uma forma social de tipo “asiática” (por mais que, obviamente, Roma e Grécia não fizessem parte do continente asiático). Ainda em *Formen...*, ao comentar o processo de dissolução que transforma uma enorme massa de indivíduos em trabalhadores livres, desprovidos de todas as formas de propriedade, com exceção da propriedade de seu corpo, Marx diz que a primeira relação de propriedade dissolvida na relação de capital é a da propriedade da terra. Marx diz: “todas as formas nas quais está presente esta propriedade supõem uma *entidade comunitária*, cujos membros, quaisquer que sejam as diferenças formais que possam existir entre eles, como membros da mesma *são proprietários*. A forma originária (*die ursprüngliche Form*) desta propriedade é, portanto, ela mesma *propriedade comum imediata (forma oriental*, modificada na eslava, desenvolvida até sua antítese, mas, não obstante, ainda o *fundamento oculto* (*geheime Grundlage*), ainda que antitético, na propriedade antiga e germânica)”¹⁶⁴ (grifos de Marx). Parece-nos aqui, nesta passagem, que Marx considerava a “forma asiática” como a *primeira* forma de apropriação *pós-comunidade primitiva*. Ela modifica-se, então, na “forma eslava” por ser esta já uma forma de propriedade comunal onde a família já possui, *como sua propriedade* (ainda que não alienável), a casa e o quintal a seu redor, além dos frutos da colheita, apesar de que a terra continua propriedade da comunidade e desenvolve-se até a forma escravagista greco-romana.¹⁶⁵

¹⁶³ HOBBSBAWM, E. J. *Formações Econômicas Pré-capitalistas*. Introdução RJ. Ed. Paz e Terra. Tradução de João Maia, p.37/38.

¹⁶⁴ Idem, p.458. Na edição alemã: “die ursprüngliche Form dieses Eigentums ist daher selbst *unmittelbares Gemeineigentum (orientalische Form*, modifiziert im slawischen; bis zum Gegensatz entwickelt, aber doch noch als die geheime, wenn auch gegensätzliche Grundlage im antiken und germanischen Eigentum)”. Werke, p.405.

¹⁶⁵ Ver Godelier, M. Op. Cit. Por exemplo, nos esboços da carta enviada por Marx à Vera Zasulich, onde diferencia de forma clara a *comuna rural russa*, já livre dos “estreitos laços consanguíneos” (p.174); “seu equivalente ocidental é a *comuna germânica*, de data muito recente... Como fase última da formação primitiva da sociedade, a comuna agrícola é, ao mesmo tempo, uma fase de transição para a formação secundária, a saber, uma transição da sociedade baseada na propriedade comum à sociedade baseada na propriedade privada. A formação secundária inclui a série de sociedades baseadas na escravidão e na servidão” (p.177).

“Desenvolvida até sua antítese!”. Qual a *antítese* da propriedade comum? Logicamente que é a propriedade privada que se desenvolveu na Antigüidade clássica até seu extremo, ou seja, a forma escravista, onde o trabalhador não é proprietário nem da terra nem do instrumento, nem mesmo tem a propriedade do próprio corpo, pois é propriedade de um cidadão grego ou romano. O escravo tem garantido apenas os meios de subsistência (veremos isto melhor mais à frente quando Marx discute as formas de dissolução da propriedade). Estas formas de sociedades *clássicas* foram precedidas, cronologicamente, por uma forma social de tipo “asiática” por terem sido fundadas sobre a base de sociedades que tinham uma estrutura social baseada numa forma de produção em que todas as terras do território eram propriedade da comunidade, onde havia a unidade entre agricultura e artesanato doméstico dentro das comunidades tribais. Havia uma burocracia estatal que fazia toda a contabilidade do palácio, cobrava os impostos das comunidades e fazia a segurança do Estado. Na Grécia, esta forma social correspondeu à sociedade creto-micênica (que era uma sociedade *palaciana*) e durou em torno de mil anos e foi destruída por invasões de povos que vieram do Norte (possivelmente os povos dóricos, por volta de 1200 a.C.), e em Roma à civilização *etrusca*.

Apesar de na época de Marx não haverem ainda estudos desenvolvidos sobre um possível passado “asiático” na Grécia, Marx não pensava que a sociedade grega pudesse ter se desenvolvido diretamente da comunidade primitiva à sociedade de classes, escravista. Marx conhecia, por exemplo, as obras de Homero, a *Odisséia* e a *Iliada*, que fazem alusões a um passado remoto grego onde a forma política era marcada por uma monarquia (por mais que estes relatos de Homero estivessem cheios de mitologia e alternassem momentos presentes com relatos do passado). Quanto a Roma, Marx conhecia os relatos sobre a sociedade etrusca, que como se sabe, era uma sociedade teocrática, bastante hierarquizada e que realizou grandes obras públicas na Itália, tanto na construção de palácios, ruas, templos, como também obras de irrigação.

Estas formas sociais (a clássica e a germânica) continuam tendo, apesar de contraditórias (*gegensätzliche*), seu “fundamento oculto” (*geheime Grundlage*) na forma “oriental” de propriedade, justamente por continuarem tendo uma “entidade comunitária” (*Gemeinwesen*) como *seu fundamento*, com cultivo comum do solo, etc., ou seja, pelo fato de que o que possibilita o indivíduo (ou a família) a ser proprietário é a circunstância de eles

terem uma *suposta descendência comum*, uma suposta descendência de um mesmo tronco consanguíneo originário, de uma mesma origem tribal, que, de início, é comunalista: “o homem é – diz Marx – por natureza, um *ser genérico* (Gattungswesen), um *ser tribal* (Stammwesen) um *animal de rebanho* (Herdentier), embora não um *animal político* (zoon politikon), no sentido dado por Aristóteles.¹⁶⁶ O homem, completa Marx, somente se isola através do processo histórico.¹⁶⁷ Ou seja, com o desenvolvimento da história da luta de classes.¹⁶⁸

Como podemos perceber, para Marx, o homem é, em sua origem, um ser genérico, tribal, animal de rebanho, que se apropria da terra e da natureza de forma comunal, por *associação*. Seria difícil imaginar que estas sociedades baseadas em relações comunalistas de propriedade pudessem evoluir, *sem mediação* alguma, a uma forma de propriedade *superior* (da terra), privada, como querem dar a entender Hobsbawm e também Engels em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*.

3) Forma germânica

Na forma *germânica* (germanische) de propriedade das condições do trabalho por parte dos indivíduos que trabalham como membros auto-suficientes da comunidade, esta *comunidade* existe somente se considerada “externamente”¹⁶⁹ (äußerlich), através da *reunião* (Vereinigung) dos cabeças de famílias (Familienhäupter) para resolverem pendências comuns, para a guerra contra tribos vizinhas, na religião, nos costumes, etc. A *comunidade em si* existe de fato na “ascendência, língua e história comuns, etc.”¹⁷⁰ Isto acontece devido à circunstância de seu *fundamento* (Grundlage) ser o “isolamento” (isolierte), a “casa familiar autônoma (selbständige Familienwohnung)”¹⁷¹, ou seja, à circunstância de as famílias “não se concentrarem em uma cidade (ou aldeia)”, de estarem *dispersos* pelos campos, pelos bosques,

¹⁶⁶ Marx, K. *Grundrisse*. Op. Cit., p.457.

¹⁶⁷ Idem, p.457.

¹⁶⁸ Idem, cf. p.457.

¹⁶⁹ Idem, p.442.

¹⁷⁰ Idem, p.442.

¹⁷¹ Idem, p.443.

isolados por grandes distâncias, onde cada família cultivava de modo isolado seu próprio lote de terra.¹⁷²

Por isso, diz Marx, a comunidade “germânica” *não existe*, de fato, como *Estado* (die Gemeinde existiert daher in fact nicht als Staat), como existe entre os antigos, “porque não existe como *cidade* (weil sie nicht als Stadt).”¹⁷³ Importante salientar aqui que Marx considerava a forma germânica (anterior ao período das grandes invasões ao *moribundo* Império Romano, que viria dar origem à Idade Média), como uma forma “pré-estatal” que não havia desenvolvido ainda formas governamentais nas quais os indivíduos estivessem submetidos a um governo que os representasse, e isto simplesmente porque a forma germânica não havia desenvolvido uma forma de organização urbana (uma cidade ou aldeia) que se tornasse um local de concentração dos indivíduos membros de uma entidade comunal. Neste sentido, portanto, a forma “germânica” de propriedade pode ser considerada como uma forma de propriedade *anterior* a forma “asiática”, pois, na Ásia, por mais distantes que as pequenas comunidades estivessem umas das outras, elas tinham a aldeia (Dorf) como ponto de referência (como seu lar) e o *Estado* (Staat), a entidade comunitária (Gemeinwesen) como instância superior (hörer) e representante “político” das muitas pequenas comunidades reais (wirklichen Gemeinden) frente ao estrangeiro.

Cada família individual *germânica* (a família tem que ser entendida aqui como a forma de família de tipo “patriarcal”, onde moravam numa “grande casa” várias gerações de uma mesma família, como a forma ainda existente na época de Marx), vivia de forma auto-suficiente na propriedade que lhe pertencia. A propriedade (propriedade familiar) não aparece *mediada* (vermittelt) pela comunidade ou como forma contraposta a esta (como no caso romano), mas, ao contrário, a existência da comunidade e da terra comunal aparecem, elas mesmas, como “mediadas” (vermittelt) pela relação mútua dos chefes das várias casas familiares autônomas, quer dizer, “como relação recíproca dos sujeitos autônomos.”¹⁷⁴ A *terra comum* aparece aqui apenas como complemento *comunitário* da propriedade privada, para fornecer lenha, pastagem, zonas de caça, etc.¹⁷⁵ Marx diz que, no fundo, na forma

¹⁷² Cf. p.443/444.

¹⁷³ Idem, p.442.

¹⁷⁴ Idem, p.443. Em alemão: “als selbständigen Subjekte aufeinander”. Werke. Op. Cit., p.391/92.

¹⁷⁵ Idem, cf., p.444.

germânica, o “todo econômico” (ökonomische Ganze) está contido “em cada casa individual”¹⁷⁶, à qual constitui para si um “centro autônomo de produção.”¹⁷⁷

A história antiga clássica, diz Marx, é a história urbana. No entanto, é a história de cidades baseadas sobre a propriedade da terra e a agricultura. Já a “história” asiática é uma espécie de unidade indiferente de cidade e campo (neste caso, as cidades verdadeiramente grandes devem ser consideradas meramente como acampamentos senhoriais, como uma sobreposição à estrutura propriamente econômica). A Idade Média (época germânica) surge tendo a terra como base da história, história cujo desenvolvimento posterior se converte logo em uma contraposição entre cidade e campo. A história moderna é a *urbanização do campo* e não como entre os antigos, a *ruralização da cidade*.¹⁷⁸

4 – O processo total (Gesamt) de desenvolvimento histórico

A questão, diz Marx, é exatamente a seguinte: em todas estas formas onde a propriedade da terra e a agricultura formam a base da ordem econômica e, conseqüentemente, onde o objetivo econômico é a produção de valores de uso, em todas estas formas a *reprodução do indivíduo* (Reproduktion des Individuums) naquelas relações determinadas com sua comunidade em que ele constitui a base desta, em todas estas formas há: 1) apropriação da condição natural de trabalho – da terra como instrumento originário de trabalho e como laboratório, como reservatório de matérias-primas – não através do trabalho, mas como pressuposto do trabalho. O indivíduo se comporta com as condições objetivas do trabalho simplesmente como algo seu, se comporta com elas tratando-as como natureza inorgânica de sua subjetividade, na qual esta realiza a si mesma; a principal condição objetiva do trabalho não se apresenta como *produto* do trabalho, mas se torna presente como *natureza*; por um lado, a terra como condição objetiva da reprodução deste; 2) mas este *comportamento* com o solo, com a terra, tratando-o como propriedade do indivíduo que trabalha – o qual, em

¹⁷⁶ Idem, p.443. “in jedem einzelnen Hause enthalten”. Werke. Op. Cit, p.392.

¹⁷⁷ Idem, p.443. “selbständiges Zentrum der Produktion bilden”. Werke. Op., Cit 392.

¹⁷⁸ Idem, p.444. Em *O Capital* I: “a base de toda divisão do trabalho desenvolvida e mediada pelo intercâmbio de mercadorias é a separação (Trennung) entre a cidade e o campo. Pode-se dizer que toda a história econômica da sociedade resume-se no movimento dessa antítese (gegensätzlich).” Marx, K. *O Capital*. Op. Cit. Tomo I, p.278.

consequência, desde o princípio não aparece, nesta abstração, como mero indivíduo que trabalha, mas que tem na propriedade da terra um *modo objetivo de existência*, que constitui um *pressuposto* de sua atividade, como seu pé, seus órgãos dos sentidos, que sem dúvida também se reproduzem no processo vital e os desenvolve, etc., por seu lado, constituem um pressuposto desse processo de reprodução –, este comportamento está também mediado pela existência natural, mais ou menos desenvolvida historicamente e modificada, do indivíduo como *membro de uma comunidade*, ou seja, através de sua existência natural como membro de uma tribo, etc.¹⁷⁹

Segundo Marx, o comportamento com a terra como *propriedade* é sempre mediado por sua *ocupação* (Okkupation) pela tribo, seja ela pacífica ou violenta (friedliche oder gewaltsame), ocupação por parte da comunidade seja qual for sua forma “em maior ou menor grau naturais ou resultado do desenvolvimento histórico.”¹⁸⁰ Assim, nesta forma original de relacionamento do indivíduo com as condições objetivas de sua existência (a terra, os frutos desta), o indivíduo “jamais pode aparecer na forma isolada em que aparece como *mero trabalhador livre*”¹⁸¹ (grifo meu). Se as condições objetivas de seu trabalho (a terra e seus frutos) estão pressupostas como *pertencentes* a ele (ihm gehörig), (o indivíduo, enquanto sujeito, considera as condições *objetivas* de seu trabalho como a *natureza inorgânica de sua*

¹⁷⁹ Idem, cf. p.444/45. Em *O Capital* I, no primeiro capítulo (A Mercadoria), item 4 (O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo), Marx refere-se às formações econômicas que precederam o capitalismo como formas de organização social onde as relações entre os indivíduos que pertencem à estes organismos sociais são “extremamente mais simples” que o organismo burguês, por ainda não terem se desprendido das relações comunitárias: “nos modos de produção da velha Ásia e da Antigüidade, etc., a transformação do produto em mercadoria, e, portanto, a existência do homem como produtores de mercadorias, desempenha papel subordinado, que também se torna tanto mais importante quanto mais as comunidades entram na fase de declínio. Povos propriamente comerciantes só existem nos intermúndios do mundo antigo, como os deuses de Epicuro ou como os judeus nos poros da sociedade polonesa. Aqueles antigos organismos sociais de produção são extraordinariamente mais simples e transparentes que o organismo burguês [sem o *fetichismo*, pode-se dizer, J.A.], mas eles baseiam-se na imaturidade do homem individual, que não se desprende do cordão umbilical da ligação natural aos outros do mesmo gênero, ou em relações diretas de domínio e servidão. Eles são condicionados por um baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho e relações correspondentemente limitadas dos homens dentro do processo material da produção de sua vida, portanto, entre si e com a natureza. Essa restrição real se reflete idealmente nos cultos da Natureza e nas religiões populares da Antigüidade”. Marx, K. *O Capital* I. Op. Cit. Tomo I, p.75/76.

¹⁸⁰ Idem, p.445. “mehr oder minder naturwüchsigen oder schon historisch entwickelten Form”. Werke. Op. Cit., p.393.

¹⁸¹ Idem, p.445. “das Individuum kann hier nie in der Punktualität auftreten, in der es als bloßer freier Arbeiter erscheint”. Werke. Op. Cit., p.393.

*subjetividade*¹⁸², que se realiza através de sua utilização), também ele, enquanto ser *natural*, está pressuposto como membro de uma comunidade, através da qual *é mediada* (vermittelt ist) sua relação (Verhältnis) com o solo (Boden). Sua relação (Beziehung) com as condições objetivas de trabalho é mediada por sua *existência* (Dasein) como membro de uma comunidade (Gemeindeglied), mas, por outro lado, a *existência real* da comunidade (wirkliche Dasein der Gemeinde) está determinada (bestimmt) pela “*forma determinada* (bestimmte Form) de propriedade das condições objetivas de trabalho”¹⁸³ (grifo meu).

Todas estas diversas formas de relacionamento dos membros da comunidade tribal com a terra tribal (a terra da comunidade) dependem, em parte, de seu *caráter natural* (Naturanlagen), em parte, das *condições econômicas* (ökonomischen Bedingungen), sob os quais seus membros se relacionam realmente como proprietários da terra, isto é, a forma “como se apropriam de seus frutos.”¹⁸⁴ Por outro lado, esta *forma* de relacionamento da comunidade tribal com as condições objetivas de existência, dependerão, também, diz Marx, “do clima, das características físicas do solo, do modo fisicamente condicionado de sua exploração, da forma de relacionamento com as tribos inimigas ou vizinhas e das mudanças produzidas pelas migrações, experiências históricas, etc.”¹⁸⁵ Para que a comunidade continue existindo segundo a forma antiga, é necessária a reprodução (Reproduktion) de seus membros sob as condições objetivas pressupostas. No entanto, diz Marx, a produção mesma, o crescimento da população (a qual pertence também ao âmbito da produção), “suprimem gradual e necessariamente (hebt notwendig nach) estas condições”, *a destróem* (zerstört sie) em vez de reproduzi-las, e desse modo, “se desintegra a entidade comunitária junto com as relações de propriedade em que se baseava.”¹⁸⁶ A forma asiática é, *necessariamente* (notwendig), comenta Marx, a forma que se mantém com maior duração e persistência (zähsten und längsten). Se o indivíduo mudar sua relação com a comunidade, mudará também a comunidade e atuará de forma *destrutiva* (zerstörend) sobre ela, bem como sobre seu

¹⁸² Idem, p.444.

¹⁸³ Idem, p.445.

¹⁸⁴ Idem, p.446.

¹⁸⁵ Idem, p.446. “selbst abhängen von Klima, physischer Beschaffenheit des Grund und Bodens, der physisch bedingten Weise seiner Exploitation, dem Verhalten zu feindlichen Stämmen oder Nachbarstämmen und den Veränderungen, die Wanderungen, historische Erlebnisse etc hineinbringen”. Werkr. Op. Cit., p.394.

¹⁸⁶ Idem, p.446.

“pressuposto econômico”, provocando, “por sua própria *dialética*, *empobrecimento*, etc.”¹⁸⁷ (grifo meu). Em especial, a influência da organização guerreira e a conquista, que, segundo Marx, em Roma, por exemplo, é parte *essencial* (*wesentlich*) das condições econômicas da comunidade mesma, “*destrói o vínculo real* sobre o qual esta se baseia”¹⁸⁸ (grifo meu).

O desenvolvimento que terão estas comunidades será sempre um desenvolvimento *limitado* (*bestimmtes*), pois, ao trazer a *superação* (*Aufhebung*) dos limites (*Schranke*), podem representar decadência e destruição (*Verfall und Untergang darstellt*). Assim, por exemplo, como diz Marx, o desenvolvimento da escravidão, a concentração da propriedade da terra, o intercâmbio, o sistema monetário, a conquista, etc., atuaram entre os romanos quando todos estes desenvolvimentos pareciam ainda *compatíveis* (*verträglich*) com o *fundamento* (*Grundlage*) da comunidade estatal e pareciam aos contemporâneos, em parte, apenas “ampliações inofensivas deste”, em parte, “excessos dele mesmo.”¹⁸⁹ Marx diz que não podemos pensar aqui em um desenvolvimento *livre e pleno*, nem do indivíduo, nem da sociedade, pois este desenvolvimento está em “contradição direta com a relação originária.”¹⁹⁰

Nunca encontraremos entre os antigos, segundo Marx, uma investigação acerca de qual forma de propriedade da terra, etc., é a mais produtiva, cria a maior riqueza. A riqueza (valor de troca) não aparece como objetivo da produção entre os romanos: “A investigação é sempre acerca de qual forma de propriedade cria os melhores cidadãos.”¹⁹¹ A riqueza só aparece como *fim em si mesmo* (*Selbstzweck*) entre os poucos povos comerciantes – monopolistas do comércio itinerante – que vivem nos poros do mundo antigo, como os judeus na sociedade medieval.¹⁹² A riqueza é aqui, por um lado, *coisa* (*Sache*), algo realizado em coisas (*verwirklicht in Sachen*), em *produtos materiais* (*materiellen Produkten*), em valores

¹⁸⁷ Idem, p.446. “durch ihre eigne Dialektik hervorgebracht, Verarmung”. Werke. Op. Cit., p.394.

¹⁸⁸ Idem, p.446.

¹⁸⁹ Idem, Cf., p.447.

¹⁹⁰ Idem, p.447. “mit dem ursprünglichen Verhältnis im Widerspruch steht”. Marx, K. *Grundrisse*. Op. Cit., p.395.

¹⁹¹ Idem, p.447.

¹⁹² Idem, p.447. Em *O Capital*, Livro I, Marx refere-se aos povos comerciantes dos modos de produção antigos, nestes mesmos termos: “povos propriamente comerciantes só existem nos intermúndios do mundo antigo, como os deuses de Epicuro ou como os judeus nos poros da sociedade polonesa.” *O Capital* I. Op. Cit., p.75.

de uso, aos quais se contrapõe o homem como sujeito¹⁹³; por outro lado, como valor (Wert), é mero controle sobre trabalho alheio, mas não com o objetivo do domínio, mas do gozo privado (Privatgenusses), etc. Em todas estas formas a riqueza se faz presente com “a configuração de coisa, trate-se de uma coisa ou *uma relação por meio de coisas*”¹⁹⁴, que reside fora do indivíduo e acidentalmente junto a ele”¹⁹⁵ (grifo meu).

Marx diz, então, que por não ser a produção de mercadorias o objetivo da produção, *parece* ser o “mundo antigo” (onde o homem aparece como o objetivo da produção) muito mais *sublime* que o “mundo moderno” (onde a produção aparece como objetivo *do homem* e a riqueza como objetivo *da produção*).¹⁹⁶ No entanto, diz Marx, se se despe a riqueza de sua “*limitada* forma burguesa”¹⁹⁷, o que é a riqueza senão “a universalidade (Universalität) das necessidades, capacidades, gozos, forças produtivas, etc., dos indivíduos, gerada (erzeugte) no intercâmbio universal (universellen Austausch)?” O que é, senão “o desenvolvimento pleno (die volle Entwicklung) do domínio humano sobre as forças naturais (Naturkräfte), tanto sobre as da assim chamada Natureza como sobre sua própria natureza?”¹⁹⁸ O que é, senão a elaboração absoluta (das absolute Herausarbeiten) de suas disposições criadoras (schöpferischen Anlagen) “*sem outro pressuposto que o desenvolvimento histórico prévio*”¹⁹⁹ (grifo meu), que converte em objetivo esta *plenitude total* (Totalität) do desenvolvimento, quer dizer, “o desenvolvimento de todas as forças humanas, não mediadas por um padrão *pré-estabelecido*?”²⁰⁰ O que é, senão uma situação em que o homem não se reproduz em uma forma *determinada* (Bestimmtheit), “mas produz sua plenitude total?”²⁰¹ Como resultado da qual não busca (sucht) permanecer (bleiben) como algo *acontecido* (Gewordnes), mas que “*está no movimento absoluto do devir*?”²⁰² O mundo antigo, segundo Marx somente pode aparecer como “superior” frente ao mundo moderno se se procurar uma *configuração*

¹⁹³ Idem, p.447. “denender Mensch als Subjekt gegenübersteht”. Werke. Op. Cit., 395.

¹⁹⁴ “Verhältnisses vermittelt der Sache”. Werke. Op. Cit., 39.

¹⁹⁵ Idem, p.447. Em *O Capital* I, “em Homero, por exemplo, o valor de uma coisa é expresso numa série de coisas diferentes.” Op. Cit., p.64.

¹⁹⁶ Idem, cf., p.447.

¹⁹⁷ Idem, p.447. “bornierte bürgerliche Form”. Werke. Op. Cit., p.395.

¹⁹⁸ “Natur sowohl wie seiner eignen Natur?”. Werke. Op. Cit., p.396.

¹⁹⁹ Idem, p.447/48. “ohne andre Voraussetzung historische Entwicklung”. Werke. Op. Cit., p.396.

²⁰⁰ Idem, p.448. “der Entwicklung aller menschlichen Kräfte als solcher, nicht gemessen an einen vorhergegebenen Maßstab, zum Selbstzweck macht”. Werke. Op. Cit., p.396.

²⁰¹ Idem, p.448. “sondern seine Totalität produziert”. Werke. Op. Cit., p.396.

²⁰² Idem, p.448. “in der absoluten Bewegung des Werdens ist”. Werke. Op. Cit., p.396.

particularista (geschlossene Gestalt) e uma *limitação dada* (gegebne Begrenzung). O mundo antigo pode apenas proporcionar satisfação *limitada*. No entanto, o mundo moderno, completa Marx, nos deixa “permanentemente insatisfeitos”, e ali onde *aparece satisfeito* (befriedigt erscheint), “é *vulgar* (gemein).”²⁰³

As *condições originárias da produção*²⁰⁴, onde os indivíduos comportam-se com as relações objetivas de seu trabalho como algo seu, segundo Marx, “não podem ser elas mesmas, originariamente, *produzidas*”²⁰⁵, não podem ser *resultados* da produção.”²⁰⁶ Estas condições originárias da produção são, antes de tudo, “pressupostos naturais”²⁰⁷ de sua apropriação em forma de terra, de solo, para que a comunidade se relacione com ela como a natureza inorgânica de sua subjetividade.

No estudo sobre a *história universal* (Weltgeschichte), segundo Marx, o que precisa de explicação (Erklärung), por ser o *resultado* (Resultat) de um *processo histórico* (historischen Prozeßes), não é a *unidade* (einheit) do homem vivo e atuante, por um lado, com as condições inorgânicas, naturais e de seu metabolismo com a natureza, de outro, mas, sim, o que tem de ser explicado, na verdade, é “a *separação* (Trennung) [*histórica*, J.A.] entre estas condições inorgânicas da existência humana e esta existência ativa.”²⁰⁸ Uma separação (Trennung) que, segundo Marx, é pela primeira vez “posta de forma *plena* (vollständig) na relação entre trabalho assalariado e capital.”²⁰⁹ A *preexistência* (Vorfinden) das *condições objetivas do trabalho*²¹⁰ como algo *separado* (getrennter) do trabalhador, como *capital* (als Kapital), e a *preexistência* (Vorfinden) para o capitalista do trabalhador (des Arbeiters) como *desprovido de propriedade* (als Eigentumslosen), como *trabalhador abstrato* (als abstrakten Arbeiters), assim como o *intercâmbio* (Austausch) como acontece entre *valor* (Wert) e *trabalho vivo* (lebendiger Arbeit), “*supõem* (unterstellt) – diz Marx – um *processo histórico* (historischen Prozeß) (...) que constitui a *história da gênese* (Entstehungsgeschichte) do

²⁰³ Idem, p.448.

²⁰⁴ Idem, p.449. “die ursprünglichen Bedingungen der Produktion”. Werke. Op. Cit., p. 397.

²⁰⁵ Idem, p.449. “können ursprünglich nicht selbst produziert sein”. Werke. Op. Cit., p.397.

²⁰⁶ Idem, p.449. “Resultate der Produktion sein”. Werke. Op. Cit., p.397.

²⁰⁷ Idem p.434.

²⁰⁸ Idem, p.449.

²⁰⁹ Idem, p.449.

²¹⁰ “objektiven Bedingungen der Arbeiter”. Werke. Op. Cit., p.397.

capital e do trabalho assalariado (...) significa nada mais do que a *gênese histórica* da economia burguesa”²¹¹ (grifos de Marx).

Marx diz que na relação de escravidão e servidão, no entanto, esta separação não existe. O que acontece ali é que uma parte da sociedade é tratada por outra precisamente como “mera condição *inorgânica e natural* da reprodução da outra parte.”²¹² Não há aí uma relação de troca entre dois indivíduos “livres”. O escravo, diz Marx, não está em nenhuma relação com as condições objetivas de seu trabalho, mas o *trabalho mesmo*, tanto na forma do escravo como na do servo, é colocado como “condição *inorgânica* da produção dentro da série dos outros seres naturais, junto ao gado ou como acessório da terra.”²¹³ Em outras palavras, as condições originárias da produção aparecem como *pressupostos naturais*²¹⁴, aparecem, enfatiza Marx, como “condições *naturais de existência do produtor*”²¹⁵ (grifo de Marx). Aparecem *exatamente* como seu corpo vivo (sein lebendiger Leib), que por mais que ele o reproduza e o desenvolva, originariamente, “não é posto (gesetzt) por ele mesmo, mas aparece como *pressuposto de si mesmo* (Voraussetzung seiner selbst erscheint)”²¹⁶ (grifo meu).

As condições de existência do indivíduo proprietário ou possuidor dos meios de produção (terra, instrumentos em geral) aparecem, segundo Marx, tanto de forma *subjétiva* (a própria *preexistência* do indivíduo como membro de uma comunidade), como de forma *objetiva* (onde o indivíduo, no desenvolvimento histórico, atua sobre a terra (natureza) e a modifica, produzindo, tratando-a como sua condição inorgânica de existência, como sua própria *extensão corporal*).²¹⁷ Marx diz que a *abstração* (Abstraktion) de uma entidade comunitária na qual os membros não tem nada em comum, a não ser a língua, etc., e apenas isto, como na sociedade burguesa, “é evidentemente o produto de um estágio histórico muito

²¹¹ Marx, K. *Grundrisse*. Op. Cit., p.448/49. “des Kapitals und der Lohnarbeit bildet (...) die historische Entstehung der bürgerlichen Ökonomie”. Werke. Op. Cit., p.397.

²¹² Idem, p.449.

²¹³ Idem, p.450.

²¹⁴ Idem, p.450. “die ursprünglichen Bedingungen der Produktion als Naturvoraussetzungen”. Werke. Op. Cit., p.397.

²¹⁵ Idem, p.450. “natürliche Existenzbedingungen des Produzenten”. Werke. Op. Cit., p.397

²¹⁶ Idem, p.450. Marx diz que sua própria forma corpórea é um pressuposto que ele mesmo não pôs.

²¹⁷ Idem, cf., p.450.

posterior.”²¹⁸ A própria *língua* (die Sprache) é tanto o *produto* de uma entidade comunitária, como também é ela mesma a *existência* (Dasein) desta entidade comunitária e a existência dessa comunidade enquanto ela mesma *falante*.

Marx comenta que a “produção coletiva e a propriedade coletiva”, como aparece, por exemplo, no Peru, é “evidentemente” (offenbar) uma “forma *secundária*” (sekundäre Form), que foi ali introduzida e transmitida por *tribos conquistadoras* “que conheceram elas mesmas a propriedade comum e a produção coletiva na forma antiga e mais simples.”²¹⁹ Esta forma *secundária* de apropriação das condições objetivas de produção também aparece na Índia e entre os escravos e os celtas. O aperfeiçoamento e a elaboração sistemática deste sistema a partir de um *centro supremo* (obersten Zentrum), diz Marx, “mostra uma origem tardia.”²²⁰

Entre os povos *nômades* (Marx cita como exemplos de regiões onde habitam estes *povos nômades*, as estepes e altos planaltos asiáticos)²²¹, a terra e seus frutos são considerados como *propriedade da tribo*, apesar de não ser fixada esta propriedade. A terra é *ilimitada*, sendo utilizada temporariamente, pois a tribo está *sempre reunida* (vereinigt), sempre *em movimento* e o que é *apropriado e reproduzido* (Angeeignet und Reproduziert), de fato, é somente (nur) o *rebanho* (die Herde) e não a terra (nicht die Erde), sendo esta, a terra, de uso *coletivo* (gemeinschaftlich).²²²

Já entre os “povos sedentários” (ansässigen Völkern) (e Marx dá aqui o exemplo dos romanos), o único limite que pode encontrar a entidade comunitária em seu comportamento com as condições naturais de produção – a terra – como condições *suas*, é “outra *entidade comunitária* que reivindique (Anspruch) esta terra como *seu* (seinen) corpo inorgânico”²²³ (grifo de Marx). Por isso, diz Marx, tanto com relação à necessidade de proteger o próprio local de estabelecimento como na necessidade de conquistar novos territórios, “a *guerra*” (der Krieg) aparece (é – ist) como um dos *trabalhos mais originários* de todas estas *entidades comunitárias naturais*.²²⁴ E se o homem mesmo é conquistado juntamente com o solo,

²¹⁸ Idem, p.450. “ist offenbar das Produkt viel späterer historischer Zustände”. Werke. Op. Cit., p.398.

²¹⁹ Idem, p.451.

²²⁰ Idem, p.451. “zeigt ihre spätere Entstehung”. Werke. Op. Cit., p.398.

²²¹ Idem, cf., p.451.

²²² Idem, cf., p.451.

²²³ Idem, p.451.

²²⁴ Idem, p.451. “der ursprünglichsten Arbeiten dieses naturwüchsigen Gemeinwesen”. Werke. Op. Cit., 399.

“como acessório originário deste”, é conquistado então como “uma das condições da reprodução.”²²⁵ E assim nascem (entsteht) a *escravidão e a servidão*, que, segundo Marx, “logo *adultera e modifica* (verfälscht und modifiziert) a *forma originária* (ursprünglichen Form) de toda a entidade comunitária e chega a converter-se na *base* (Basis) desta”²²⁶ (grifo meu). Deste modo, a *estrutura simples* (einfache Kronstruktion) da entidade comunal (Gemeinwesen) é “negativamente determinada (negativ bestimmt).”²²⁷

Marx diz que a condição fundamental da propriedade baseada na tribo (que se constitui, originariamente, em propriedade da entidade comunitária) – ser membro da tribo – faz com que a tribo estrangeira conquistada se reduza a uma “*condição inorgânica* da reprodução”, e a entidade comunitária, agora como *Estado* (als Staat), como no caso romano, se comporta com estas tribos conquistadas como *sua* propriedade, já que a guerra faz parte de sua condição como *comunidade*. Por isso, diz Marx, *escravidão* (Sklaverei) e *servidão* (Leibeigenschaft) são somente “desenvolvimentos posteriores (weitere Entwicklungen) [secundários, pode-se dizer, J.A.] da propriedade baseada na organização tribal.”²²⁸ Ambas as formas de organização do trabalho modificam *necessariamente* (notwendig) todas as formas anteriores desta. Segundo Marx, a forma que menos podem afetar é a forma asiática, devido à sua “*unidade auto-suficiente* (self-sustaining Einheit) de manufatura e agricultura em que se baseia esta forma.”²²⁹ Nesta forma *asiática*, diz Marx, a conquista não é condição tão necessária como no caso onde a *propriedade da terra, a agricultura*, predomina exclusivamente, como é o caso da propriedade privada na forma *antiga clássica*.

No entanto, Marx diz que fica claro, também, que *estas condições se modificam* (sich ändern), conforme o *desenvolvimento histórico*. Através da caça feita pelas tribos, comenta Marx, uma região pode converter-se em distrito de caça, e através da agricultura, a terra, o solo, é posta pela primeira vez como “*prolongação* (verlängerte) do corpo do indivíduo.”²³⁰ Como exemplo, Marx cita a construção da cidade de Roma. Diz ele: “depois que se construiu

²²⁵ Idem, p.451. “eine der Produktionsbedingungen”. Werke. Op. Cit., p.399.

²²⁶ Idem, p.451.

²²⁷ Idem, p.452.

²²⁸ Idem, p.453.

²²⁹ Idem, p.453/54.

²³⁰ Idem, p.454.

a *cidade de Roma* e seus cidadãos cultivaram as terras próximas, as condições da comunidade passaram a ser outras que as anteriores.”²³¹

A *finalidade* (der Zweck) de todas estas entidades comunitárias é sua *conservação* (Erhaltung), ou seja, “a *reprodução* (Reproduktion) dos indivíduos que a compõem como *proprietários* (als Eigentümer), isto é, do mesmo modo objetivo de existência.”²³² Este *modo objetivo de existência* é, também, o “*relacionamento recíproco* (Verhalten) dos membros da comunidade entre si, formando (bildet), assim, a própria comunidade (die Gemeinde selbst).”²³³ Mas, “ao mesmo tempo (zugleich), esta reprodução é *necessariamente* (notwendig) *nova produção* (Neuproduktion) e *destruição da forma antiga*.”²³⁴ Como exemplo, Marx diz que “quando cada um dos indivíduos deve (soll) possuir (besitzen) certo número (soviel) de acres de terra, o mero *aumento* (progresso – Fortschritt) da população (Bevölkerung) surge como um *obstáculo* (Wege). Para superá-lo (Aufhebung), torna-se necessária a *colonização* (Kolonisation) e esta torna necessária (nötig) a *guerra de conquista* (Eroberungskrieg). Como resultado desta “expansão colonizadora”, Marx diz que surgem escravos, etc. Resulta também na “ampliação do *ager publicus*”²³⁵, como também o aumento da camada dos *patrícios*, que são os “representantes (repräsentieren) da comunidade, etc.”²³⁶ Assim, a conservação da comunidade antiga implica a “*destruição*” (Destruktion) das condições em que se baseia, e, assim, *se converte em seu oposto* (Schlägt ins Gegenteil um).²³⁷

Marx diz que se se pensasse que a produtividade pudesse aumentar dentro do mesmo território, através do desenvolvimento das forças produtivas, isto requereria novos modos, combinações do trabalho, grande parte da jornada dedicada à agricultura, etc., e deste modo “se destruiriam (aufheben) as velhas condições econômicas da entidade comunitária.”²³⁸ Segundo Marx, “no ato mesmo da reprodução”, não só se modificam as condições objetivas (por exemplo, as aldeias se tornam cidades, a terra inculta (Wildnis gelichter) torna-se campo

²³¹ Idem, p.454. “die Bedingungen des Gemeindewesens andre geworden als vorher”. Werke. Op. Cit., p.401.

²³² Idem, p.454. “in derselben objektiven Existenzweise”. Werke. Op. Cit., p.401.

²³³ Idem, p.454.

²³⁴ Idem, p.454. “und Destruktion der alten Form”. Werke. Op. Cit., p.401.

²³⁵ “Vergrößerung des ager publicus”. Werke. Op. Cit., p.401/02.

²³⁶ Idem, p.454.

²³⁷ Idem, cf., p.454.

²³⁸ Idem, p.455.

cultivado (Acker), etc., mas também “se modificam os produtores (Produzenten)” enquanto descobrem “*novas qualidades*” (neue Qualitäten), desenvolvem a si mesmos através da produção, se transformam (umgestalten), constróem novas representações (Vorstellungen bilden), novas formas de relacionamento mútuo (neue Verkehrsweisen), novas necessidades (neue Bedürfnisse) e nova linguagem (neue Sprache).²³⁹

Marx comenta que *quanto mais tradicional* (je altherkömmlicher) for o modo de produção (Produktionsweise), quanto mais este modo de produção permanece *constante* (gleichbleibend), o *processo real* (wirkliche Prozeß) da apropriação (e Marx diz que este processo é mais lento na agricultura e principalmente na *forma asiática* devido a sua combinação (Ergänzung) de agricultura e manufatura dentro da pequena aldeia)²⁴⁰, mais constantes (konstanter) são as *antigas formas de propriedade* (alten Eigentumsformen) e assim também mais constante é a *entidade comunitária em geral* (Gemeinwesen überhaupt).²⁴¹ Ao contrário, onde se dá, segundo Marx, a *separação* (Trennung) dos *membros da comunidade como proprietários privados* (der Gemeindeglieder als Privateigentümer) em relação a si mesmos como *comunidade urbana* (Stadtgemeinde) e como *proprietários do território urbano* (Stadtterritoriumeignern), se tornam presentes também as condições através das quais o indivíduo pode *perder* (verlieren kann) sua propriedade, quer dizer, “se dá a dupla relação que o torna *cidadão de mesmo grau que os demais* (ihn zum ebenbürtiger Bürger), ou seja, o torna *membro da entidade comunitária* (Mitglied des Gemeinwesens), e também *proprietário* (Eigentümer).”²⁴²

Na forma oriental, segundo Marx, esta *perda* (Verlieren) da propriedade quase não é possível, exceto através de influxos completamente exteriores (außer durch ganz äußere Einflüsse), pois o membro individual da comunidade *nunca* (nie) entra em uma *relação de liberdade com ela* (freie Beziehung zu ihr), que possa perder o nexos objetivo, econômico, com a comunidade.²⁴³ Esta forma “*arraigada (festgewascht)*”²⁴⁴, oriental, baseia-se também, segundo Marx, na *união* (Vereinigung) entre “agricultura e manufatura, entre a cidade (Stadt)

²³⁹ Idem, p.455.

²⁴⁰ Idem, cf., p.455, (nota entre parênteses).

²⁴¹ Idem, cf., p.455.

²⁴² Idem, p.455.

²⁴³ Idem, cf., p.455.

²⁴⁴ Idem, p.455.

– a aldeia (Dorf) – e o campo (Land).”²⁴⁵ A manufatura na antigüidade aparece como uma *decadência* (Verderb), como ocupação dos libertos (Libertini), clientes (Klienten), e estrangeiros (Fremden).²⁴⁶

Este desenvolvimento do trabalho produtivo [trabalho artesanal em geral, comércio, etc.) na Antigüidade (que está separado (losgelöst) da *subordinação pura* (reinen Unterordnung) da agricultura como “trabalho doméstico de gente livre” (häusliche Freienarbeit), manufatura destinada somente à agricultura e à guerra ou para o serviço divino e à entidade comunitária, como, por exemplo, construção de casas, ruas, templos], que se *desenvolveu necessariamente* (notwendig entwickelt) através do tratamento com estrangeiros, escravos, da vontade (Lust) de trocar o excedente (Surplusprodukt), etc., *dissolve* (auflöst) o modo de produção (Produktionsweise) sobre o qual está baseada a entidade comunitária e dissolve também o *indivíduo objetivo* (objektiv einzelne), ou seja, dissolve o *indivíduo determinado* (bestimmte einzelne) como romano, grego, etc. Da mesma forma, diz Marx, atua (wirkt) o intercâmbio (Austausch), o endividamento (Verschuldung), etc.²⁴⁷

Marx comenta que a *unidade originária* (ursprünglich Einheit) entre uma *forma específica* (besonderen Form) de organização comunal (Gemein), tribal (Stammwesen), e a correspondente propriedade sobre a natureza ou o comportamento sobre as *condições objetivas da produção* (objektiven Bedingungen der Produktion) como uma *existência natural* (Naturdasein), como a *existência objetiva do indivíduo* (objektiven Dasein des einzelnen) *mediada* (Vermittelten) pela comunidade – esta *unidade* (Einheit), que, por um lado, aparece como a particular (besondere) forma de propriedade (Eigentumsform) – tem sua *realidade viva* (lebendige Wirklichkeit) em “um *modo determinado da produção mesma*”²⁴⁸ (bestimmten Weise der Produktion selbst). Um modo (Weise) que aparece (erscheint) tanto como *comportamento dos indivíduos entre si* (als Verhalten der Individuen zueinander), quanto como *comportamento ativo* (tätiges Verhalten), *determinado* (bestimmtes), *deles* (ihr) com a *natureza inorgânica* (unorganischen Natur) (com a terra e seus meios de produção em geral), aparece como um *modo de trabalho determinado* (bestimmte Arbeitsweise). Marx

²⁴⁵ Idem, p.455.

²⁴⁶ Idem, cf., p.455.

²⁴⁷ Idem, cf., p.455/56.

²⁴⁸ Idem, p.456.

explica que este *modo determinado de trabalho* “é sempre (immer) *trabalho familiar* (Familienarbeit) e com frequência (oft) *trabalho comunitário* (Gemeindearbeit).”²⁴⁹ Como *primeira grande força produtiva* (als die erste große Produktivkraft), aparece (erscheint) “a *própria comunidade* (das Gemeinwesen selbst).”²⁵⁰ Marx diz ainda que segundo o tipo particular de condições da produção, como por exemplo, a pecuária, ou a agricultura, desenvolvem-se *modos de produção particulares* (besondere Produktionweise) e *forças produtivas particulares* (besondere Produktionskräfte), tanto *subjetivas* (subjektive), que vão aparecer como propriedades dos indivíduos, como também *objetivas* (objektive).²⁵¹

Marx diz, então, que a *entidade comunitária* (Gemeinwesen) e a respectiva forma de propriedade na qual esta entidade comunal se *fundamenta* (begründete) pode ser reduzido, *em última instância* (in letzter Instanz), a um “estágio determinado do desenvolvimento das forças produtivas dos sujeitos que trabalham, à qual correspondem relações determinadas dos mesmos entre si e com a natureza” (eine bestimmte Stufe der Entwicklung der Produktivkräfte der arbeitenden Subjekte, der bestimmte Verhältnisse derselben zueinander und zur Natur entsprechen).”²⁵² Marx diz que *até certo ponto* (bis zu einem gewissen Punkt) esta *forma de comunidade* e sua respectiva forma de apropriação da terra (modo de produção) por parte dos indivíduos que trabalham e comportam-se com ela como a natureza inorgânica de sua subjetividade (na qual eles aparecem de forma objetiva frente a ela, mas ao mesmo tempo de forma subjetiva, pois, em certo sentido, enquanto indivíduos *naturais*, são eles mesmos, ainda, a própria *natureza inorgânica* enquanto indivíduos), aparece como “reprodução” (Reproduktion), mas “logo transforma-se em *dissolução* (Schlägt dann in Auflösung um)”²⁵³ (grifo meu).

²⁴⁹ Idem, cf., p.456.

²⁵⁰ Idem, p.456.

²⁵¹ Idem, cf., p.456.

²⁵² Idem, p.456.

²⁵³ Idem, p.456.

4. 1) Definição de “propriedade” em sua forma *originária*

Então, segundo Marx, em sua forma originária, *propriedade* (Eigentum) significa (ursprünglich), “*pertencer a uma tribo*”²⁵⁴, pertencer a uma *entidade comunitária* (Gemeinwesen), ter nela uma existência subjetiva-objetiva e, por intermédio do comportamento desta entidade comunitária frente à terra, como a condição originária da produção, como “pressupostos correspondentes à sua individualidade, modos de existência desta.”²⁵⁵ Marx diz que se pode reduzir esta propriedade ao comportamento do indivíduo frente às condições da *produção* (Produktion), mas não do *consumo* (Konsumtion), pois mesmo ali onde o homem tem apenas que “*encontrar e descobrir*” (finden und entdecken) estas condições originárias de produção “isto muito rapidamente requer um esforço, trabalho” (a caça, a pesca, o pastoreio, etc.), ou seja, um “*desenvolvimento* (Entwicklung) de certas capacidades (Fähigkeiten) por parte do sujeito.”²⁵⁶ Os estágios onde os homens encontram prontos os alimentos para o consumo imediato, segundo Marx, são estágios muito remotos “que logo desaparecem” e nem mesmo são “estágios originários *normais*.”²⁵⁷ Além do mais, as condições originárias da produção incluem por si mesmas substâncias consumíveis diretamente, sem trabalho, como os frutos, animais, etc. Em consequência, o próprio *fundo de consumo* (Konsumtionsfonds), aparece como “um componente do *fundo originário de produção*”²⁵⁸ (grifo de Marx).

Marx diz que *propriedade* (Eigentum) significa então, em sua forma *originária*, sendo aplicável tanto à forma *asiática, eslava, antiga e germânica*, o “comportamento (Verhalten) do sujeito que trabalha (arbeitenden Subjekts), como *produtor* (produzierenden), ou que *se reproduz* (sich reproduzierenden) com as condições de sua produção ou reprodução como algo *seu* (seinen)”²⁵⁹ (grifo meu). Em consequência, este *comportamento* “*terá diferentes formas* (verschiedne Form) conforme o modo de produção.”²⁶⁰ A própria produção tem como

²⁵⁴ Idem, p.453. “Gehören zu einem Stamm”. Werke. Op. Cit., p.400.

²⁵⁵ Idem, p.453.

²⁵⁶ Idem, p.453.

²⁵⁷ Idem, p.453. “nicht als Normalurzustände”. Werke. Op. Cit., p.400.

²⁵⁸ Idem, cf., p.453. “ursprünglichen Produktionsfonds”. Werke. Op. Cit., p.400.

²⁵⁹ Idem, p.456.

²⁶⁰ Idem, p.456.

objetivo a *reprodução* (Reproduktion) do produtor *em e com* (in und mit) estas *suas condições objetivas de existência*.²⁶¹ Este *comportamento* (Verhalten) como *proprietários* (Eigentümer), que não é um comportamento enquanto *resultado* (Resultat) do trabalho, mas sim, enquanto seu *pressuposto* (Voraussetzung), isto é, enquanto pressuposto da *produção* (Produktion), *pressupõe* (setzt voraus) uma existência determinada do indivíduo como membro de uma tribo ou entidade comunal²⁶², da qual, segundo Marx, “ele mesmo é até certo ponto propriedade.”²⁶³ Por isso, diz Marx, a escravidão e a servidão (que são formas de trabalho onde o trabalhador mesmo aparece *entre* (unter) *as condições naturais da produção para um terceiro indivíduo ou entidade comunitária*²⁶⁴ e, desta maneira, a propriedade *não* é a relação – comportamento – do indivíduo que trabalha com as *condições objetivas* (objektiven Bedingungen) deste trabalho), “é sempre (ist immer) um resultado *secundário* (sekundär), *nunca originário* (nie ursprünglich), ainda que seja um *resultado* (Resultat) *necessário e conseqüente* (notwendiges und Konsequentes) da propriedade *fundada* (gegründeten) *sobre a* (des auf dem) entidade comunitária (Gemeinwesen) e sobre o trabalho (Arbeit), *no seio da entidade comunitária* (im Gemeinwesen).²⁶⁵ No entanto, é de fundamental importância salientarmos que Marx *não considera* esta forma de escravidão e servidão compatível com a forma da *escravidão geral* existente na Ásia, como diz ele, entre parênteses: “este não é por exemplo o caso da escravidão geral do Oriente”²⁶⁶ (grifo meu). Esta forma de escravidão e servidão, enfatiza Marx, é válida “*somente do ponto de vista europeu*.”²⁶⁷

Marx diz que *todas as formas* (alle Formen) onde a entidade comunitária pressupõe os sujeitos em uma *unidade objetiva determinada* (bestimmter objektiver Einheit) com suas *condições de produção* (Produktionsbedingungen), nas quais há uma determinada *existência subjetiva* (subjektives Dasein), que pressupõe a própria entidade comunitária como condições de produção, e que são *todas* (alle), em maior ou menor grau, *resultado de um processo histórico* (Resultate historischen Prozeßes), “necessariamente (notwendig) correspondem só

²⁶¹ Idem, p.456. “seinen objektiven Daseinsbedingungen”. Werke. Op. Cit., p.403.

²⁶² Idem, p.456. “ein bestimmtes Dasein des Individuos als Glied eines Stamm”. Werke. Op. Cit., p.403.

²⁶³ Idem, p.456. “Eigentum es selbst ist bis zu einem gewissen Punkt”. Werke. Op. Cit., p.403.

²⁶⁴ Idem, p.457. “unter den Naturbedingungen der Produktion für ein drittes Individuum oder gemeinwesen”. Werke. Op. Cit., p.403.

²⁶⁵ Idem, p.457.

²⁶⁶ Idem, p.457. “dies ist z. B. bei der allgemeinen Sklaverei des Orients”. Werke. Op. Cit., p.403.

²⁶⁷ Idem, p.457. “nur vom europäischen Gesichtspunkt aus”. Werke. Op. Cit., p.403.

(nur) a um desenvolvimento *limitado* (limitierter), das forças produtivas. Limitado – enfatiza Marx – *por princípio* (prinzipiell).²⁶⁸ O desenvolvimento das forças produtivas *dissolve* (auflöst) estas comunidades, e sua própria *dissolução* (Auflösung) é o resultado do desenvolvimento das forças produtivas humanas. O indivíduo trabalha primeiro a partir de um *certo fundamento* (gewisser Grundlage): de início (erst), trabalha-se segundo um fundamento *natural* (naturwüchsig), em seguida (dann), por um “pressuposto histórico (historische Voraussetzung).”²⁶⁹ No entanto, rapidamente este fundamento ou pressuposto é *eliminado* (aufgehoben) ou posto como um pressuposto que *terá que desaparecer* (verschwindende) e que se tornou “muito *estrito* (eng) para o *desenrolar* (Entfaltung) da *massa humana* (Menschenpacks) em *progresso* (progressiven).”²⁷⁰

4. 2 – O processo de dissolução (negação da propriedade à massa) das várias formas em que o indivíduo relaciona-se com as condições objetivas de existência como proprietário (a acumulação originária de capital – die ursprüngliche Akkumulation des Kapitals)

Na fórmula do capital (Formel des Kapitals), na qual o trabalho vivo se comporta com o material bruto, tanto com o instrumento como também com os meios de subsistência necessários durante o trabalho, tratando-os como sua *não-propriedade* (Nicht-Eigentum), estão implícitos, segundo Marx, vários estágios anteriores de desenvolvimento que foram *historicamente negados* (historisch negiert) pelo capital.²⁷¹

²⁶⁸ Idem, p.458.

²⁶⁹ Idem, p.458.

²⁷⁰ Idem, p.458.

²⁷¹ Idem, cf., p.460. Este processo de dissolução das várias formas de propriedade descritas por Marx aqui em *Formen* aparecerão novamente no capítulo XXIV de *O Capital I - A Assim Chamada Acumulação originária* (die sogenannte ursprüngliche Akkumulation), como sendo os *pressupostos históricos* da formação do modo de produção capitalista. Marx diz ali que “o processo que cria a relação-capital (das Kapitalsverhältnis) não pode ser outra coisa que o processo de separação (Scheidungsprozess) do trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital (in Kapital), por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados (Lohnarbeiter). A assim chamada acumulação originária (ursprüngliche Akkumulation) é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção (historische Scheidungsprozess von produzent und produktionsmittel). Ele aparece como ‘originário’ porque constitui a pré-história do capital e o modo de produção que lhe corresponde (Vorgeschichte des Kapitals und der ihm entsprechenden Produktionsweise bildet)”. Marx, K. *O Capital I*. Op. Cit. Tomo II, p.262. Edição alemã: Marx K. *Das kapital*. Buch I. Op. Cit., p.742.

A *primeira* forma de propriedade que é historicamente negada pelo capital, segundo Marx, é aquela que pressupõe o indivíduo como proprietário da terra, ou seja, como proprietário das condições *naturais* de existência: “é negado (negiert ist) – diz Marx – aquele momento em que o indivíduo comporta-se com a terra como algo próprio, isto é, que trabalha, que produz como proprietário do solo.”²⁷² É negado pelo capital o momento em que o indivíduo se comporta com a terra como seu *laboratório natural*, como a *condição inorgânica de sua subjetividade*. Esta fórmula pressupõe, portanto, “a *não-propriedade da terra* (Nicht-Eigentum die Erde) por parte do indivíduo que trabalha.”²⁷³

A *segunda* forma de propriedade histórica onde o trabalhador aparece como proprietário das condições de trabalho que é negada (negiert) pelo capital é aquela em que o indivíduo comporta-se como *proprietário do instrumento*²⁷⁴ (Eigentum an dem Instrument) como algo “próprio, seu”²⁷⁵, onde o trabalho aparece como uma “habilidade particular”²⁷⁶ do sujeito que trabalha. Neste estágio histórico número dois a forma do trabalhador proprietário aparece, segundo Marx, *junto e fora* (neben und außer) da propriedade do solo, ou seja, este trabalho autônomo e particular desenvolve-se nas “áreas urbanas (städtische).”²⁷⁷ Não desenvolve-se como no primeiro caso, onde o trabalhador aparece como “acidente da propriedade da terra”²⁷⁸ (Akzident des Grundeigentums) e incluído (subsumiert) na mesma. Em consequência, também o material bruto e os meios de subsistência são agora *mediados* (vermittelt) enquanto propriedade do artesão. São mediados “por meio de seu trabalho artesanal.”²⁷⁹

Esta forma de propriedade que aparece “junto e fora” da propriedade da terra, pressupõe (Voraussetzung) já um “segundo estágio histórico”, que aparece de forma modificada, através da “autonomização” (verselbständigung) deste tipo de propriedade ou do “proprietário trabalhador.”²⁸⁰ O instrumento, como já sofreu um processo de trabalho,

²⁷² Idem, p.460.

²⁷³ Idem, p.460.

²⁷⁴ Idem, p.460.

²⁷⁵ Idem, p.460.

²⁷⁶ Idem, p.460.

²⁷⁷ Idem, p.460.

²⁷⁸ Idem, p.460.

²⁷⁹ Idem, p.461.

²⁸⁰ Idem, p.461.

aparece como *resultado* do trabalho. A própria entidade comunitária (Gemeinwesen) não mais aparece aqui na sua forma original, natural, mas como algo que já foi ela mesma, *gerada, produzida*, já é uma forma *secundária* (sekundäres) de apropriação das condições de existência. O instrumento, então, enquanto comportamento com as condições de produção do trabalho como uma propriedade, somente aparece como “um meio (Mittel) para o trabalho individual”²⁸¹, por ser ele o instrumento de uso particular de um indivíduo que possui as habilidades necessárias para o manejo deste meio de trabalho. Esta forma de organização do trabalho (do trabalhador proprietário do instrumento) é, segundo Marx, o “caráter essencial (wesentliche Charakter) das corporações gremiais”²⁸² (Zunft-Korporationswesens) da Idade Média, forma esta que foi *negada* (negiert) pela fórmula do capital, ao surgir a manufatura (Manufaktur), como forma *superior* de organização do trabalho, em relação à forma corporativa.

A *terceira* forma de propriedade que é negada (negiert) pelo capital é aquela em que o indivíduo comporta-se (verhalten) como proprietário “somente dos meios de subsistência”²⁸³ (nur zu den Lebensmitteln). Esta forma de propriedade somente dos meios de subsistência dados enquanto condição natural do sujeito que trabalha é, diz Marx, no fundo, “a fórmula da escravidão e da servidão”²⁸⁴ (Sklaverei und Leibeigenschaft). Estas duas formas foram também historicamente *negadas* (negiert), dentro do processo de dissolução (Aufgelösung) e de constituição do capital. Ao ser colocado o trabalho *entre* (zwischen) as *condições objetivas da produção* (objektiven Produktionsbedingungen), ou seja, na relação de servidão e escravidão, as formas originárias de entidades comunitárias serão “essencialmente modificadas”²⁸⁵ (wesentlich modifiziert).

Perde-se assim, diz Marx, o *caráter afirmativo simples* (einfach affirmative Charakter) de todas estas formas de propriedade em que o indivíduo relaciona-se com a terra e seus frutos como sua condição inorgânica de existência. *Todas* (alle) estas formas originárias “contém em si (enthalten) a escravidão (Sklaverei) como possibilidade

²⁸¹ Idem, p.461.

²⁸² Idem, p.461.

²⁸³ Idem, p.461.

²⁸⁴ Idem, p.461.

²⁸⁵ Idem, p.462.

(Möglichkeit)²⁸⁶, e por isso, continua Marx, estas entidades comunitárias originárias contêm em si a escravidão como possibilidade (Möglichkeit) de “sua própria superação (Aufhebung).”²⁸⁷

A segunda forma, a da propriedade só do instrumento de trabalho, segundo Marx, “exclui” (schließt) a escravidão e a servidão como possibilidades de evolução ulterior. No entanto, “sob a forma da *organização de castas* (Kastenwesens)”²⁸⁸ (forma oriental, certamente), esta forma em que o trabalhador é proprietário do instrumento de trabalho “pode conter um desenvolvimento análogo negativo”²⁸⁹ (eine analoge negative Entwicklung erhalten), acarretando um maior *enrijecimento* social, ou seja, a divisão social do trabalho torna-se hereditária.²⁹⁰

A terceira forma de propriedade pressupunha também aquela forma de propriedade em que o indivíduo tem *durante* (während) a produção, ou *antes* (vor) da finalização da mesma – em sua *posse* meios de consumo necessários para viver como produtor (Konsumtionsmittel vor der Produktion im Besitz hat, nötig, um als produzent).²⁹¹ Isto está *implícito* (Einbegriffen) nos dois primeiros casos, diz Marx, pois, como proprietário da terra, o indivíduo aparece provido diretamente do *fundo de consumo necessário* (nötigen Konsumtionsfonds). Como mestre artesão, ele herdou, ganhou, poupou, e, como *jovem*

²⁸⁶ Idem, p.462.

²⁸⁷ Idem, p.462.

²⁸⁸ Idem, p.462.

²⁸⁹ Idem, p.462.

²⁹⁰ No Livro I de *O Capital*, Marx refere-se assim ao trabalho hereditário: “a transformação do trabalho parcial na profissão por toda a vida de um ser humano corresponde à tendência de sociedades anteriores de tornar hereditários os ofícios, de petrificá-los em castas ou, caso determinadas condições históricas produzissem no indivíduo uma variabilidade que contradissesse o sistema de castas, de ossificá-los em corporações. Castas e corporações surgem da mesma lei natural que regula a diferenciação de plantas e animais em espécies e subespécies, só que em determinado grau de desenvolvimento a hereditariedade das castas e a exclusividade das corporações são decretadas como lei social.” Em nota de rodapé, Marx refere-se à forma hereditária da divisão do trabalho no Egito, segundo o grego Diodorus Siculus: “também as artes (...) alcançaram no Egito o devido grau de perfeição. Pois só neste país os artesãos não podem intervir nos negócios de outra classe de cidadãos, mas devem apenas desempenhar a profissão que por lei é hereditária em sua tribo. (...) Em outros povos verifica-se que os artesãos dispersam sua atenção por objetos demais. (...) Ora tentam a agricultura, ora se lançam ao comércio, ora se ocupam de duas ou três artes ao mesmo tempo. Em Estados livres o mais das vezes freqüentam as assembléias do povo. (...) No Egito, ao contrário, qualquer artesão é severamente punido se se imiscui nos negócios do Estado ou se exerce, ao mesmo tempo, várias artes. Assim, nada pode perturbar sua diligência profissional. (...) Além disso, como têm numerosas regras de seus antepassados, empenham-se em descobrir ainda novas vantagens. (SICULUS, Diodorus. *Historische Bibliothek*, cap. 74)”. Marx, K. *O Capital* I. Op. Cit. Tomo I, p.269.

²⁹¹ Marx, K. *Grundrisse*. Op. Cit., p.459.

artesão (Handwerksbursch), é primeiro *aprendiz* (Lehrling), e, portanto, ainda não aparece como trabalhador propriamente dito, autônomo, mas compartilha patriarcalmente (patriarchalisch) o *custo* (die Kost) com o mestre. Como *oficial real* há uma certa *comunidade* do fundo de consumo que possui o mestre.²⁹² Por mais que este fundo de consumo não seja *propriedade* dos oficiais, de acordo com as *leis da corporação* (Gesetze der Zunft), com suas tradições (ihr Herkommen), é pelo menos seu *co-possuidor* (Mitbesitz).²⁹³

Esta terceira forma de propriedade “quando *não se reduz* à escravidão e a servidão – diz Marx – não pode conter a relação do indivíduo que trabalha com as condições de existência”²⁹⁴ (kann nicht enthalten Verhältnis des arbeitenden Individuums zu den Daseinsbedingungen). Em consequência, esta forma de propriedade pode ser somente “a relação do membro da entidade comunitária *originária* (ursprünglichen) fundada na propriedade da terra, mas que *perdeu* (verlustrig) esta propriedade e não passou à segunda forma [a da propriedade do instrumento, J.A.]”²⁹⁵ Este foi, por exemplo, segundo Marx, o destino da *plebe romana* ao tempo do “pão e circo.”²⁹⁶

Na relação do servo (retainer) com seu senhor territorial (Grundherr), ou na relação de prestação pessoal (persönlichen Dienstleistung), a situação é “essencialmente diferente (wesentlich verschieden)”²⁹⁷ daquela forma anterior, onde os indivíduos são donos apenas dos meios de subsistência, como no caso da plebe romana, pois, no fundo, ela representa somente um “modo de existência (Existenzweise)” do proprietário da terra (a relação servo-senhor), onde ele mesmo não mais trabalha, mas cuja propriedade inclui entre as condições de produção (Produktionsbedingungen) os próprios trabalhadores como *servos* (Leibeigne).²⁹⁸ Aqui, diz Marx, a *relação de dominação* (Herrschaftsverhältnis) “é a relação *essencial* (wesentlich) da apropriação (Aneignung)”²⁹⁹ (grifo meu). Já com o animal ou com a

²⁹² “Als Gesell (wirklicher) ist eine Gewisse Gemeinschaftlichkeit des vom Meister beseßnen Konsumtionsfonds” Werke. Op.Cit., p.405.

²⁹³ Marx, K. *Grundrisse*, Op. Cit., p.459.

²⁹⁴ Idem, p.462.

²⁹⁵ Idem, p.462.

²⁹⁶ Idem, p.462.

²⁹⁷ Idem, p.462.

²⁹⁸ Idem, p.462.

²⁹⁹ Idem, p.462.

terra (Boden) não pode haver relação senhorial alguma através da apropriação, mesmo que o animal possa servir a seu dono. A apropriação de uma *vontade alheia* (femden Willens), segundo Marx, “é um *pressuposto* (Voraussetzung) da relação senhorial. O ser *desprovido de vontade* (Willenlose), como o animal, por exemplo, pode servir (kann dienst), mas esta relação “não torna o proprietário seu senhor (Herren).”³⁰⁰

Marx diz que do que foi visto até aqui, resulta, então, que “a relação senhorial (Herrschafts) e a relação de servidão (Knechtschaftsverhältnis) correspondem, igualmente (ebenfalls), a esta fórmula de apropriação dos instrumentos de produção”³⁰¹ (segunda forma de propriedade que é negada pelo capital, aquela em que o indivíduo proprietário (no caso aqui, o senhor feudal, apesar de ele mesmo não trabalhar) se apropria do *instrumento*, do *meio* de trabalho (no caso, o servo). Esta relação de senhorio e servidão “contém um fermento necessário (notwendig Ferment) do desenvolvimento (Entwicklung) e da decadência (Untergangs) de todas as relações de propriedade e de produção originárias, já que expressam (ausdrücken), também, segundo Marx, seu caráter “limitado” (Borniertheit).³⁰² Sem dúvida, elas são também reproduzidas na relação de capital, ainda que de forma intermediada (vermittel Form), mas, mesmo aí, “constituem também um fermento para sua dissolução (Auflösung), e são um símbolo (Wappen) de seu caráter limitado.”³⁰³

“Estes são, então – diz Marx – os *pressupostos históricos* (historische Voraussetzung) para que encontremos o trabalhador como trabalhador livre (freier Arbeiter), como

³⁰⁰ Idem, p.462.

³⁰¹ Idem, p.462.

³⁰² Idem, p.463. No capítulo XXIV de *O Capital* I, Marx comenta que o capitalismo nasceu na Inglaterra, no século XVI, das ruínas do feudalismo: “o ponto de partida do desenvolvimento capitalista que produziu tanto o trabalhador assalariado quanto o capitalista foi a servidão do trabalhador. A continuação constitui uma mudança de forma dessa sujeição, na transformação da exploração feudal em capitalista. Para compreender sua marcha, não precisamos volver a um passado tão longínquo. Ainda que os primórdios da produção capitalista já se nos apresentam esporadicamente em algumas cidades mediterrâneas, nos séculos XIV e XV, a era capitalista só data do século XVI. Onde ela surge, a servidão já está abolida há muito tempo e o ponto mais brilhante da Idade Média, a existência de cidades soberanas, há muito começou a empalidecer.

O que faz época na história da acumulação originária são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação; sobretudo, porém, todos os momentos em que grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançados no mercado de trabalho como proletários livres como os pássaros. A expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo. Sua história assume coloridos diferentes nos diferentes países e percorre as várias fases em seqüência diversa e em diferentes épocas históricas. Apenas na Inglaterra, que, por isso, tomamos como exemplo, mostra-se em sua forma clássica”. Marx, K. *O Capital* I. Op. Cit. Tomo I, p.263. Cf. Edição alemã citada p.743.

³⁰³ Marx, K. *Grundrisse*. Op. Cit., p.463.

capacidade de trabalho puramente subjetiva, desprovido de objetividade (als objektivlos), enfrentado nas condições objetivas da produção como a sua *não propriedade* (Nichteigentum), como a *propriedade alheia* (fremden Eigentum), como valor (Wert) que é para si mesmo.”³⁰⁴

Estas formas *originárias* de propriedade, segundo Marx, constituem o “fundamento econômico (ökonomische Grundlage) de diferentes formas de entidades comunitárias (Gemeinwesen)” e, do mesmo modo, tem como pressuposto (Voraussetzung) “formas determinadas (bestimmte Form) de entidades comunitárias.”³⁰⁵

4. 3) O processo de formação do capital

Na fórmula do capital estão pressupostos processos históricos que colocam uma massa de indivíduos (Masse Individuum) de uma nação, etc., em uma situação tal que, se de início não são verdadeiros trabalhadores livres (wirklichen freien Arbeiten), são, pelo menos, “potencialmente (der Möglichkeit nach)”³⁰⁶, cuja única propriedade (einziges Eigentum) é sua *capacidade de trabalho* (Arbeitsvermögen) e a possibilidade (Möglichkeit) de trocá-lo por valores pré-existent (auszutauschen gegen vorhandne Werte). Indivíduos os quais todas as condições objetivas da produção lhes são contrapostas como *propriedade alheia* (fremde Eigentum), lhes são contrapostas como sua *não propriedade* (Nicht-Eigentum), mas, ao mesmo tempo (zugleich), intercambiáveis (Austauschbar) enquanto *valores* (Werte) e, portanto, até um certo ponto, “apropriáveis através do trabalho vivo (lebendige Arbeit).”³⁰⁷

Todos estes processos históricos de dissolução (historische Auflösungsprozesse) implicam, segundo Marx: a) a dissolução (Auflösung) das relações de *servidão* (Hörigkeitsverhältnisse), relações estas que *fixam* (fesseln) o trabalhador ao solo e ao senhor da terra (Herrn des Grund), mas que pressupõem a propriedade dos meios de subsistência ao servo (sein Eigentum an Lebensmitteln); b) a dissolução das relações de propriedade

³⁰⁴ Idem, p.459.

³⁰⁵ Idem, p.462.

³⁰⁶ Idem, p.463.

³⁰⁷ Idem, p.464.

territorial (Grundeigentumsverhältnisse), que o tornavam um pequeno proprietário (*yeoman*, no original), um trabalhador livre pequeno proprietário da terra (*freien arbeitenden kleinen Grundeigentümer*), [que o tornavam, J.A.] um camponês livre (*freien Bauern*)”³⁰⁸; c) a dissolução também das relações de corporação (*Zunftverhältnisse*), relações que pressupõem ao indivíduo a propriedade do instrumento de trabalho (*Eigentum an dem Arbeitsinstrument*) e o próprio trabalho (*Arbeit selbst*) como a *habilidade artesanal determinada* como propriedade (*Eigentum*), no entanto, não como fonte desta propriedade; d) pressupõe também a dissolução das relações de *clientela* (*Klientelverhältnisse*) nas diversas formas em que não-proprietários (*Nicht-Eigentümer*) aparecem no séquito de seu senhor como *consumidores conjuntos* (*Mitkonsumenten*) do excedente (*Surplusproduce*) e, como equivalente (*Äquivalente*), usam sua *libré* (*Livree*), e tomam partido nas querelas e realizam prestações de serviços pessoais (*persönliche Dienstleistungen*), sejam serviços imaginários ou reais (*eingebildete oder reale*).³⁰⁹

Marx diz que um exame mais detalhado mostrará que em todos estes processos de dissolução (*in allen diesen Auflösungsprozessen*) se dissolvem (*aufgelöst*) as relações de produção em que predomina a produção voltada para o *valor de uso* (*Gebrauchswert*) em que predominam as relações de produção para o *uso imediato* (*unmittelbaren Gebrauch*). Por conseguinte, diz Marx, são dissolvidas todas as formas onde predominam “os fornecimentos *em espécie* (*Naturallieferungen*) e os serviços *em espécie* (*Naturaldienste*) *sobre* (*über*) os pagamentos em dinheiro (*Geldzahlung*) e as prestações em dinheiro (*Geldleistung*), que predominam na produção voltada para o valor de troca (*Tauschwert*).”³¹⁰ Uma observação mais aprofundada, segundo Marx, demonstraria que todas estas relações que foram dissolvidas historicamente pela fórmula do capital somente foram dissolvidas devido a “um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas (*Produktivkräfte möglich*) materiais (*materiellen*), e em consequência, também das espirituais (*geistigen*).”³¹¹

³⁰⁸ Idem, p.464. Entre parêntesis, Marx diz que a dissolução de formas mais antigas (*altern*) de propriedade, ou seja, de formas de propriedade *coletiva* (*gemeinschaftlichen*) anteriores a este período (por ora analisado) de dissolução das relações servis e da pequena propriedade privada do pequeno camponês inglês, a dissolução destas formas mais antigas de propriedade é “entendida como algo óbvio” (*verstehet sich von selbst*).

³⁰⁹ Idem, cf., p.464.

³¹⁰ Idem, p.464.

³¹¹ Idem, p.464/65.

O processo de dissolução que transforma (*verwandelt*) uma massa de indivíduos de uma nação, etc., potencialmente (*potentielle*) em trabalhadores assalariados (*freie Lonharbeiter*), supõe (*unterstellt*), por um lado, *não* que as fontes de receita (*Einkommenquellen*) e, em parte, as condições de propriedade destes indivíduos existentes até agora tenham *desaparecido* (*verschwunden*), senão o inverso (*sondern umgekehrt*), que “*somente* (*nur*) sua utilização mudou (*ihre Verwendung eine andre geworden*), que somente a maneira (*Art*) de sua existência (*Daseins*) se transformou (*verwandelt*), que passaram para outras mãos como *fundo livre* (*freier fonds*) ou que também ficaram, em parte, nas mesmas mãos.”³¹² No entanto, diz Marx, “isto está claro” (*aber soviel ist klar*), pois o mesmo processo que separou uma multidão de indivíduos (*Menge Individuen*) de suas relações pré-existentes afirmativas (*affirmativen Beziehungen*), de uma forma ou de outra, com as *condições objetivas de trabalho* (*objektiven Bedingungen der Arbeit*), processo este que *negou* (*negiert*) estas relações e desta forma transformou (*verwandelt*) estes indivíduos em *trabalhadores livres* (*freie Arbeiter*), este mesmo processo “liberou potencialmente (*freigemacht*), estas *condições objetivas do trabalho* (o solo, os materiais brutos, os meios de subsistência, o instrumento de trabalho, o dinheiro, ou tudo isto em seu conjunto) de sua *ligação prévia* (*bisherigen Gebundensein*) com os indivíduos agora separados delas (*losgelösten ihnen*).”³¹³

Estas formas *antigas* de trabalho existem (*vorhanden*), agora, diz Marx, *sob outra forma* (*in andrer Form*): existem agora como “*fundo livre* (*freier fonds*)”³¹⁴, no qual se extinguem todas as velhas relações políticas (*alle alten politischen*) e todas as outras formas de relações que faziam parte do antigo modo de produção, e que ainda contrapõe (*gegenüberstehen*) este indivíduo desprovido de propriedade (*losgelösten eigentumlosen Individuen*), mas, somente sob a forma de *valores* (*Form von Werten*), de valores com base firme em si mesmos (*an sich festhaltenden Werten*).”³¹⁵ Este mesmo processo que contrapõe a massa de indivíduos como *trabalhadores livres* (*freie Arbeiter*) com as *condições objetivas*

³¹² Idem, p.465.

³¹³ Idem, p.465.

³¹⁴ Idem, p.465.

³¹⁵ Idem, p.465.

de produção, “contrapôs estas condições como *capital* (als Kapital) frente aos trabalhadores livres.”³¹⁶

Este processo histórico, diz Marx, consistiu na *separação* (Scheidung) de elementos que até agora estavam ligados (verbundner). Portanto, seu resultado (sein Resultat) não consiste em que um dos elementos desapareça (verschwindet), mas que cada um deles “apareça em uma relação negativa com o outro (sondern, daß jedes derselben in negativer Beziehung auf das andre erscheint): o trabalhador livre (freie Arbeiter), enquanto possibilidade (Möglichkeit), de um lado, e o capital (das Kapital), enquanto possibilidade (Möglichkeit), de outro.”³¹⁷ A separação com relação às condições objetivas das classes (der Klassen) que se vêem agora transformadas em trabalhadores livres (in freien Arbeiter), afirma Marx, “deve igualmente aparecer (erscheinen) no pólo oposto (entgegengesetzten Pol), como uma autonomização (Verselbständigung) destas mesmas condições.”³¹⁸

Consideremos, diz Marx, não ainda a relação determinante de capital e trabalho assalariado como algo que predomina sobre o todo da produção. Mas a consideremos como uma relação que está em seu *processo histórico formador* (entstehung historisch), quer dizer, se se considera a transformação *originária* (Ursprünglich) de dinheiro em capital, o processo de troca entre *o capital*, existente somente em potência, por um lado, com *o trabalhador livre*, existente somente em potência, do outro. Vemo-nos, assim, naturalmente, fazendo a simples observação à qual os economistas dão tanto peso: “a de que o lado que se apresenta como capital deve estar em posse das matérias-primas, instrumentos de trabalho e meios de subsistência para que o trabalhador possa viver durante a produção, antes que a produção esteja consumada (vollendet).”³¹⁹ Sem dúvida, isto deve suscitar, diz Marx, “a impressão de ter havido uma *acumulação prévia* (previous Akkumulation), anterior (vorgegangen) ao trabalho e não surgida dele (nicht aus ihr entsproßne), uma acumulação prévia que capacita o capitalista colocar para trabalhar os trabalhadores e mantê-los realmente como capacidade viva de trabalho (als lebendiges Arbeitsvermögen).”³²⁰ Este ato do capital, diz Marx, que é

³¹⁶ Idem, p.465.

³¹⁷ Idem, p.465.

³¹⁸ Idem, p.465.

³¹⁹ Idem, p.466.

³²⁰ Idem, p.466.

independente e não posto pelo trabalho é *transportado* pela Economia Política, desde a história da *gênese* (Entstehung) do capital para o *presente* (Gegenwart) e o transforma “em um momento de sua realidade (Moment seiner Wirklichkeit) e de sua efetividade (Wirksamseins), no momento de sua autoformação (Selbstformation).”³²¹ Em seguida, é derivado, então, pela Economia Política, deste “adiantamento” dos meios de subsistência feito pelo capitalista aos trabalhadores assalariados antes de que fique pronta a produção inicial, o “*direito* (Recht) do capital aos *frutos do trabalho alheio* (Früchte fremder Arbeit) ou – prossegue Marx – deriva-se seu *modo de aquisição* (Erwerbsweise) a partir das leis simples (einfachen) e ‘justas’ (gerechten) da troca de equivalentes (Austauschs von Äquivalenten).”³²²

4. 4) O papel do dinheiro na formação do Capital

A riqueza existente na forma de *dinheiro* (Geld), segundo Marx, somente pode trocar-se pelas condições objetivas do trabalho (ser transformado em capital), porque e quando estas condições já estiverem separadas (losgelöst) do trabalho. A acumulação de dinheiro através do puro e simples caminho da troca de equivalentes (Austauschs Äquivalenten), ou seja, se se pressupõe que um indivíduo possa ter acumulado (ganho) dinheiro através do *próprio trabalho* (Arbeit selbst) é, do ponto de vista histórico (historisch), na concepção de Marx, uma fonte *tão insignificante* para se entender o processo de constituição originária do capital, que “nem sequer merece ser mencionada (nicht erwähnenswert).”³²³ Segundo Marx, são, principalmente: a) a *usura* (Wucher), e em particular a usura praticada com relação à propriedade territorial, e b) o *patrimônio móvel* (mobiles Vermögen), a *riqueza monetária* (Geldvermögen), acumulado (aufgehäutes) mediante lucros comerciais (Kaufmannsgewinne) “que se transformam em capital em seu sentido estrito, em capital industrial (industrielles Kapital).”³²⁴

³²¹ Idem, p.466.

³²² Idem, p.466.

³²³ Idem, p.466/67.

³²⁴ Idem, p.467.

Marx diz que está presente na *gênese* (Entstehung) do conceito (Begriff) de capital, que “ele surja do dinheiro (Geld), portanto, do patrimônio (Vermögen) que existe sob a forma de dinheiro.”³²⁵ Está presente também a circunstância de que ele tenha surgido “da circulação” (Zirkulation), e não do próprio trabalho. Que apareça (erscheint) como “produto da circulação (Produkt der Zirkulation)”³²⁶ (grifo de Marx). A formação do capital “não provém da propriedade da terra (nicht aus vom Grundeigentum), tampouco provém da corporação (auch nicht von der Zunft).”³²⁷ A formação do capital provém, diz Marx, “do patrimônio mercantil e usurário (Kaufmanns und Wuchervermögen).”³²⁸ No entanto, continua Marx, a riqueza monetária “somente (nur) encontra as condições para comprar trabalho livre uma vez que este é *separado* (losgelöst) de suas condições objetivas de existência pelo processo histórico (historischen Prozeß)”³²⁹ (grifo meu). Somente então, diz Marx, encontra a riqueza monetária também a possibilidade de *comprar* (kaufen) estas mesmas *condições* (Bedingungen selbst). Sob as condições de organização corporativa (Zunftbedingungen), por exemplo, comenta Marx, o *simples dinheiro* (bloßes Geld), que não é ele mesmo corporativo, mas que é dos mestres artesãos, “não pode comprar oficinas (Websthüle) para que possam trabalhar [os indivíduos livres, J.A.]”³³⁰, pois, diz Marx, em suas leis corporativas já “está prescrito (vorgeschrieben) quantos podem trabalhar (bearbeiten) [na oficina corporativa, J.A.] do mestre artesão, etc.”³³¹

Na forma corporativa o *instrumento* (das Instrument) está ainda tão “unido” (verwachsen) ao trabalho vivo (lebendigen Arbeit), aparecendo como seu domínio (Domäne), “que verdadeiramente não circula (daß es nicht warhaft zirkuliert).”³³² Segundo Marx, o que capacita a *riqueza monetária* (Geldvermögen) a tornar-se capital (Kapital) é o fato deste patrimônio-dinheiro encontrar (Vorfinden), por um lado, “trabalhadores livres (freien Arbeiter)”, e de outro, encontrar (Vorfinden), como igualmente livres, “os meios de

³²⁵ Idem, p.467.

³²⁶ Idem, p.467.

³²⁷ Idem, p.467. Marx diz que na propriedade da terra pode surgir do *arrendatário* (Pächter) na condição de comerciante de produtos agrícolas. Com relação às corporações, pode, porventura, diz Marx, haver uma possibilidade de algum mestre artesão vir a tornar-se capitalista industrial.

³²⁸ Idem, p.467.

³²⁹ Idem, p.467.

³³⁰ Idem, p.467.

³³¹ Idem p.467.

³³² Idem, p.467.

subsistência (Lebensmittel) e materiais (Materialen), etc., que de uma maneira ou de outra, eram *propriedade* das massas (Massen Eigentum), que estão, agora, desprovidas de objetivo (objektivlos geworden).³³³ No entanto, neste *período inicial* (Vorperiode), ou neste *primeiro período do capital* (ersten Periode des Kapital), a outra condição do trabalho, quer seja, certa habilidade, ou o instrumento como meio de trabalho, o capital já encontra “pronta (Vorgefunden) para ser utilizada, em parte, como *resultado* (als Resultat) da organização corporativa urbana, em parte, como resultado da indústria doméstica (häuslichen Industrie) ou ligada (haftenden) à agricultura (Landbau) como atividade acessória (Akzessorium).³³⁴ O *processo histórico* (der historische Prozeß), diz Marx, “não é o resultado do capital (ist nicht das Resultat des Kapitals), mas o seu pressuposto (sondern Voraussetzung für dasselbe).³³⁵ Através deste processo histórico o capitalista (der Kapitalist) “insere-se como intermediário *histórico* (Zwischenperson historisch) entre a *propriedade da terra* (Grundeigentum), ou entre a *propriedade em geral* e o *trabalho* (zwischen Eigentum überhaupt und Arbeit).³³⁶

De forma esporádica (Sporadisch), diz Marx, pode desenvolver-se, localmente (lokal), uma *manufatura* (Manufaktur) em uma estrutura que pertença a um período completamente diferente, como por exemplo, nas cidades italianas, *junto* (neben) às corporações. No entanto, como forma generalizada predominante de uma época (allgemein beherrschende Form einer Epoche) as condições para o desenvolvimento do capital devem (müssen) estar desenvolvidas (entwickelt sein) não só localmente (nicht nur lokal), “mas em grande escala (sondern auf einer großen Stufenleiter).³³⁷

Marx diz que basta verificar de que *época histórica* (geschichtliche Epoche) se está falando para vermos que é *óbvio* (ist selbstverständlich) que, na verdade (allerdings), a *época de dissolução* (die Zeit der Auflösung) dos modos anteriores (frühren) de produção e dos modos anteriores de comportamento do trabalhador com as condições objetivas do trabalho é, ao mesmo tempo (zugleich eine Zeit), “uma época em que, por um lado, a *riqueza monetária*

³³³ Idem, p.467.

³³⁴ Idem, p.467.68.

³³⁵ Idem, p.468.

³³⁶ Idem, p.468.

³³⁷ Idem, p.468. Marx diz entre parênteses que “a isto não se opõe o fato de que ao ocorrer a dissolução de algumas corporações, alguns mestres se transformem em capitalistas industriais. No entanto, o caso é raro (ist der Kasus rar) e é de acordo com a natureza da coisa. A organização corporativa, no geral, se arruina (unter). Onde surgem o capitalista e o trabalhador, o mestre e o oficial se arruinam.”

(Geldvermögen) se desenvolveu até alcançar uma determinada amplitude (Breite) e que, por outro, esta riqueza monetária cresce e se estende em virtude das mesmas circunstâncias que aceleram essa dissolução (Auflösung beschleunigen).³³⁸ Essa mesma riqueza monetária é também um dos *agentes* (Agenten) que aceleram essa dissolução, assim como essa dissolução “é uma *condição* (Bedingungen) dessa transformação da riqueza em capital.”³³⁹ No entanto, diz Marx, a *mera existência da riqueza monetária* (bloÙe Dasein des Geldvermögens), mesmo que chegue a conquistar uma espécie de *supremacia*, “não basta de forma alguma para que esta *dissolução resulte em capital* (seinerseits reicht keineswegs dazu hin, daÙ jene Auflösung in Kapital geschehe)”³⁴⁰ (grifo de Marx). Se fosse assim, a antiga Roma, Bizâncio, etc., “teriam concluído sua história com trabalho livre e capital, ou melhor, antes começariam uma nova história (vielmehr eine neue Geschichte begonnen).”³⁴¹ Também nestes lugares a dissolução das velhas relações de propriedade estava ligada com o desenvolvimento da riqueza monetária, do comércio, etc. Mas, diz Marx, em vez de estes povos concluírem sua história com a *indústria* (Industrie), esta dissolução *conduziu* (führte), na verdade, ao domínio do campo sobre a cidade (Herrschaft des Landes über die Stadt).³⁴² Interessante perceber aqui, nesta circunstância histórica, que para Marx, a história não é regida pelo acaso, mas que determinada forma de relacionamento dos indivíduos com relação às condições objetivas de existência dependem de um determinado nível técnico da produção, como explicava Marx já em *A Ideologia Alemã* de 1845: “o modo como os homens produzem os seus meios de vida depende, em primeiro lugar, da natureza dos próprios meios de vida encontrados e a reproduzir. Este modo da produção não deve ser considerado no seu mero aspecto de reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se já, isso sim, de uma forma determinada da atividade destes indivíduos, de uma forma determinada de exprimirem a sua vida, de um determinado *modo de vida* dos mesmos. Como exprimem a sua vida, assim os indivíduos são. Aquilo que eles são coincide, portanto, com a sua produção, como o *que* e

³³⁸ Idem, p.468.

³³⁹ Idem, p.468.

³⁴⁰ Idem, p.468.

³⁴¹ Idem, p.468.

³⁴² Idem, p.468/69.

também com o *como* produzem. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais de sua produção.”³⁴³

A forma originária do capital não surge como pensam a maioria das pessoas, diz Marx, porque o capital “acumula” (*aufhäufte*) meios de subsistência e instrumentos de trabalho, matérias-primas ou, em suma, porque acumule as condições *objetivas* (*objektiven*) da produção separadas do solo e já fundidas com o trabalho humano (*menschlicher Arbeit*).³⁴⁴ O capital não cria as condições objetivas do trabalho.³⁴⁵ “Mas sua *formação originária* ocorre simplesmente – diz Marx – enquanto, através do *processo histórico* de dissolução do antigo modo de produção, o valor existente como *riqueza monetária* adquire, por um lado, a capacidade de *comprar* as condições objetivas do trabalho e, pelo outro, a capacidade de trocar-lhe com os trabalhadores livres o trabalho *vivo* por dinheiro”³⁴⁶ (grifo de Marx). Todos estes elementos aparecem, diz Marx, pois, sua própria diferenciação é um processo histórico, um processo de dissolução, e é este processo de dissolução que torna o dinheiro capaz de transformar-se em *capital*. No entanto, o próprio dinheiro, enquanto participa ativamente neste processo histórico, “só é ativo enquanto ele mesmo intervém como *um meio de separação extremamente enérgico* (*ein höchst energisches Scheidungsmittel*) e enquanto colabora (*Mitwirkt*) na produção dos trabalhadores livres (*freien Arbeiter*), despojados (*gerupften*), desprovidos de objetivos (*objektivlosen*). Mas, diz Marx, o dinheiro tem esta participação “ativa” na transformação dos trabalhadores (antes proprietários, agora, trabalhadores “livres” sem nada para vender a não ser sua própria força de trabalho), não porque o dinheiro *crie* (*schafft*) para eles as condições objetivas de sua existência, mas “porque *ajuda a acelerar* (*beschleunigen hilft*) sua separação (*Trennung*).”³⁴⁷ Ajuda a

³⁴³ Marx e Engels. *A Ideologia Alemã*. SP. Ed. Moraes. 1984, p.15

³⁴⁴ Marx, K. *Grundrisse*. Op. Cit., p.469.

³⁴⁵ “nicht so, daß das Kapital die objektiven Bedingungen der Arbeit schafft”. Werke. Op. Cit., p.414.

³⁴⁶ Marx, K. *Grundrisse*. Op. Cit., p.469. “sondern seine Urbildung geschieht einfach dadurch, daß der als Geldvermögen existierende Wert durch den historischen Prozeß der Auflösung der alten Produktionsweise befähigt wird, einerseits zu kaufen die objektiven Bedingungen der Arbeit andererseits die lebendige Arbeit selbst gegen Geld von den freigewordenen Arbeitenden einzutauschen”. Werke. Op. Cit., p.414.

³⁴⁷ Idem, p.469. No capítulo XXIV de *O Capital* I, Marx assim diz com relação ao papel do dinheiro (e da mercadoria) na formação do capital: “dinheiro e mercadoria, desde o princípio, são tão pouco capital quanto os meios de produção e de subsistência. Eles requerem sua transformação em capital. Mas essa transformação mesma só pode realizar-se em determinadas circunstâncias, que se reduzem ao seguinte: duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias têm de defrontar-se e entrar em contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que se propõem a valorizar a soma-valor que possuem

acelerar o processo porque acelera o processo da “perda de sua propriedade (ihre Eigentumslosigkeit).”³⁴⁸

Quando, por exemplo, os grandes latifundiários ingleses expulsaram (verjagten) seus dependentes (retainers), que consumiam, juntamente com estes latifundiários, o excedente (surplusproduce) da terra e, também, seus arrendatários (Pächter) expulsaram (ferjagten) os pequenos camponeses sem terra (kleinen Häusler), etc., Marx diz que eles “lançaram” (geworfen), assim, “uma massa de forças de trabalho livre (Masse lebendiger Arbeitskräfte) no mercado de trabalho (Arbeitsmarkt).”³⁴⁹ Lançaram, desta forma, uma massa (eine Masse) que era livre (frei) “no duplo sentido (doppelten Sinn): livre, em primeiro lugar, das antigas relações de clientela (alten Klienten) ou de servidão (Hörigkeitsverhältnissen) e das relações de prestação de serviço pessoal (Dientsverhältnissen).”³⁵⁰ Em segundo lugar, essa massa estava “livre” de toda *posse* (Hab) e de toda forma de existência (Daseinsform) como coisa (Gut), de toda forma de existência objetiva (objektiven Daseinsform), livre, de toda propriedade (frei von allem Eigentum). Liberdade esta que colocou como “única fonte de recursos” para esta massa de indivíduos “livres” de toda forma de propriedade das condições objetivas de produção “a vagabundagem e o roubo (Vagabundage und Raub).”³⁵¹

mediante compra de força de trabalho alheia; do outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, vendedores de trabalho. Trabalhadores livres no duplo sentido, porque não pertencem diretamente aos meios de produção, como os escravos, os servos, etc., nem os meios de produção lhes pertencem, como, por exemplo, o camponês economicamente autônomo, etc., estando, pelo contrário, livres, soltos, e desprovidos deles. Com a polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista”. Marx, K. *O Capital* I. Op. Cit. Tomo II, p.262.

³⁴⁸ Idem, p.469.

³⁴⁹ Idem, p.469.

³⁵⁰ Idem, p.469.

³⁵¹ Idem, p.470. Pode-se aqui dizer que Hobsbawm equivocou-se ao colocar o crescimento do comércio (corroborando a teoria de P. Sweezy no debate com M. Dobb) como o principal agente de desintegração do feudalismo, que gerou, assim, o capitalismo. Pergunta Hobsbawm: “Quais as contradições internas do feudalismo? Como evoluiu para o capitalismo?” (p.45). No parágrafo seguinte, depois de ter colocado as opiniões de Dobb, R. Hilton e Porshnev (e dizendo que Marx discordaria das teses deles), diz Hobsbawm acerca da teoria de Sweezy: “o único dos participantes desses debates que pode ser considerado seguidor de seus passos [de Marx, J.A.] é P. M. Sweezy, que afirma (como Marx) ser o feudalismo um sistema de produção para uso, e que, em tais formações econômicas, ‘nenhuma sede ilimitada de trabalho excedente se origina da própria natureza da produção’ (Capital I, 219, cap. X, seção 2). Portanto – prossegue Hobsbawm – o principal agente de desintegração deve ser visto no comércio, operando mais particularmente através dos efeitos do conflito e inter-relação entre o campo feudal e as cidades que se desenvolviam às suas margens (Transition, 2, 7-12). Esta linha de argumentação é muito semelhante à das *Formen*” (grifo meu). Hobsbawm. Op. Cit., p.45/46. Hobsbawm (e Sweezy) não vêem a *separação* (expulsão violenta) dos pequenos camponeses e dos servos de suas propriedades como o principal agente de dissolução das relações feudais e que o comércio por si só (sem a existência de uma massa de indivíduos *sem-propriedade*, obrigados a venderem sua força de trabalho no *mercado*) não poderia

Marx afirma que está historicamente comprovado que esta *massa* tentou à princípio estas “formas de sobrevivência”, mas foi forçada a “sair deste caminho por meio da força (Galgen), do pelourinho (Pranger), do chicote (Peitsche), forçada a seguir pelo estreito caminho (schmalen Weg) que leva ao *mercado de trabalho* (Arbeitsmarkt).”³⁵² Por isso, diz Marx, os *governos* de Henrique VII e VIII aparecem como “condições do processo histórico de dissolução e como *criadores* (Hersteller) das condições para a existência do capital (der Bedingungen für die Existenz des Kapital)”³⁵³ (grifo meu). Por outro lado, os meios de subsistência, etc., que os proprietários da terra antes consumiam juntamente com seus dependentes, estavam agora à *disposição do dinheiro* (zur Disposition des Geldes), que, por sua vez, “queria comprá-los para comprar trabalho através de seu intermédio (das sie kaufen wollte durch ihre Vermittelung).”³⁵⁴ Marx diz que o dinheiro não havia *criado* (geschaffen) estes meios de subsistência, nem os havia *acumulado* (aufgehäuft). Estes meios de subsistência já “estavam ali, eram consumidos e reproduzidos antes que fossem consumidos e reproduzidos por intermédio do dinheiro.”³⁵⁵ O que havia mudado, diz Marx, não era outra coisa senão o fato de que agora estes meios de subsistência “eram levados ao *mercado de troca* (Austauschmarkt).”³⁵⁶ Eram, agora, prossegue Marx, “separados (getrennt) de sua conexão imediata (unmittelbaren Zusammenhang) com as bocas (Mäulern) dos dependentes e transformados de valores-de-uso (Gebrauchswerten) em valores de troca (Tauschwerte) submetendo-se à supremacia (Domäne) da riqueza monetária (Geldvermögens).”³⁵⁷ A mesma coisa aconteceu, segundo Marx, com os instrumentos de trabalho: “a riqueza monetária não

gerar um modo de produção que fosse voltado à produção de valores de troca, como já citamos mais acima, com relação aos romanos em especial, quando os plebeus perderam suas terras e os patrícios tornaram-se grandes latifundiários e donos de uma soma enorme de riqueza monetária. Isto não gerou uma forma de produção voltada para o valor de troca, mas, gerou o *escravagismo* como forma principal de organização do trabalho. Marx diz que Roma não se transformou em capitalista porque, dentre outros vários fatores *históricos*, a plebe, mesmo não mais possuindo propriedades, tinha ainda, devido a sua “origem” romana, garantida para si, por meio do Estado, as condições de sobrevivência, ou seja, tinha “pão e circo” garantidos por sua condição de cidadãos romanos. (ver Marx, K. *Grundrisse*. Op. Cit., p.462. Ver também carta de Marx à redação do *Otiechestviennie Zapiski*, de 1877, onde Marx comenta este momento histórico de Roma. In: Godelier, M. Op. Cit., ps.167-171.

³⁵² Marx, K. *Grundrisse*. Op. Cit., p.470.

³⁵³ Idem, p.470.

³⁵⁴ Idem, p.470.

³⁵⁵ Idem, p.470.

³⁵⁶ Idem, p.470.

³⁵⁷ Idem, p.470.

descobriu nem fabricou o torno de fiar nem o tear.”³⁵⁸ No entanto, “separados de sua terra, os fiandeiros e tecedores com seus teares e tornos caíram sob o império da riqueza monetária, etc.”³⁵⁹ “*O que é próprio do capital – diz Marx – não é outra coisa que a reunião das massas de braços e instrumentos que ele encontra pré-existentes. Os aglomera sob seu império. Essa é sua verdadeira acumulação: a acumulação de trabalhadores em certos locais com seus instrumentos*”³⁶⁰ (grifos de Marx).

A riqueza monetária, como *riqueza mercantil* (Kaufmannsvermögen), segundo Marx, sem dúvida, ajudou a acelerar e a dissolver as antigas relações de produção, tornando possível ao proprietário da terra (Grundeigentümer), por exemplo, trocar seus cereais, gados, etc., diz Marx, por valores de uso trazidos do estrangeiro ao invés de desperdiçar com seus dependentes (retainers) os valores de uso produzidos por ele mesmo e de encontrar em sua maior parte sua riqueza na massa de dependentes (retainers) que consumiam sua produção juntamente com ele.³⁶¹ Ela (a riqueza monetária) deu uma maior significação ao valor de troca da *renda* (Revenu) do proprietário da terra. Isto aconteceu no que toca aos seus *arrendatários* (Pächter), os quais, segundo Marx, eram já *semi-capitalistas* (halb Kapitalisten), mas que ainda o faziam de uma forma “coberta de ornamentos (sehr Verbrämte).”³⁶² O desenvolvimento do valor de troca (favorecido pela existência de uma ordem social de mercadores), segundo Marx, “dissolve a produção orientada para o valor de uso imediato e as formas de propriedade a ela correspondentes (relações de trabalho com relação às suas condições objetivas), impulsionando, assim, a criação do *mercado de trabalho* (Arbeitsmarkt), que, alerta Marx, “*não pode ser confundido com o mercado de escravos* (wohl zu unterscheiden vom Sklavenmarkt)”³⁶³ (grifos de Marx).

³⁵⁸ Idem, p.470. “Weder erfand noch fabrizierte das Geldvermögen Spinnrad und Webstuhl”. Werke. Op. Cit., p.415.

³⁵⁹ Idem, p.470.

³⁶⁰ Idem, p.470. “Eigen ist dem Kapital nichts als die Vereinigung der Massen von Händen und Instrumenten, die es vorfindet. Es agglomiert sie unter seiner Botmäßigkeit. Das ist wirkliches Anhäufen: das Anhäufen von Arbeiten auf Punkten nebst ihren Instrumenten”. Werke. Op. Cit., p.415. Em *O Capital* I: “a atividade de um número maior de trabalhadores, ao mesmo tempo, no mesmo lugar (ou, se se quiser, no mesmo campo de trabalho), para produzir a mesma espécie de mercadoria, sob o comando do mesmo capitalista, constitui histórica e conceitualmente o ponto de partida da produção capitalista”. Marx, K. *O Capital* I. Op. Cit. Tomo I, p.257.

³⁶¹ Idem, cf., p.470.

³⁶² Idem, p.471.

³⁶³ Idem, p.471.

Marx diz que inclusive esta ação do dinheiro, como capital mercantil, “só era possível sob o pressuposto da *atividade artesanal urbana* (städtischen Gewerbefleißes), a qual *não* (nicht) estava baseada sobre o capital e o trabalho assalariado, mas sobre a organização do trabalho em corporações (Zünfte), etc.”³⁶⁴ O próprio trabalho urbano havia criado meios de produção para as quais as corporações eram *obstáculos* (gênant), diz Marx, como também eram obstáculos “as antigas relações de propriedade da terra no que toca ao desenvolvimento de uma *agricultura melhorada* (verbesserten Agrikultur) e que, em parte, era ela própria, por sua vez, conseqüência da grande venda dos produtos agrícolas nas cidades, etc.”³⁶⁵ As outras circunstâncias que, segundo Marx, no século XVI, por exemplo, aumentaram a massa de mercadorias assim como também a massa de dinheiro em circulação, “criaram novas necessidades e acabaram por elevar, assim, o valor de troca dos produtos locais, subiram os preços, etc., o que estimulou, por um lado, a dissolução das antigas relações de produção, acelerou a separação do trabalhador, ou do não-trabalhador, mas capaz de trabalhar, com relação às condições objetivas de sua reprodução, e estimulou, assim, a transformação do dinheiro em capital (die Verwandlung des Geldes in Kapital).”³⁶⁶

Marx diz que nada é mais *estúpido* (alberner) do que conceber esta *formação originária* do capital (Urbildung des Kapitals) como se este tivesse *acumulado e criado* (aufgehäuft und geschaffen) as condições objetivas da produção (meios de subsistência, material bruto, instrumentos) e os houvesse oferecido aos trabalhadores *despojados* delas. O que ocorreu, na verdade, diz Marx, é que “a riqueza monetária ajudou em parte a despojar destas condições as forças de trabalho dos indivíduos capazes de trabalhar e, em parte, este processo avançou sem ele.”³⁶⁷

Uma vez que esta formação originária alcançou certo nível, a riqueza monetária pôde colocar-se como intermediária entre as condições objetivas da vida assim “liberadas” e as forças de trabalho vivas, “liberadas”, mas também *isoladas e livres*, e pôde, assim, diz Marx,

³⁶⁴ Idem, p.471.

³⁶⁵ Idem, p.471.

³⁶⁶ Idem, p.471.

³⁶⁷ Idem, p.471. “Vielmehr half das Geldvermögen zum Teil die Arbeitskräfte der arbeitsfähigen Individuen *entblößen* von diesen Bedingungen; zum Teil ging dieser Scheidungsprozeß ohne es voran.”. Werke. Op. Cit., p.416.

comprar umas com as outras.³⁶⁸ No entanto, a *formação da riqueza monetária* (Bildung des Geldvermögen), antes de sua transformação em capital, “pertence à pré-história da economia burguesa.”³⁶⁹ E a usura, o comércio, o regime urbano e o fisco (que surge com o regime urbano), diz Marx, *desempenham papéis centrais* (spilen dabei Hauptrolle) neste processo de dissolução das antigas relações de produção, assim como também desempenha um papel central neste processo o *entesouramento* (Horte) promovido pelos arrendatários, pelos camponeses, etc., ainda que em menor grau.³⁷⁰

Percebe-se aqui, ao mesmo tempo, diz Marx, que o desenvolvimento da *troca* (Austausch) e do *valor de troca* (Tauschwert), que em todas as partes é *mediado* (Vermittlung) pelo *comércio* (Handel), traz consigo tanto a dissolução das *relações de propriedade do trabalho* (Eigentumsverhältnisse der Arbeit) sobre suas condições de existência como também a “dissolução (Auflösung) *do próprio trabalho tratado como uma das condições objetivas da produção*”³⁷¹ (grifos de Marx). O desenvolvimento da troca e do valor de troca trazem consigo, então, a dissolução de todas as relações que expressam “o predomínio (Vorherrschen) orientado para o uso imediato (Gebrauchswert) como o de uma entidade comunitária real (realen Gemeinwesen), existente ainda de maneira imediata (unmittelbar) como pressuposto da produção (voraussetzung der Produktion).”³⁷²

A produção baseada sobre o valor de troca e a entidade comunitária baseada sobre o intercâmbio destes valores de troca *supõe e produz* (unterstellt und Produziert), segundo Marx, “a *separação* (Trennung) do trabalhador com relação às suas condições objetivas de existência, por mais que os valores de troca pareçam (Schein) colocar a propriedade meramente (bloß) como *resultado* (Ausfluß) do trabalho, pareçam (Schein) colocar como condição a propriedade privada do produto do próprio trabalho, e o trabalho como condição geral da riqueza.”³⁷³ Este “intercâmbio de equivalentes”, realmente acontece, diz Marx, no

³⁶⁸ Idem, p.471. “Als sie eine gewisse Höhe erreicht hatte, konnte das Geldvermögen sich als Mittler zwischen die so freigewordnen objektiven Bedingungen des Lebens und die freigewordnen, aber auch *los und ledig* gewordnen lebendigen Arbeitskräfte stellen und mit den einen die andren kaufen.”. Werke. Op. Cit., p.416.

³⁶⁹ Idem, p.472. “so gehört sie in die Vorgeschichte der bürgerlichen Ökonomie”. Werke. Op. Cit., p.416.

³⁷⁰ Idem, p.472.

³⁷¹ Idem, p.472. “selbst unter die objektiven Bedingungen der Produktion rangierten Arbeit”. Werke. Op. Cit., p.416.

³⁷² Idem, p.472.

³⁷³ Idem, p.472.

entanto, ele é só a “camada superficial (oberflächliche Schichte) de uma produção que baseia-se sobre a apropriação de trabalho alheio (Aneignung fremder Arbeit) *sem troca* (ohne Austausch), mas sob a *aparência de troca* (Schein des Austauschs).”³⁷⁴ Este sistema de intercâmbio (System des Austauschs) repousa sobre o *capital* (das Kapital) como seu *fundamento* (seiner Grundlage).

Se considerarmos este sistema de intercâmbio de forma *dividida* (getrennt), separado do capital, ele aparece da forma como aparece na *superfície* (Oberfläche), diz Marx, ou seja, “como um sistema *autônomo* (selbständiges System), o que é uma mera *aparência* (bloßen Schein), mas uma *aparência necessária* (notwendiger Schein).”³⁷⁵ Por isso, acrescenta Marx, “não devemos nos surpreender com o fato de o sistema dos valores de troca (intercâmbio de equivalentes medidos pelo trabalho) se transforme, ou melhor, mostre como seu *fundo oculto* (Hintengrund) a *apropriação de trabalho alheio sem intercâmbio* (Aneignung fremder Arbeit ohne Austausch) a total separação entre trabalho e capital (völlige Trennung von Arbeit und Eigentum).”³⁷⁶ Precisamente, o domínio do próprio valor de troca e da produção que

³⁷⁴ Idem, p.472.

³⁷⁵ Idem, p.472.

³⁷⁶ Idem, p.472. Marx demonstra no Livro I de *O Capital*, Seção VII, cap. XXII (Transformação de Mais-Valia em Capital), que a relação de “equivalência” entre trabalho assalariado e capital é uma “mera aparência” (bloßen Schein), que na verdade não há relação de igualdade alguma entre capitalista e trabalhador assalariado. Demonstra que na verdade o capitalista paga o salário do trabalhador com o próprio trabalho não-pago (objetivado) produzido pelo próprio trabalhador: “na medida em que a mais-valia, na qual consiste o capital adicional número I, foi o resultado da compra da força de trabalho por uma parte do capital original, compra que correspondeu às leis do intercâmbio de mercadorias (Gesetz des Warenaustausches) e, juridicamente considerada, não pressupõe mais do que a livre disposição por parte do trabalhador sobre suas próprias capacidades, por parte do possuidor de dinheiro ou mercadorias sobre os valores que lhe pertencem; na medida em que o capital adicional número II etc. é simples resultado do capital adicional número I, consequência, portanto, daquela primeira relação; na medida em que cada transação isolada corresponde constantemente à lei do intercâmbio de mercadorias, isto é, o capitalista sempre compra a força de trabalho e o trabalhador sempre a vende, e queremos mesmo admitir que por seu valor real, a lei da apropriação (Gesetz der Aneignung) ou a lei da propriedade privada, baseada na produção de mercadorias e na circulação de mercadorias, evidentemente se converte mediante sua própria dialética interna, inevitável, em seu contrário direto (durch seine eigne, innere, unvermeidliche Dialekt sein direktes Gegenteil um). O intercâmbio de equivalentes apareceu como a operação original, seorceu de tal modo que se troca *somente na aparência* (austausch nur zum Schein), pois, primeiro, a parte do capital que se troca por força de trabalho nada mais é que uma parte do produto de trabalho alheio, apropriado sem equivalente (ohne Äquivalenten), e segundo, ela não somente é reposta por seu produtor, o trabalhador, como este tem de repô-la com novo excedente. A relação de intercâmbio (das Verhältnis des Austausches) entre capitalista e trabalhador torna-se, portanto, apenas *mera aparência* (bloßen Schein) pertencente ao processo de circulação (Zirkulationsprozess), *mera forma* (blosse Form), que é *alheia ao próprio conteúdo e apenas o mistifica* (die dem Inhalt selbst fremd ist und ihn nur mystifiziert). A contínua compra e venda da força de trabalho é a forma. O conteúdo é que o capitalista sempre troque parte do trabalho alheio já objetivado (vergegenständlichten fremden Arbeit), *do qual se apropria incessantemente sem equivalente* (die er

produz valor de troca *supõe* (unterstellt), diz Marx, “*capacidade alheia de trabalho* (fremdes Arbeitsvermögen) como valor de troca, quer dizer, separação da capacidade viva de trabalho com relação às suas condições objetivas, comportamento com estas ou com sua própria objetividade, como *propriedade alheia* (fremdem Eigentum), comportamento com relação a essas condições, tratando-as como capital (als Kapital).”³⁷⁷ (grifo meu).

Marx comenta que o período de *ocaso* (Untergang) da organização feudal (Feudalwesens), período em que esta ainda vivia o período de suas *guerras internas* (kämpft unter sich) (como na Inglaterra no século XIV e no início do XV), foi o período em que ocorreu a “idade de ouro do trabalho em processo de emancipação (ist das goldne Zeitalter für die sich emanzipierende Arbeit).”³⁷⁸ E para que o trabalho volte a comportar-se com suas condições objetivas como *sua propriedade* (ihren Eigentum), segundo Marx, “deve surgir um outro sistema no lugar do sistema de intercâmbio privado, pois, como vimos, este coloca o intercâmbio de trabalho objetivado por força de trabalho e, em consequência, a apropriação do trabalho vivo sem intercâmbio.”³⁷⁹

Marx diz que a maneira como o dinheiro se transforma em capital, torna-se visível *historicamente* (historisch) de uma forma bastante *simples* (ganz einfach), como quando, por exemplo, o mercador (Kaufmann) faz trabalhar para si mais tecedores e fiandeiros, que até este momento trabalhavam na tecelagem e fiação como *atividades acessórias* (Nebengewerb) da agricultura (ländliches), de modo que, agora, transforma sua atividade acessória em atividade principal (Haupterwerb). No entanto, daí em diante, diz Marx, o comerciante

sich unaufhörlich ohne Äquivalent aneignet), por um quantum maior de trabalho vivo alheio (lebendiger fremder Arbeit). Originalmente, o direito de propriedade apareceu-nos fundado sobre o próprio trabalho. Pelo menos tinha que valer esta suposição, já que se defrontam possuidores de mercadorias com iguais direitos, e o meio de apropriação de mercadoria alheia, porém, é apenas a alienação da própria mercadoria e esta pode ser produzida apenas mediante trabalho. A propriedade aparece agora, do lado do capitalista, como direito (Recht) de apropriar-se de trabalho alheio não-pago ou de seu produto; do lado do trabalhador, como impossibilidade (Unmöglichkeit) de apropriar-se de seu próprio produto. A separação (Scheidung) entre propriedade e trabalho torna-se consequência necessária de uma lei que, aparentemente (scheinbar), se originava em sua identidade” (grifos meus). Marx, K. *O Capital* I, Op. Cit. Tomo II, p.166. Edição alemã: Marx, K. *Das Kapital*. Buch I. Op. Cit., p.609/610.

³⁷⁷ Idem, p.473.

³⁷⁸ Idem, p.473.

³⁷⁹ Idem, p.473. “Damit die Arbeit sich wieder zu ihren objektiven Bedingungen als ihren Eigentum verhalte, muß ein andres System an die Stelle des Systems des Privataustauschs treten, der, wie wir gesehen, Austausch von vergegenständlichter Arbeit gegen Arbeitsvermögen und darm Aneignung der lebendigen Arbeit ohne Austausch setzt”. Werke. Op. Cit., p.417.

“sentiu-se mais seguro e os transformou em trabalhadores assalariados sob sua tutela (*seine Botmäßigkeit*).”³⁸⁰ O próximo passo é mudá-los de seus domicílios (*Heimatstätten*) e *reunir* (*vereinen*) em uma oficina de trabalho (*Arbeitshaus*). Marx diz que neste simples processo se vê claramente que o capital não preparou material bruto (*Rohmaterial*), nem instrumento (*Instrument*), nem meios de subsistência (*Lebensmittel*) para tecedores e fiandeiros. Tudo o que ele fez, diz Marx, foi “limitá-los (*beschränken*) cada vez mais a um tipo de trabalho (*eine Art Arbeit*), no qual se tornam dependentes da *venda* (*abhängig vom Verkauf*)), do *comprador* (*vom Käufer*), do *comerciante* (*dem Kaufmann*) e, finalmente, só produzem *para e por intermédio dele* (*nur noch für und ihn*)”³⁸¹ (grifos de Marx).

Originariamente, diz Marx, este comerciante só comprava trabalho através da compra do produto: “nem bem os trabalhadores se limitaram à produção deste valor de troca e, como consequência, foram obrigados a produzir *valor de troca imediato* (*unmittelbar Tauschwerths*), trocar todo seu trabalho por dinheiro (*ihre Arbeit ganz gegen Geld austauschen müssen*) para poder continuar existindo (*um fortexistieren zu können*), caem sob o império do comerciante e, finalmente, desaparece (*verschwindet*) também a aparência (*der Schein*) de que eles *vendem* (*verkauften*) seus produtos para ele”³⁸² (grifo de Marx). O comerciante compra seu trabalho e lhes *arranca* (*nimmt*), “primeiramente, a propriedade do produto (*das Eigentum erst am Produkt*), em seguida, arranca-lhes também a propriedade do instrumento, ou seja, as deixa como *propriedade aparente* (*Scheineigentum*), para diminuir seus próprios custos de produção (*Produktionskosten*).”³⁸³

As formas históricas originárias nas quais o capital aparece, no início, de forma *esporádica* (*sporadisch*), ou aparece *localmente* (*lokal erscheint*)), *junto* (*neben*) aos antigos modos de produção, mas destruindo-os (*sprengend*), cada vez mais, por todas as partes, incluem, diz Marx, por um lado, “a verdadeira *manufatura* (*eigentliche Manufaktur*), mas, no entanto, não ainda a *fabrica* (*noch nicht Fabrik*).”³⁸⁴ A manufatura, diz Marx, surge onde se produz em massa para a exportação, para o *mercado externo* (*auswärtigem Markt*), ou seja,

³⁸⁰ Idem, p.473.

³⁸¹ Idem, p.473.

³⁸² Idem, p.473.

³⁸³ Idem, p.473.

³⁸⁴ Idem, p.474.

sobre a “base do grande comércio marítimo e terrestre (Basis von großen See und Landhandel)”³⁸⁵, em seus *centros comerciais* (Emporien), como “nas cidades italianas, Constantinopla, as cidades de Flandres, as holandesas, algumas cidades espanholas, como Barcelona, etc.”³⁸⁶ No início, segundo Marx, a manufatura não submeteu a chamada *indústria urbana* (städtische Gewerbe), mas a *indústria camponesa acessória* (ländliche Nebengewerbe), ou seja, a fiação e a tecelagem (Spinnen und Weben). A manufatura submete, segundo Marx, “o trabalho que menos requer habilidade artesanal corporativa (die am wenigsten zünftiges Geschick), que menos requer formação técnica (künstlerische Ausbildung verlangt).”³⁸⁷ A manufatura instala-se primeiramente fora daqueles grandes centros, onde a produção já está baseada num *mercado externo* (auswärtigen Markt) e está, portanto, segundo Marx, orientada “naturalmente” (naturwüchsig) para o valor de troca (e onde já há manufaturas que estão ligadas diretamente com a navegação, com a construção de navios, etc.). Instala-se, então, “no campo (auf dem Land), nas aldeias não corporativas (in nichtzünftigen Dörfern).”³⁸⁸

A indústria camponesa acessória, diz Marx, contém uma ampla base da manufatura, enquanto que “a indústria urbana requer um *maior progresso da produção* (hohen Fortschritt der Produktion) para poder ser levada adiante, dentro de uma organização fabril.”³⁸⁹ A mesma coisa acontece com alguns ramos da produção que, desde o princípio, “requerem uma maior concentração de forças de trabalho (mehr Konzentration von Arbeitskräften), que desde o início utilizam mais forças naturais (Naturkräfte) requerem produção em massa (massenweise Produktion) e, igualmente, concentração dos meios de trabalho (Konzentration Arbeitsmittel), etc., como por exemplo acontece com as fábricas de vidro, de metal, serrarias,

³⁸⁵ Idem, p.474.

³⁸⁶ Idem, p.474.

³⁸⁷ Idem, p.474.

³⁸⁸ Idem, p.474. Em *O Capital* I: “a origem da manufatura, sua formação a partir do artesanato, é... dúplice. De um lado, ela parte da combinação de ofícios autônomos de diferentes espécies, que são despidos de uma autonomia e tornados unilaterais até o ponto em que constituem apenas operações parciais que se complementam mutuamente no processo de produção de uma única e mesma mercadoria. De outro lado, ela parte da cooperação de artífices da mesma espécie, decompõe o mesmo ofício individual em suas diversas operações particulares e as isola e as torna autônomas até o ponto em que cada uma delas torna-se função exclusiva de um trabalhador específico. Por um lado a manufatura introduz, portanto, a divisão do trabalho em um processo de produção ou a desenvolve mais; por outro lado, ela combina ofícios anteriormente separados. Qualquer que seja seu ponto particular de partida, sua figura final é a mesma – um mecanismo de produção, cujos órgãos são seres humanos”. Marx, K. *O Capital* I. Op. Cit. Tomo I, p.268.

³⁸⁹ Idem, p.474.

fábricas de papel, etc.”³⁹⁰ O outro aspecto deste processo de transformação no campo, segundo Marx, é o surgimento dos arrendatário (Pächters) e a transformação da população agrícola (ackerbauenden Bevölkerung) em *jornaleiros* livres (freie Tagelöhner), por mais que esta última transformação, levada até suas últimas consequências, de forma mais pura, diz Marx, somente mais tarde impôs-se sobre o campo.

Por isso, diz Marx, os *antigos* (gregos e romanos), que nunca saíram da indústria propriamente urbana, “*nunca puderam chegar à grande indústria* (nie zur großen Industrie kommen)”³⁹¹ (grifo meu). O *primeiro pressuposto* (erste Voraussetzung) para a grande indústria é “a introdução do campo em toda sua amplitude na produção não de valores de uso, mas de valores de troca.”³⁹² Aquelas grandes indústrias manufatureiras, como por exemplo, as fábricas de vidro, de papel, etc., não podem, segundo Marx organizar-se em corporações. Elas requerem “a produção em massa (Produktion in Masse), a venda em um mercado geral (allgemeinen Markt), *riqueza monetária* (Geldvermögen) nas mãos do empresário (Unternehmers).”³⁹³ E necessitam destas condições não porque criem as condições subjetivas e objetivas, mas porque sob as antigas relações de propriedade e relações de produção “essas relações não podem ser combinadas (zusammengebracht).”³⁹⁴

A dissolução das antigas relações de servidão, assim como o surgimento da manufatura, transformam rapidamente todos os ramos do trabalho em “ramos movidos pelo capital (in vom Kapital betriebne).”³⁹⁵ No entanto, diz Marx, as próprias cidades contém um elemento para a formação do trabalho assalariado propriamente dito, através dos “jornaleiros excluídos do sistema corporativo.”³⁹⁶

Se (wenn), diz Marx, por um lado, a transformação do dinheiro em capital pressupõe um processo histórico que separou o trabalhador das condições objetivas do trabalho, “as autonomizou contra os trabalhadores (verselbständigt hat gegen den Arbeiter)”³⁹⁷, por outro

³⁹⁰ Idem, p.474.

³⁹¹ Idem, p.474.

³⁹² Idem, p.474. “ist die Hereinziehung des Landes in seiner ganzen Breite in die Produktion nicht von Gebrauchswerten, sondern von Tauschwerten”. Werke. Op. Cit., p.418.

³⁹³ Idem, p.474.

³⁹⁴ Idem, p.474.

³⁹⁵ Idem, p.475.

³⁹⁶ Idem, p.475.

³⁹⁷ Idem, p.475.

lado o *efeito* (Effekt) do capital (uma vez que ele já surgiu e seu processo consiste em submeter toda a produção e em desenvolver e estender por todas as partes a separação entre trabalho e propriedade, entre o trabalho e as condições objetivas do trabalho), se verá, então, no desenvolvimento do processo histórico que o capital *aniquila* (vernichtet) o trabalho artesanal (handwerksmäßige Arbeit), aniquila também a pequena propriedade da terra (kleines Grundeigentum), em que o proprietário *não aparece* em *oposição* ao trabalho (nicht im Gegensatz zur Arbeit erscheint), no *pequeno capital* (kleinen Kapital) e nas espécies intermediárias híbridas (Zwittergattungen), situadas entre os modos de produção antigos (ou as formas que estes assumam como resultado de sua renovação sobre a base do capital), e o modo de produção clássico, adequado, do próprio capital.”³⁹⁸

Marx diz que “a única acumulação pressuposta na gênese do capital é a da *riqueza monetária*, que, considerada em si e por si mesma é totalmente improdutiva, pois, surge somente da circulação e pertence somente a ela.”³⁹⁹ O capital, diz Marx, forma, muito rapidamente, um *mercado interno* através da aniquilação de toda a indústria camponesa acessória e, assim, “fia e tece para todos, veste todo mundo, etc.”⁴⁰⁰ Enfim, diz Marx, o capital, impõe a forma de valores de troca para todos os produtos que antes eram produzidas como valores de uso imediato. É um processo que deriva, por si mesmo, “da separação dos trabalhadores com relação ao solo e a propriedade (ainda que seja de forma servil) das condições de produção.”⁴⁰¹

Marx diz que por mais que o artesanato urbano esteja essencialmente baseado sobre o intercâmbio e na criação de valores de troca, o objetivo fundamental imediato desta produção “não é o *enriquecimento* (nicht Bereicherung), não é o *valor de troca como valor de troca* (nicht Tauschwert als Tauschwert), mas sim, a *subsistência* (Subsistenz) [do indivíduo, J.A.]

³⁹⁸ Idem, p.475.

³⁹⁹ Idem, p.475. “Die einzige Aufhäufung, die bei der Entstehung des Kapitals vorausgesetzt ist, ist die von *Geldvermögen*, daß, an und für sich betrachtet, durchaus unproduktiv ist, wie es nur aus der Zirkulation entspringt und nur ihr angehört”. Werke. Op. Cit., p.419.

⁴⁰⁰ Idem, p.475.

⁴⁰¹ Idem, p.475. “Einen innern Markt bildet sich das Kapital rasch dadurch, daß es alleländlichen Nebengewerbe vernichtet, also für alle spinnt, webt, alle kleidet etc., kurz, die früher als unmittelbare Gebrauchswerte geschaffnen Waren in die Form von Tauschwerten bringt, ein Prozeß, der durch die Loslösung der Arbeiter vom Grund und Boden und dem Eigentum (sei es auch in höriger Form) na den Produktionsbedingungen sich von selbst ergibt”. Werke. Op. Cit., p.419.

como artesão (als Handwerker), *como um mestre artesão* (als Handwerkmeister)⁴⁰² (grifos de Marx). Por isso, na produção artesanal urbana, a produção (Produktion) está em todas as partes “subordinada a um consumo pressuposto (Vorausgesetzten Konsumition).”⁴⁰³

4. 5) Definição de “Capital”

Desta forma, diz Marx, categoricamente: “a *produção de capitalistas e trabalhadores assalariados é, então, um produto fundamental do processo de valorização do capital*”⁴⁰⁴ (grifado no original). A Economia Política usual, diz Marx, que só enxerga as coisas depois de produzidas, “se esquece completamente disto.”⁴⁰⁵ Enquanto neste processo (Prozeß), diz Marx, “o trabalho objetivado é posto, ao mesmo tempo, como *não-objetividade* do trabalhador, como objetividade de uma subjetividade *contraposta* a objetividade do trabalhador, como *propriedade* de uma *vontade alheia* a ele, o capital é, ao mesmo tempo, necessariamente (notwendig), o *capitalista* (Kapitalist), e a idéia de alguns socialistas de que precisamos de capital, mas não de capitalistas, é completamente falsa (ist durchaus falsch).”⁴⁰⁶ No *conceito de capital* (im Begriff des Kapitals), diz Marx, está *posto* (gesetzt) que as condições objetivas de trabalho (e estas são, segundo Marx, o próprio produto do capital), “assumam (annehmen) uma *personalidade* (Persönlichkeit) contra (gegenüber) o trabalhador, ou, o que é o mesmo, que sejam postas como propriedade de uma personalidade alheia (fremden Persönlichkeit).”⁴⁰⁷ No conceito de capital, diz Marx, *está contido o capitalista* (ist der Kapitalist enthalten).

No entanto, este erro de alguns socialistas não é, de forma alguma, segundo Marx, maior, por exemplo, do que o erro de todos os *filólogos* (Philologen) que “falam de *capital*

⁴⁰² Idem, p.475.

⁴⁰³ Idem, p.475.

⁴⁰⁴ Idem, p.475. “Die Produktion von Kapitalistischen und Lohnarbeitern ist also ein Hauptprodukt des Verwertungsprozesses des Kapitals.” Werke. Op. Cit., p.419/20.

⁴⁰⁵ Idem, p.475. “Die gewöhnliche ökonomie, die nur die produzierten Sachen im Auge hält, vergißt dies vollständig”. Werke. Op. Cit., p.420.

⁴⁰⁶ Idem, p.476. “Indem in diesem Prozeß die gegenständliche Arbeit zugleich als *Nichtgegenständlichkeit* des Arbeiters, als, Gegenständlichkeit einer dem Arbeiter entgegengesetzten Subjektivität gesetzt ist, als *Eigentum* eines ihm fremden Willens, ist das Kapital notwendig zugleich *Kapitalist*, und der Gedanke von einigen Sozialisten, wir brauchen das Kapital, aber nicht die Kapitalisten, ist durchaus falsch”. Werke. Op. Cit., p.420.

⁴⁰⁷ Idem, p.476.

(Kapital) na Antigüidade, falam de capitalistas romanos, gregos (römischen, griechischen Kapitalisten), etc. Isto é somente outra forma de dizer que em Roma e na Grécia o trabalho era *livre* (frei), o que dificilmente estes senhores estariam dispostos a afirmar”⁴⁰⁸ (grifo de Marx). Agora, diz Marx, se chamarmos (nennen) de capitalistas os proprietários das *plantations* (Plantagenbesitzer) na América, “e que o *sejam* (sind) mesmo, diz Marx, baseia-se no fato de que eles existem (existieren) como uma *anomalia* (Anomalien) dentro do mercado mundial baseado no trabalho livre (freien Arbeit).”⁴⁰⁹ Se o termo capital fosse aplicado à Antigüidade clássica, então “as *hordas nômades* (wandernden Horden) das estepes da Ásia setentrional, que ainda vagueiam com suas manadas, seriam, diz Marx, as maiores capitalistas, pois, originariamente, capital significa *gado* (Vieh).”⁴¹⁰ Marx diz que é por isso que o contrato de *parceria* (Metierievertrag) na produção agrícola, que no sul da França, devido à falta de capital, chama-se “precisa e excepcionalmente (grad ausnahmsweis) *contrato de arrendamento de gado* (Bail de bestes à cheptel – Viehpachtvertrag).”⁴¹¹ Se nos aventurássemos em um pouco de mau latim, diz Marx, então, “nossos capitalistas ou *capitales homines* seriam aqueles que *qui debent census de capite* (que pagam um imposto por cabeça).”⁴¹²

⁴⁰⁸ Idem, p.476. Interessante perceber aqui o quão Marx está distante, por exemplo, das teorias de Max Weber com relação a história universal. Weber afirma em *A ética protestante e o espírito do capitalismo* que “o capitalismo sempre existiu”, mesmo entre os povos da Antigüidade, dos povos asiáticos, etc., Assim diz Weber: “o ‘capitalismo’ e empresários ‘capitalistas’, inclusive com uma considerável dose de racionalização capitalística, existiram em todos os países civilizados da terra, como podemos julgar pelos documentos econômicos. Existiram na China, na Índia, na Babilônia, no Egito, na Antigüidade Mediterrânea e na Idade Média, tanto quanto na idade Moderna. Não eram apenas empreendimentos isolados, mas verdadeiros sistemas, que dependiam inteiramente da constante renovação de empreendimentos capitalísticos, e até de ‘operações’ contínuas, embora o comércio não tivesse ainda por muito tempo o caráter dos nossos empreendimentos permanentes, constituindo antes de uma série de ações individuais, que apenas foram adquirindo coerência interna (orientada para a especialização) com o advento do grande comércio. De qualquer forma, a empresa capitalista e o empreendimento capitalista, não só como empreendedores ocasionais, mas também como empresas duradouras, existiam de longa data e em toda parte.” (WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. SP. Ed. Pioneira. 1987. 5ª edição, p.6). Como podemos perceber, Max Weber des-historiciza o capitalismo, transformando-o num modo de produção *a-histórico*, como um modo de produção que, de uma maneira ou de outra, todas as sociedades experienciaram, mesmo aquelas em que Marx afirma não terem desenvolvido nem mesmo a propriedade privada, nem classes sociais (como a Índia, a China, o Egito), ou a Antigüidade clássica que Marx afirma ter-se assentado sobre modo de produção voltado para o valor-de-uso.

⁴⁰⁹ Idem, p.476.

⁴¹⁰ Idem, p.476.

⁴¹¹ Idem, p.476.

⁴¹² Idem, p.476.

Para o capital, comenta Marx, “o trabalhador não é condição alguma da produção, mas só o trabalho é. Se o capital pudesse cumpri-lo por meio de máquinas, ou simplesmente por meio da água ou do ar, tanto melhor. O capital – continua Marx – não se apropria do trabalhador, mas [somente] de seu trabalho, não imediatamente, mas mediado pela troca.”⁴¹³

Na determinação do conceito de capital apresentam-se dificuldades que, segundo Marx, não existem no caso do dinheiro: “o capital – diz Marx – é essencialmente o *capitalista* (das kapital ist wesentlich *Kapitalist*), mas, ao mesmo tempo, é, por sua vez, capital enquanto elemento diferente (unterschiednes Element) do capitalista, ou seja, enquanto produção em geral (die Produktion überhaupt kapital).”⁴¹⁴ Assim, diz Marx, veremos que, no termo *capital*, há muita coisa incluída que, aparentemente, não pertencem ao conceito. Por exemplo, diz Marx: “o capital é emprestado (ausgeliehn), é acumulado (aufgehäuft), etc.”⁴¹⁵ Em todas estas relações o capital parece ser uma *mera coisa* (bloÙe Sache) e parece coincidir completamente com a matéria em que consiste. Por outro lado, “o dinheiro – continua Marx – mantém sempre o mesmo substrato e por isso é difícil que o concebamos como mera coisa.”⁴¹⁶ No entanto, “uma mesma coisa (mercadoria, dinheiro, etc.) pode representar capital ou receita, etc.”⁴¹⁷ Desta forma, fica claro para os economistas que o dinheiro *não* (nicht) é algo *tangível*, mas, “que a mesma coisa pode ser incluída ora sob a determinação de capital, ora sob outra denominação contrária e que, de acordo com isto, *é* ou *não* capital.”⁴¹⁸ É, então, manifestamente, diz Marx, “uma *relação e só pode ser uma relação de produção*”⁴¹⁹ (grifos de Marx)

⁴¹³ Idem, p.459. “Für das Kapitals ist der Arbeiter keine Produktionsbedingung, sondern nur die Arbeit. Kann es sie durch Maschinen verrichten lassen oder gar durch Wasser, Luft, tant mieux. Und es eignet sich nicht den Arbeiter an, sondern seine Arbeit – nicht unmittelbar, sondern vermittelt durch Austausch”. Werke. Op. Cit., p.405/06.

⁴¹⁴ Idem, p.476/77.

⁴¹⁵ Idem, p.477.

⁴¹⁶ Idem, p.477.

⁴¹⁷ Idem, p.477.

⁴¹⁸ Idem, p.477.

⁴¹⁹ Idem, p.477. “Geld bleibt immer desselbe Form in demselben Substrakt und kann so leichter als bloÙe Sache aufgefaÙt werden. Aber dasselbe, Ware, Geld, etc. können Kapital vorstellen oder Revenu etc. Es ist so selbst den Ökonomen klar, daß dieselbe Sache bald unter der Bestimmung Kapital, bald unter einer andren und entgegengesetzten Bestimmung subsumiert sein kann und danach Kapital *ist* oder *nicht ist*. Es ist offenbar so ein *Verhältnis und kann nur ein Produktionsverhältnis sein*”. Werke. Op. Cit., p.421.

Capítulo III

O Modo de Produção Asiático

1 – Os primeiros escritos de Marx e as referências às sociedades asiáticas

Marx, desde seus primeiros trabalhos diferencia de forma bastante categórica o desenvolvimento dinâmico que se deu no Ocidente europeu a partir do período arcaico grego, em contraste com a estagnação das forças produtivas que perdurou durante milênios na Ásia até o início do século XIX. Já havia lido na década de 1840, por exemplo, a respeito do Oriente, as obras dos vários autores gregos antigos, bem como Adam Smith, Richard Jones, John Stuart Mill, James Mill, Bernier, Hegel, e outros.

Já em *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, escrito entre 1841 e 1843 Marx faz referência ao “despotismo asiático”, afirmando que ali, nos Estados da Ásia, por ser o déspota o único proprietário, todos os habitantes do país são “escravos” do Estado. Na Ásia, diz Marx, “o Estado político nada mais é do que o arbítrio de um único indivíduo, ou seja, o Estado político, assim como o material, é escravo.”⁴²⁰

Em 1845, Marx, juntamente com Engels, escreve *A Ideologia Alemã* (obra esta que acabou não sendo publicada na época). Nesta obra, ambos explicitam sua concepção materialista da história, rompendo, em certo sentido, com Hegel. Apresentam ali três diferentes formas de propriedade: a propriedade tribal (*Stammeigentum*), a propriedade comunal estatal antiga e a propriedade feudal, ou de estamentos (ou ordens sociais – *ständisch*).

A primeira destas formas de propriedade exposta em *A Ideologia Alemã*, a propriedade *tribal*, “corresponde à fase não desenvolvida da produção em que um povo se alimenta da caça e da pesca, da criação de gado ou, quando muito, da agricultura. Pressupõe, neste último caso, uma grande massa de terrenos não cultivados. A divisão do trabalho está nesta fase ainda muito pouco desenvolvida e limita-se a um prolongamento da divisão natural

⁴²⁰ MARX, Karl. *Opere Filosofia Giovanile*. Roma, publicado por G. Della Volpi. 1963.

do trabalho existente na família. A estrutura social limita-se, por isso, a uma extensão da família: os chefes patriarcais da tribo, abaixo deles os membros da tribo, e por fim, os escravos. A escravatura latente na família se desenvolve gradualmente, com o aumento da população e das necessidades e com o alargamento do intercâmbio externo, tanto de guerra como de comércio de troca.”⁴²¹

A segunda forma – estatal antiga – “resulta da união de várias tribos que formam uma *cidade* por meio de acordo ou conquista: nela continua a existir a escravatura. A par da propriedade comunal desenvolve-se também a propriedade móvel e, mais tarde, também a imóvel, mas como uma forma anormal e subordinada à propriedade comunal. Os cidadãos só em comum possuem o poder sobre os seus escravos trabalhadores, estando logo, por este motivo, ligados à forma da propriedade comunal. É a propriedade comum dos cidadãos ativos, os quais são obrigados, face aos escravos, a permanecer neste modo natural de associação. Por isso, decai toda a estrutura da sociedade baseada nesta forma de propriedade e, com ela, o poder do povo, à medida que se desenvolve a propriedade privada imóvel. A divisão do trabalho está já mais desenvolvida. Encontramos já o antagonismo entre cidade e campo e, mais tarde, o antagonismo entre Estados que representam, uns, o interesse urbano, outros, o interesse do campo, e mesmo no interior das cidades encontramos o antagonismo entre a indústria e o comércio marítimo. A relação de classe entre cidadãos e escravos está completamente formada.”⁴²²

A terceira forma de propriedade, apresentada por Marx e Engels em *A Ideologia Alemã*, é a propriedade “feudal” que, segundo Marx e Engels, “partiu do *campo* como base da organização social.”⁴²³ A forma “feudal” assenta-se, como a propriedade tribal e a antiga, “sobre uma comunidade”, no entanto, não como no caso romano, tendo como base da estrutura produtiva *escravos*, mas sim, “pequenos camponeses servos como classe produtora direta.”⁴²⁴

⁴²¹ Marx e Engels. *A Ideologia Alemã*. Op. Cit., p.17. Esta forma social parece corresponder à forma social asiática, devido a vários fatores, como por exemplo, a baixa produtividade, a criação de gado, agricultura, grandes extensões incultas, divisão “natural” do trabalho, escravidão apenas em latência e estrutura patriarcal de poder político.

⁴²² Marx, K. *Grundrisse*. Op. Cit., p.17/18.

⁴²³ Idem, p.18.

⁴²⁴ Idem, p.19.

Em *A Miséria da Filosofia*, escrita por Marx e publicada no início de 1847, referindo-se à origem de regimes estamentais de pouca mobilidade social, fala que o regime de castas, por exemplo, surge de forma *natural*, das próprias condições *primitivas* da produção material: “sob o regime de castas, sob o regime feudal e corporativo, havia divisão do trabalho na sociedade inteira segundo regras fixas. Estas regras foram estabelecidas por um legislador? Não. Nascidas primitivamente das condições da produção material, foram erigidas em lei bem mais tarde. É assim que estas diversas formas de organização do trabalho tornaram-se também bases de organização social.”⁴²⁵ Marx comenta ainda que nestas formas de organização social de *regras fixas* a *mobilidade social* era muito pouco desenvolvida no interior das oficinas: “quanto à divisão do trabalho no interior da oficina, ela era pouco desenvolvida em todas estas formas de sociedade.”⁴²⁶ Mais à frente Marx estabelece uma espécie de “lei da história” onde diz que quanto menos o governante interfere na divisão do trabalho no interior da sociedade, mais esta se apresenta no interior da oficina e, ao inverso, quanto mais o governante interfere nas relações sociais menos a divisão do trabalho opera-se no interior da oficina: “pode-se mesmo estabelecer como regra universal (allgemeine Regel), que quanto menos a autoridade (Autorität) preside a divisão do trabalho no interior da sociedade, mais a divisão do trabalho se desenvolve no interior da oficina (Werkstat), e mais ali é submetida à autoridade de um só. Assim, a autoridade na oficina e aquela na sociedade, quanto à divisão do trabalho, são em razão inversa uma da outra”⁴²⁷ (importante salientar que esta “lei da história” aparecerá novamente em *O Capital*, Livro I, onde Marx discute a divisão do trabalho e justamente quando está referindo-se à imutabilidade da divisão social na Índia).

Em 1847, Marx e Engels são incumbidos de escrever um *Manifesto* para a Liga dos Comunistas sediada em Bruxelas. Engels escreve, então, uma bem elaborada versão inicial para este Manifesto (*Princípios do Comunismo*) que depois serviria de base para Marx elaborar definitivamente *O Manifesto Comunista*. Assim é que, nos primeiros meses de 1848 é publicado *O Manifesto Comunista*, obra esta que contém, em seu conjunto, a estratégia política do proletariado mundial para a derrubada do capitalismo e a exposição das condições

⁴²⁵ Marx, K. Oeuvres, Economie, volume I, M. Rubel, Paris. Ed. Gallimard, p.101.

⁴²⁶ Idem, p.101.

⁴²⁷ Idem, p.101.

que possibilitarão a fundação de uma sociedade socialista entre os homens. O *Manifesto Comunista* deixa claro também a *historicidade* do modo de produção capitalista, seu caráter específico e *transitório*, pois, já em seu primeiro parágrafo fica evidenciado que ambos não aceitavam a tese ricardiana de que o capitalismo existiu sempre, pois, dizem Marx e Engels ali, de forma categórica: “a história de todas as sociedades até nossos dias é a história da luta de classes.”⁴²⁸ Em seguida, para demonstrar esta historicidade da luta de classes, citam as classes que durante *toda a história* combateram entre si: *homem livre e escravo*, na Grécia antiga durante os períodos arcaico e clássico; *patrício e plebeu*, em Roma durante seu período republicano e imperialista; *senhor e servo*, durante o Feudalismo; *mestre de corporação e oficial*, no período decadente da Idade Média e, finalmente, *burguesia e proletariado*, na sociedade capitalista.⁴²⁹

No entanto, como podemos perceber, ficaram excluídos deste conceito de história – história da luta de classes – tanto o período que precedeu o surgimento da propriedade privada na Grécia, nos séculos IX a VIII a.C., bem como também a “história” do *continente asiático*, desde seus primórdios até a chegada do capitalismo àquele continente, através da expansão imperialista inglesa no início do século XIX.⁴³⁰

Como justificar que Marx não incluísse naquela “lista” de classes que lutaram durante toda a história as *milenaes* sociedades asiáticas, que como sabemos, organizaram Estados com aparelhos burocráticos e centralização política poucas vezes vista na história da humanidade e que causam espanto e admiração a todos? Teria talvez Marx se esquecido de enunciá-los? Ou seria Marx um “eurocentrista”, que pensava ser a Europa o “centro do planeta”, que estivesse empenhado em exaltar as proezas do Ocidente e que não reconhecesse o “alto nível cultural” a que haviam chegado muitas daquelas sociedades milenares? Por quê

⁴²⁸ Marx & Engels. *O Manifesto Comunista*. Op. Cit., cf., p.7.

⁴²⁹ Idem, cf., ps.7/8.

⁴³⁰ O fato de Marx excluir o período “histórico” grego anterior ao surgimento da propriedade privada na Grécia, ou seja, anterior ao período *arcaico*, é aceito por muitos estudiosos marxistas, pois este período é visto como pertencente à *pré-história* da humanidade. Cf.BENOIT, Hector. *A Luta de Classes como Fundamento da História*. In Caio Navarro de Toledo (org): *Ensaio sobre o Manifesto Comunista*. Ed. Xamã- IFCH/Unicamp, SP, 1998. Ali, o autor procura desenvolver o conceito de História Universal (Weltgeschichte) em Marx, bem como demonstra a imutabilidade a que estavam submetidas as sociedades asiáticas, bem como, procura demonstrar que a sociedade grega não surge diretamente da sociedade gentílica, como afirmava Engels, mas, do desenvolvimento e posterior destruição da sociedade creto-micênica.

teria Marx esquecido aqui, ao contrário do que fizera em *Para a Crítica da Economia Política*, de listar o modo de produção asiático como uma das etapas da história humana?

Vejamos como Marx (e Engels, até o período em que Marx estava vivo)⁴³¹ conceituava *historicamente* a Ásia, para compreendermos esta *não inclusão* dos Estados asiáticos antigos na história da luta de classes.

2– As análises de Marx sobre a Índia

2. 1 - Aspectos geográficos, físicos e climáticos da Ásia

A Ásia é um continente enorme, de proporções gigantescas (se comparado, geograficamente, por exemplo, com o continente europeu). A *geografia* do continente é uma das mais variadas do planeta. Ali há enormes regiões desérticas, onde vivem, desde tempos imemoriais, populações nômades que transitam nestas áreas bastante áridas à procura de alimentos e água para o gado (cabras, ovelhas, gado vacum, etc.), sua principal fonte de subsistência. Na Ásia, encontram-se também as maiores montanhas do planeta, como, por exemplo, a cordilheira do Himalaia, com seus picos chegando a mais de 8 mil metros de altitude. Há também regiões muito frias, onde a temperatura em determinadas épocas do ano pode chegar a muitos graus abaixo de zero, ou regiões onde o calor é quase insuportável. Certas áreas da Ásia sofrem também com os fortíssimos ventos, furacões, tufões, terremotos, etc. Há, por outro lado, regiões de planícies onde o solo é muito fértil, propício à agricultura, principalmente nas margens dos grandes rios, onde as cheias anuais proporcionadas pelo derretimento das geleiras no alto das montanhas fazem transbordar os rios transformando aquelas áreas alagadas em locais propícios ao cultivo de cereais. É principalmente nas margens destes rios que se desenvolveram as grandes civilizações antigas, como por exemplo, as civilizações mesopotâmica, babilônica, assírica, e outras na beira dos rios Tigre e

⁴³¹ Engels, parece-nos, enquanto Marx esteve vivo, manteve um posicionamento semelhante ao do companheiro no que se referia a organização econômica, política, social e religiosa da Ásia, como fica evidente em carta datada de 06 de junho de 1853 enviada a Marx. Assim dizia Engels ali: “a ausência de propriedade da terra é certamente a chave para a compreensão de todo o Oriente. Aqui reside sua história política e religiosa.” Marx-Engels – *Opere* (Carteggio). Roma. Ed. Riuniti. 1972, p.273.

Eufrates, no Oriente Próximo, bem como a civilização egípcia, às margens do Nilo, a civilização hindu, próximas aos rios Ganges e Hindo, etc.

Marx tinha clara noção de que as condições *geográficas, físicas e climáticas* (condições *naturais*, pode-se dizer) têm influência decisiva no desenvolvimento (ou não) de uma determinada sociedade. E na Ásia estas condições determinaram o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas. As enormes distâncias que separavam as comunidades entre si mantiveram o continente, de um modo geral, condenado durante milênios a uma forma social “estagnada” que Marx denominou de *Modo de Produção Asiático*.

Para demonstrar que Marx tinha esta clara noção de que a imensidão dos territórios na Ásia influenciava nas condições sociais destas civilizações, daremos dois exemplos do próprio Marx retirados do artigo *A dominação britânica na Índia*, de 10 de junho de 1853. Assim diz Marx:

“O Indostão é uma Itália de proporções asiáticas, com o Himalaia pelos Alpes, os vales de Bengala pelos da Lombardia, a cordilheira do Decan pelos Apeninos e a ilha do Ceilão pela Sicília. A mesma riqueza e diversidade de produtos do solo e o mesmo desmembramento político. E assim como a Itália foi dividida diversas vezes pela espada do conquistador em diversas massas nacionais, no Indostão vemos também que quando este não se encontra oprimido pelos maometanos, mongóis ou britânicos, se divide em tantos Estados independentes e antagônicos como cidades e povos diferentes. Sem dúvida, do ponto de vista social, o Indostão não é a Itália, mas a Irlanda do Oriente. E esta estranha combinação de Itália, do mundo da voluptuosidade e da dor, se antecipava já nas antigas tradições da religião do Indostão.”⁴³²

Um pouco mais à frente, Marx deixa claro (e de forma bem mais nítida), a questão da influência das condições *naturais* no *estancamento* asiático:

“O clima e as condições do solo, particularmente nos vastos espaços desérticos que se estendem desde o Saara através da Arábia, Pérsia, Índia e Tartária até as *regiões mais elevadas da planície asiática*, transformaram o sistema de irrigação artificial por meio de canais e outras obras de irrigação na base da agricultura oriental. Como no Egito e na Índia,

⁴³² GODELIER, Maurice. *Sobre el Modo de Produccion Asiatico*. Barcelona. Ed. Martinez Roca, 1969, p.79.

as inundações são utilizadas para fertilizar o solo na Mesopotâmia, Pérsia e outros lugares; o alto nível das águas serve para encher os canais de irrigação. Esta necessidade elementar de um uso econômico e comum da água fez com que no Ocidente os empresários privados se agrupassem em associações voluntárias, como ocorreu em Flandres e na Itália; no Oriente, o baixo nível da civilização [ausência de riqueza privada, J.A.] e a *extensão dos territórios* impediram que surgissem associações voluntárias e impuseram a intervenção do poder centralizador do governo. Daí que todos os governos asiáticos tivessem que desempenhar esta função econômica: a organização das obras públicas. Esta fertilização artificial do solo, função de um governo central, e que entrava em decadência cada vez que este descuidava das obras de irrigação e canalização, explica o fato, de outro modo inexplicável, de que encontremos agora territórios inteiros estéreis e desérticos que antes haviam sido excelentemente cultivados, como Palmira, Petra, as ruínas que se encontram no Iêmem e grandes regiões do Egito, Pérsia e Indostão. Assim se explica também porque uma só guerra devastadora fosse capaz de despovoar um país durante séculos e destruir toda sua civilização”⁴³³ (grifos meus).

Vejamos mais de perto como Marx conceituava a Ásia, em especial, a Índia.

2. 2 – A formação das sociedades asiáticas

Marx diz nos *Grundrisse* que na “maior parte” (in den meinsten) das “formas fundamentais *asiáticas*” (asiatischen Grundformen), a “*unidade centralizadora*” (zusammenfassende Einheit) aparece como o “*proprietário superior*” (höhere Eigentümer) ou como o “*único proprietário*” (einzige Eigentümer), e as “comunidades *reais*” (wirklichen Gemeinden) somente aparecem como “*possuidoras hereditárias* (erbliche Besitzer).”⁴³⁴ Sendo a *unidade superior* o proprietário real e o pressuposto real (wirkliche Voraussetzung) da propriedade coletiva, esta mesma *unidade superior* pode aparecer como algo particular, *acima* (über) das muitas entidades comunitárias particulares e reais. Em consequência, o

⁴³³ MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Sobre el Sistema Colonial del Capitalismo*. Madrid. Akal Editor. 1976, p.53/54.

⁴³⁴ Marx, K. *Grundrisse*. Op. Cit., p.435.

indivíduo aparece “desprovido *in fact* de propriedade (eigentumslos)”⁴³⁵, ou a *propriedade* (isto é, o comportamento do indivíduo com as condições *naturais* do trabalho e da reprodução – a terra e os meios de trabalho – como condições que lhe pertencem, objetivas, que são para ele o *corpo de sua subjetividade preexistente como natureza inorgânica*⁴³⁶, aparece mediada para ele (o indivíduo) como uma *cessão* (Ablassen) que a unidade global (Gesamtheit), a unidade que se realiza no déspota (Despoten) como o pai (Vater) das muitas entidades comunitárias, cede ao indivíduo por intermédio da comunidade particular (besondren Gemeinde).⁴³⁷

No entanto, em meio ao despotismo oriental e à aparente inexistência jurídica da propriedade da terra que parece ocorrer nesta forma *asiática* de propriedade, existe, de fato, segundo Marx, como *fundamento* (Grundlage) da propriedade da terra “a propriedade comunitária ou tribal (Stamm oder Gemeindeeigentum)”, produto, sobretudo, de uma combinação de manufatura e agricultura (Manufaktur und Agrikultur) *dentro* (zwischen) da pequena comunidade que, desse modo, torna-se auto-suficiente e contém em si mesma todas as condições da “reprodução e produção de excedentes.”⁴³⁸ Este excedente (Surplusprodukt) pertencerá à comunidade superior (rei – déspota) em forma de tributo ou em forma de culto à divindade (deus).

Esta forma de propriedade de tipo asiática pode aparecer de duas maneiras: Na primeira delas aparece como “uma multiplicidade de pequenas comunidades independentes e isoladas umas das outras.”⁴³⁹ Nesta forma de comunidade “independente” Marx diz que o indivíduo trabalha de forma particular, com sua família, no lote que lhe foi designado, destinando uma parte dos produtos para as *reservas coletivas* (para a segurança de toda a comunidade, em caso de má colheita, por exemplo) e para *custear os gastos da entidade comunitária*, ou seja, para a guerra, para o serviço divino, etc.”⁴⁴⁰ Marx diz que o domínio senhorial (herrschaftlichen dominium) em seu sentido mais originário, surge aqui, e dá o

⁴³⁵ Idem, p.435.

⁴³⁶ Idem, cf., p.444. Em alemão “als der unorganischen Natur seiner Subjektivität”. Marx-Engels – WERKE - *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie*. Band 42. Dietz Verlag Berlin. 1983, p.393.

⁴³⁷ Idem, cf., p.435.

⁴³⁸ Idem, p.435.

⁴³⁹ Idem, p.435. “unabhängig nebeneinander vegetieren”. Werke. Op. Cit., p.385.

⁴⁴⁰ Idem, p.435/36.

exemplo das comunidades eslavas e romenas: “aqui se dá a transição (Übergang) para a prestação pessoal (Frondienst), etc.”⁴⁴¹

Já a segunda forma de propriedade de tipo *asiática* pode constituir uma organização do próprio trabalho comunitário, o qual pode constituir um “sistema formalizado (förmliches System)”⁴⁴², como no México, e em especial, no Peru, entre os antigos celtas e algumas tribos da Índia.⁴⁴³ A unidade, aqui, pode estar representada no “chefe da família tribal (Haupt der Stammfamilie)” ou na “relação recíproca entre os pais de família.”⁴⁴⁴, podendo, a entidade comunitária, assim, assumir uma forma *mais democrática* ou *mais despótica* de governo.⁴⁴⁵ Desta maneira, Marx diz que as “condições coletivas” de apropriação real através do trabalho (Marx dá aqui o exemplo do sistema de irrigação (Wasserleitung), que sempre foi fundamental para as sociedades asiáticas, além dos meios de comunicação, etc.), aparecem como obras da *comunidade superior*, do governo despótico que “*flutua* (schwebenden) acima das comunidades”⁴⁴⁶ (grifo meu). A cidade (Stadt) tem aqui uma importância secundária, surgindo apenas naqueles locais particularmente favoráveis ao comércio com o exterior ou à coleta de tributos.

Esta forma de propriedade de tipo “asiática”, diz Marx, “necessariamente sobrevive por mais tempo” do que qualquer outra forma de propriedade das quais o trabalhador é proprietário das condições de produção. E isto devido ao “princípio em que se fundamenta”: 1º) “que os indivíduos não se tornem independentes da comunidade”; 2º) “que o círculo de produção seja auto-sustentado”; e, 3º) “que haja unidade da agricultura com a manufatura artesanal, etc.”⁴⁴⁷

⁴⁴¹ Idem, p.435/6.

⁴⁴² Idem, p.436.

⁴⁴³ Interessante que Marx iguala aqui a formação hindu com os celtas e também aos incas e astecas.

⁴⁴⁴ Idem, p.436. “Beziehung der Familienväter aufeinander”. Werke. Op. Cit., p.386

⁴⁴⁵ “mehr despotische oder demokratische Form dieses Gemeinwesens”. Werke. Op. Cit., p.386.

⁴⁴⁶ Marx, K. *Grundrisse*. Op. Cit., p.436.

⁴⁴⁷ Idem, p.446.

2. 3) O Estado despótico centralizado

A necessidade de um uso *comum* da água nas sociedades asiáticas gerou a necessidade desde tempos muito remotos de que estas atividades fossem organizadas *coletivamente*, de modo a possibilitar a execução das mesmas. Assim surgiu, desde o princípio, uma *organização estatal* nascida espontaneamente do seio da organização tribal, para que fosse possível esta organização *coletiva* das obras de irrigação na agricultura, bem como outras obras de caráter estratégico político-militar, obras para a luxúria do déspota e à exaltação divina. O déspota, na realidade, não aparece como um governante opressor, como se pretendesse apenas explorar as pequenas comunidades em proveito próprio, mas justamente ao contrário, o déspota aparece no imaginário dos indivíduos comunais dos povos asiáticos como o “pai” (Vater) das muitas comunidades dispersas.⁴⁴⁸ Aparece como o *elo*, que une todas as comunidades em torno de necessidades comuns. As grandes obras públicas não aparecem como a atividade dos muitos braços dos indivíduos unidos para a execução de um trabalho comum, mas aparece como a realização da vontade do soberano (em nome de uma divindade) em benefício das comunidades e, por isso, aparece o soberano em muitos casos, como a “personificação” da própria divindade, da própria *entidade comunitária* (Gemeinwesen) enquanto pessoa, como no caso, por exemplo, do Egito faraônico onde o faraó era ao mesmo tempo *rei* e *personificação da divindade tribal*.

2. 4) As aldeias comunais

Com relação às *aldeias comunais* hindus, na Seção IV, capítulo XII - Divisão do Trabalho e Manufatura - do Livro I de *O Capital*, Marx descreve uma delas, que havia sido publicada num relatório parlamentar inglês. Marx demonstra ali o caráter *auto-subsistente* de cada uma destas pequenas “repúblicas *idílicas*”: “em sua forma mais simples a comunidade [hindu] cultiva a terra em comum e distribui seus produtos entre seus membros, enquanto cada família fia, tece, etc., como atividade acessória doméstica. Ao lado dessa massa homogeneamente ocupada [na agricultura e na manufatura doméstica, J.A.] encontramos ‘o

⁴⁴⁸ Marx, K. Werke. Op. Cit., p.435.

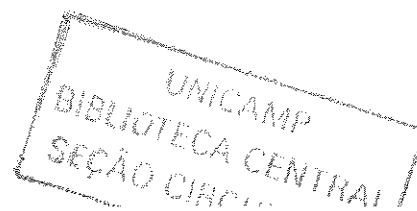
habitante principal' [*Potail*], juiz, polícia e coletor de impostos em uma pessoa; o guarda-livros, que faz a contabilidade do cultivo e que registra e cadastra tudo que a ele diz respeito; um terceiro funcionário, que persegue criminosos e protege os viajantes estrangeiros, escoltando-os de uma aldeia a outra; o guarda de fronteira, que vigia as fronteiras de sua comunidade contra as comunidades vizinhas; o inspetor de águas, que distribui para as necessidades agrícolas a água dos reservatórios comunaes; o brâmane, que exerce as funções do culto religioso; o mestre-escola, que ensina as crianças da comunidade a ler e a escrever na areia; o brâmane do calendário, que como astrólogo indica as ocasiões para a sementeira, colheita e boas e más horas para todos os trabalhos agrícolas; o oleiro, que faz todo o vasilhame da aldeia; o barbeiro, o lavador para a limpeza das roupas, o ourives de prata, aqui ou ali o poeta, que em algumas comunidades substitui o ourives de prata e em outras o mestre-escola.”⁴⁴⁹ Marx diz que o cargo do *Potail*, geralmente é hereditário.

Estas pequenas comunidades aldeãs estavam, segundo Marx, “contaminadas pelo sistema de castas”⁴⁵⁰, que transforma a divisão do trabalho numa forma *hereditária*, onde o indivíduo não tem a oportunidade de desenvolver novas habilidades a não ser aquelas que as *leis consuetudinárias* lhe permitem, ou seja, que lhe são transmitidas de pai para filho. Marx comenta que esta “dúzia” de pessoas que faz todo o trabalho não agrícola da comunidade é sustentada às custas de todos os membros restantes, os que fazem o trabalho de cultivo da terra comunal. Se a população aumenta, então se estabelece uma nova comunidade em terra não cultivada, segundo o modelo da anterior (isto é, não buscam desenvolver as forças produtivas, mas, apenas reproduzir o atraso). O “mecanismo comunal” da comunidade apresenta uma divisão *planejada* do trabalho, no entanto, explica Marx, “sua divisão manufatureira é impossível”⁴⁵¹, porque o mercado do ferreiro, do carpinteiro, etc., permanece inalterado, pois a produção artesanal está limitada pelos limites *naturais* da comunidade (ou seja, pelos limites naturais de suas próprias necessidades), podendo, de acordo com o tamanho da aldeia, encontrar no máximo, em vez de um ferreiro, um oleiro, etc., dois ou três deles, fabricando os mesmos artigos.

⁴⁴⁹ Marx, Karl. *O Capital*. Livro I. Op. Cit., p.281.

⁴⁵⁰ Godelier, M. Op. Cit., p.85.

⁴⁵¹ Marx, K. *O Capital* I. Op. Cit., p.281.



Marx diz que diferentes regiões da Índia possuem diferentes formas de comunidades. A lei que regula a divisão do trabalho comunal opera aqui, nestas diversas formas de comunidades, com a *autoridade inflexível* de uma “lei natural”⁴⁵², enquanto cada artesão em particular, como por exemplo, o ferreiro, o oleiro, etc., “realiza todas as operações pertinentes a seu ofício *de maneira tradicional e independente*, sem reconhecer nenhuma autoridade em sua oficina.”⁴⁵³

Marx diz ainda com relação à divisão do trabalho que “enquanto na sociedade do modo de produção capitalista a anarquia da divisão do trabalho e o despotismo da divisão manufatureira do trabalho se condicionam reciprocamente, formas sociais anteriores, nas quais a particularização dos ofícios se desenvolveu naturalmente, para depois cristalizar-se e por fim firmar-se legalmente, apresentam, ao contrário, de um lado, o quadro de uma organização do trabalho social subordinada a um plano e a uma autoridade, enquanto de outro excluem inteiramente a divisão do trabalho dentro da oficina, ou só a desenvolvem numa escala mínima, ou de modo apenas esporádico ou acidental.”⁴⁵⁴ Em nota de rodapé, Marx repete aquela “lei” da história que já havia citado em *A Miséria da Filosofia* (que fizemos referência neste capítulo) que afirma que quanto menor a intervenção do Estado na divisão do trabalho no interior da sociedade, mais a divisão do trabalho se desenvolve no interior da oficina, e que, portanto, a autoridade na oficina e a autoridade na sociedade estão, com referência a divisão do trabalho *em razão inversa uma da outra*.⁴⁵⁵ Neste sentido, na Índia, por exemplo, a divisão do trabalho não se desenvolveu porque o governo mantinha um rígido controle sobre o sistema de castas, impossibilitando o desenvolvimento da divisão do trabalho e, conseqüentemente, impossibilitando um maior desenvolvimento das forças produtivas.

Ainda no primeiro livro de *O Capital*, Marx explica que estas *pequenas comunidades antiqüíssimas* baseavam-se: 1º) “na posse comum das terras”; 2º) “na união direta entre agricultura e artesanato” e, 3º) “numa divisão fixa do trabalho.”⁴⁵⁶ Se forem destruídas,

⁴⁵² Idem, p.281.

⁴⁵³ Idem, p.281.

⁴⁵⁴ Idem, p.280.

⁴⁵⁵ Idem, p.280.

⁴⁵⁶ Idem, p.281.

acidentalmente, servirão de plano e de fundo para que esta mesma aldeia seja reconstruída de novo, no mesmo lugar, com os mesmos nomes e se reproduzindo sempre da mesma forma. A produção é destinada ao *auto-consumo* e, por isso, as comunidades “bastam-se a si mesmas.”⁴⁵⁷ Apenas o excedente torna-se aqui *mercadoria*, mas “somente depois de chegar às mãos do Estado, em forma de tributo.”⁴⁵⁸

Desta forma, as sociedades asiáticas, de um modo geral, não desenvolvem as forças produtivas a ponto de colocar a natureza a serviço do homem, não chegam ao ponto de tornar o homem *soberano* da natureza. Ao contrário, o homem, aqui, ainda não negou a Natureza, não a adaptou às suas necessidades, mas ainda adapta-se às leis e necessidades da natureza. Ainda não cortou o “cordão umbilical” que o une a natureza, está ainda *refém* dos fenômenos naturais, refém das *vicissitudes* que a Natureza impõe, que o levam a praticar um *culto à Natureza* e que o coloca de joelhos “adorando a vaca Sabala e a macaca Hanuman.”⁴⁵⁹

O *organismo produtivo simples* dessas comunidades auto-suficientes (combinação de agricultura e manufatura *dentro* da comunidade), que se reproduzem constantemente da mesma forma e, se forem destruídas acidentalmente, são reconstruídas de novo no mesmo lugar, com o mesmo nome, oferece, diz Marx, “a chave para o segredo da imutabilidade das sociedades asiáticas que contrastam de maneira tão impressionante com a constante dissolução e reconstrução dos Estados asiáticos e com as incessantes mudanças de dinastias.”⁴⁶⁰ A estrutura dos elementos econômicos fundamentais da sociedade “não é atingida pelas tormentas desencadeadas pelo céu político,”⁴⁶¹ pois, como dizia em carta a 14 de junho de 1853 endereçada a Engels, os habitantes destas *repúblicas idílicas* “guardavam de forma zelosa somente os limites de sua aldeia, contra as aldeias vizinhas.”⁴⁶² Ainda no capítulo acima citado de *O Capital*, Marx diz que dessa maneira simples têm vivido “desde tempos imemoriais os habitantes do país [da Índia].”⁴⁶³ Os limites das aldeias, segundo Marx, raramente foram alterados, e embora estas tenham sido repetidas vezes atingidas e mesmo

⁴⁵⁷ Idem, p.281.

⁴⁵⁸ Idem, p.281.

⁴⁵⁹ Cf. Godelier, op cit, p.85.

⁴⁶⁰ Idem, p.281.

⁴⁶¹ Idem, p.281.

⁴⁶² Godelier, Maurice. Op. Cit., p.77.

⁴⁶³ Marx, Karl, *O Capital*. Livro I. Vol. I. Op. Cit., p.281.

sido devastadas pela guerra, pela fome ou por epidemias, Marx diz que o mesmo nome, os mesmos limites, os mesmos interesses e inclusive as mesmas famílias têm sobrevivido através de gerações. Os habitantes não se preocupam com o desmoronamento ou a divisão de reinos. Desde que a aldeia permaneça “intacta” pouco lhes importa a que poder ela foi transferida ou a que soberano foi destinada: “sua economia interna permanece inalterada [quer dizer, a mesma divisão do trabalho, as mesmas funções, as mesmas necessidades, etc. J. A.]”⁴⁶⁴

Retornando novamente a carta de Marx a Engels de 14 de junho de 1853 onde Marx explica que estas comunidades aldeãs (desde que os limites de sua aldeia não fossem afetadas), não se importavam com o que acontecia na superestrutura política do Estado (no *céu político*, como dizia, de forma metafórica), Marx comenta então que estas comunidades aldeãs constituíam “o fundamento mais sólido para o caráter *estacionário* do despotismo asiático.”⁴⁶⁵

Assim, aparecendo o déspota como o *pai* e o *representante global* da *entidade comunitária* (tribo, Estado) (aparecendo como aquele que dá o aspecto *unitário* a todo o reino, o organizador de todas as obras de caráter público, comunal, dos quais a comunidade isolada nada mais é do que um *pequeno ponto* em meio à multiplicidade das várias pequenas comunidades tribais e comunais), será ele quem se apropriará do excedente da produção.

2. 5) A ausência de história na Índia

Em outro artigo, de 22 de julho de 1853, Marx explica que “de acordo com a lei *imutável* da história, os conquistadores bárbaros são conquistados pela civilização superior.”⁴⁶⁶ A história da Índia havia sido, até aquele momento, segundo Marx, a “história” de um povo subjugado pelos invasores bárbaros que haviam conquistado militar e politicamente o país. A Índia sempre havia sido conquistada por povos de civilização *inferior* a sua. Ao analisar esta *lei imutável da história* na “história” da Índia, Marx diz que “os árabes, os turcos, os tártaros e os mongóis, que conquistaram sucessivamente a Índia, foram

⁴⁶⁴ Idem, p.282 (Nota de rodapé).

⁴⁶⁵ Godelier, M. Op. Cit., p.77.

⁴⁶⁶ Idem, p.101.

rapidamente *hinduizados*.⁴⁶⁷ A Índia, segundo Marx, apesar de *militarmente* inferior a estes povos, era muito superior *culturalmente*. Por isso, apesar de colonizada, a Índia submetia, de forma contraditória, o colonizador a *seu modo de vida*. Assim, ao ser subjugada militar e politicamente, a Índia passava de mãos em mãos, sendo governada ora por um ora por outro povo bárbaro invasor. No entanto, sua estrutura econômica, ou seja, as bases *fundamentais* de sua sociedade, permaneciam inalteradas. O *sistema de aldeias* (village system) não era atingido pelas tormentas do *céu político*. Estas pequenas comunidades aldeãs mantinham o mesmo modo de vida, com seu caráter auto-subsistente, num regime social baseado na divisão em castas, numa divisão de trabalho hereditária, sem importar-se a quem deveriam pagar seus tributos, a que soberano deveriam fazer reverência. Daí o caráter *milénar* e *imutável* da Índia.

Por isso, na concepção de Marx, a Índia não poderia escapar a seu destino de ser conquistada, pois, quando os ingleses conquistaram o país, no início do século XIX, *lutavam* na Índia “muçulmanos contra hindus, tribos contra tribos e castas contra castas.”⁴⁶⁸ A sociedade hindu, na concepção de Marx, se baseava numa espécie de *equilíbrio*, resultante da “*repulsão geral* e do *exclusivismo constitucional* de todos os seus membros”⁴⁶⁹ (grifos meus). O que há de *novo* e *progressista* na dominação *britânica* na Índia, segundo Marx, apesar dos métodos “estúpidos” praticados pelos ingleses (bastante criticados por Marx) é que os ingleses foram o primeiro povo conquistador de civilização *superior* à hindu e, por isso, “permaneceram *imunes* à ação desta última”⁴⁷⁰ (grifo meu).

Para Marx, *não havia história na Índia antes invasão imperialista*⁴⁷¹ da Inglaterra. A chegada do capitalismo inglês, no início do século XIX, foi fundamental para a introdução da história (enquanto luta de classes) na Índia, pois, na Índia não existia apropriação privada (propriedade privada da terra), nem *classes sociais*, não havendo, portanto, luta de classes na Índia. O sistema de *castas*, base da estrutura social hindu, mantinha a divisão do trabalho

⁴⁶⁷ Idem, p.101.

⁴⁶⁸ Idem, p.100.

⁴⁶⁹ Idem, p.100.

⁴⁷⁰ Idem, p.101.

⁴⁷¹ É necessário levar em conta que Marx aparece aqui como um “entusiasta” da invasão imperialista na Índia porque a Inglaterra, ao invadir aquele país “imutável” levava dentro de si o dinamismo histórico que faltava à Índia. A Inglaterra estava acabando com aquela forma de produção auto-suficiente que existia na Índia e implantando formas de propriedades privadas da terra levando, assim, *progresso* à Índia.

inalterada, graças a este caráter auto-subsistente da aldeia. Para Marx, a “história” que não altera a estrutura social *não é história propriamente dita, mas apenas acontecimentos superficiais*. A sociedade hindu, “carece por completo de história”⁴⁷², pois, “aquilo que chamamos *história da Índia* não é mais que a história dos sucessivos invasores que fundaram seus impérios sobre a *base passiva* [as comunidades aldeãs auto-suficientes, J.A.] dessa sociedade imutável, que não lhes oferecia nenhuma resistência.”⁴⁷³

A Ásia estava *aquém* da história, pois permaneceu durante milênios no modo de produção asiático que é um modo de produção *transitório*, entre a sociedade sem classes sociais (a comunidade primitiva) e os modos de produção que são regidos pela luta de classes: os modos de produção *escravista, feudal e capitalista*, que no desenvolvimento da sociedade ocidental coincide com esta ordem sucessória, mas que não é, em hipótese alguma, a *marcha* histórica pela qual todas as sociedades estão, *necessariamente*, obrigadas a passar.

Mesmo criando um *aparelho estatal* altamente desenvolvido, burocratizado, (mantendo, assim, um rígido controle de todo o país) a Índia não desenvolveu *classes sociais* devido principalmente a *enorme vastidão do território* que mantinha um distanciamento muito grande entre as inúmeras comunidades aldeãs, com meios de comunicação totalmente precários e arcaicos que impossibilitavam o transporte de quantidades grandes de produtos agrícolas. Este enorme distanciamento entre as aldeias impossibilitava o desenvolvimento de um *comércio ativo* entre as comunidades, gerando, então, necessariamente, um modo de produção que não era voltado à produção de mercadorias, mas que era voltado à auto-subsistência dos membros desta organização social arcaica e imutável, através da combinação de manufatura e agricultura dentro da própria comunidade. Este isolamento entre as comunidades, agregado à necessidade de grandes obras públicas *comunais* em torno de um soberano é quem determinava o caráter imutável e estático da sociedade hindu. Daí o surgimento, de forma *natural*, de um sistema hierárquico rígido e hereditário que não possibilitava o habitante da aldeia desenvolver sua livre atividade, no sentido de torná-lo “desprendido” da comunidade.

⁴⁷² Idem, p.100/101.

⁴⁷³ Idem, p.104.

A questão é propriamente a seguinte: na Ásia não havia história porque o rígido sistema de castas impossibilitava o desenvolvimento de uma maior individualização entre os membros das aldeias comunais. Por isso, pensamos ser fundamental estabelecer a diferença entre *casta* e *classe*.⁴⁷⁴

Casta: um elemento (pessoa) pertence a uma casta a partir de sua posição hierárquica em relação ao poder central do Estado, ou seja, com relação a posição que ele ocupa dentro do aparelho estatal. O elemento nasce numa determinada casta e pertencerá a ela por toda sua vida, seguirá uma determinada profissão (que para ele é *pré-determinada*) herdada de seu pai, que a herdou de seu avô... No sistema de castas a pessoa não tem liberdade para escolher em que ramo trabalhar e o que produzir. Não pode trabalhar e produzir senão dentro daqueles padrões pré-estabelecidos por “leis consuetudinárias” (que se tornam leis “jurídicas” somente após terem já cristalizado-se nos costumes). Os escribas, por exemplo, são sempre uma casta relativamente privilegiada nas sociedades nas quais impera o modo de produção asiático, pois, são estratégicos na administração burocrática do poder estatal. No regime de castas não há o “indivíduo” nem a “livre iniciativa”.

Classe: Já um elemento pertence a uma classe a partir da posição que ocupa nas relações de produção. No entanto, o que são as relações de produção? As relações de produção nada mais são do que a maneira pela qual se dá o processo de apropriação das forças produtivas por uma determinada sociedade. Assim, um elemento pertence a uma classe de acordo com a posição que ocupa no processo de apropriação das forças produtivas. Uma classe se define pelas relações de propriedade/apropriação da riqueza, meios de produção (terra/Natureza). Aqui, na sociedade de classes, há o indivíduo e a livre iniciativa para ele se desenvolver. Por exemplo: no capitalismo, o operário pertence a uma classe social determinada enquanto pertence a uma classe que possui como propriedade somente a força de trabalho que vende no mercado. Difere do escravo ateniense na medida que este não é proprietário de nada, nem da sua própria força de trabalho. O escravo é ele próprio propriedade de outro; é ele próprio instrumento de trabalho apropriado pelo senhor de escravos.

⁴⁷⁴ Esta diferenciação entre casta e classe foi extraída de texto inédito do professor Héctor Benoit.

Desta forma, *casta* e *classe* são formas de relações sociais totalmente diferentes uma da outra: *casta* se define pela posição hierárquica em relação ao Estado; *classe* se define pela posição na apropriação das forças produtivas, ou seja, pela posição nas relações de produção. Na *casta* há dominação hierárquica, mas não há luta.

Onde não há contradição não há movimento. É a lei da dialética. A contradição é a base fundamental do movimento/mudança. A mudança ocorre para resolver uma contradição. Na Ásia não há contradição, pois lá não há uma luta incessante entre proprietários e não proprietários. A propriedade nas sociedades orientais sempre foi propriedade *estatal*. Na Ásia não se desenvolveram classes sociais e por isso não se desenvolveu, de forma interna, a “luta de classes”. Apesar de haver acumulação de riquezas no regime de castas, estas, quando se enfrentam é, geralmente, com o intuito de obter “espaços” junto à burocracia palaciana.

Por isso, a Ásia ficou estagnada durante milênios no modo de produção asiático, ficou estagnada porque não superou o sistema de castas, não negou a natureza e, portanto, não desenvolveu as forças produtivas, não podendo chegar, por si própria (ou seja, por seu próprio desenvolvimento interno), à “história da luta de classes”, à “história ocidental”. A história chegou à Índia de forma *externa*, levada, como disse Marx, “pela ação do vapor e pela liberdade de comércio ingleses.”⁴⁷⁵ Quer dizer, a Índia somente integrou-se à história universal através da chegada àquele país *imutável* da sociedade que carregava dentro de si o princípio da contradição, o princípio da luta de classes.

2. 6) A chegada da história na Índia

Durante quase dois séculos a Inglaterra lutou contra os hindus até conseguir, em meados do século XIX, tornar-se dona absoluta de toda a extensão do território indiano.

⁴⁷⁵ Godelier, M. Op. Cit., p.84. Em *O Manifesto Comunista* Marx explica que a China, por exemplo, foi arrastada ao turbilhão da história universal somente após ser invadida pela “livre concorrência” dos produtos ingleses: “...a burguesia arrasta à torrente da civilização mesmo as nações mais bárbaras. Os baixos preços de seus produtos são a artilharia pesada que destrói todas as muralhas da China e obriga a capitularem os bárbaros mais tenazmente hostis aos estrangeiros. Sob pena de morte, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção, constringe-as a abraçar o que ela chama civilização, isto é, a se tornarem burguesas. Em uma palavra, cria um mundo à sua imagem e semelhança (...) Do mesmo modo que subordinou o campo à cidade, os países bárbaros ou semibárbaros aos países civilizados, subordinou os povos camponeses aos povos burgueses, o Oriente ao Ocidente.” Marx e Engels. *O Manifesto Comunista*. Op. Cit, ps. 13/14.

Em artigo publicado a 24 de junho no *NYDT*⁴⁷⁶, denominado *A Companhia das Índias Orientais, sua história e os resultados de sua atividade*, Marx conta que a Companhia começou a operar na Índia com o intuito de construir feitorias para seus funcionários e depósitos para suas mercadorias. Pouco tempo depois da instalação de suas primeiras feitorias, em meados do século XVII, a Companhia resolveu partir para a conquista de territórios a fim de “fazer da *renda territorial* uma de suas fontes de receitas.”⁴⁷⁷ No entanto, Marx explica que até 1774 a Companhia havia conquistado apenas alguns poucos territórios *sem importância* ao redor de Bombay, Madrás e Calcutá.

Posteriormente, com a intensificação da guerra de conquista, a Inglaterra tornou-se soberana em algumas regiões da Índia. No início do século XIX a Inglaterra conquista, segundo Marx, a primeira fronteira *realmente importante*: “a da Índia dentro do deserto.”⁴⁷⁸ Marx diz que somente com a conquista da parte desértica da Índia o *Império Britânico do Leste* conseguiu penetrar nas regiões “que sempre foram a sede de todas as grandes potências centrais na Índia.”⁴⁷⁹ No entanto, os “pontos mais vulneráveis” do Império, ou seja, “a fronteira ocidental”, não estavam ainda nas mãos dos ingleses. Local este que os britânicos haviam sido *expulsos* com a mesma frequência com que “os antigos conquistadores eram [expulsos] pelos novos.”⁴⁸⁰

A subjugação final da Índia ao Império Britânico acontece somente entre os anos de 1838 e 1849, quando os ingleses conseguem a *posse definitiva* do país através da anexação *compulsória* do Punjab e Sindhi. Segundo Marx, a conquista destes territórios era de fundamental importância à Inglaterra, pois, dali repeliem-se as forças invasoras provenientes da Ásia Central, indispensável para frear o avanço russo até a fronteira com a Pérsia.⁴⁸¹ Com a conquista destes territórios, a Inglaterra torna-se *dona absoluta* de todas as fronteiras

⁴⁷⁶ New York Daily Tribune.

⁴⁷⁷ Godelier, M. Op. Cit., p.86.

⁴⁷⁸ Idem, p.86/87.

⁴⁷⁹ Idem, p.87.

⁴⁸⁰ Idem, p.87.

⁴⁸¹ Idem, cf., p.87.

“etnográficas, políticas e militares da Índia.”⁴⁸² Marx explica que a Índia, em seu aspecto *exterior*, ou seja, enquanto país independente e soberano, “estava acabada.”⁴⁸³

Como vimos anteriormente, as terras na Índia eram desde tempos remotos propriedade comunal. O Estado concedia às comunidades aldeãs o direito à posse coletiva das terras mediante pagamento de tributos, seja em forma de produtos, seja em forma de corvéia. A produção das aldeias era, em sua maior parte, destinada ao consumo imediato, ou seja, à auto-subsistência da comunidade. No entanto, os britânicos, ao conquistarem o país, vêem na *taxação* do uso da terra (além das exportações àquele país), uma das principais fontes de receitas possíveis na Índia. A forma *comunalista* de exploração da terra não possibilitava a arrecadação de grandes quantidades de tributos, pois, a *união* entre agricultura e manufatura doméstica, *dentro* da aldeia, tornava impossível a transformação dos produtos em *mercadorias*. A *solução* encontrada pelos britânicos para o problema da *renda fundiária* na Índia foi destruir o *sistema de aldeias*, ou seja, destruir as formas tradicionais de exploração da terra e impossibilitar que os hindus mantivessem a produção manufatureira de tipo *artesanal*. Os britânicos implantaram duas formas de *propriedade privada* da terra na Índia: os sistemas *zemindari* e *ryotwari*, que, segundo Marx foram duas “revoluções agrárias.”⁴⁸⁴

Estas duas formas de propriedade privada da terra implantadas pelos ingleses na Índia eram *antagônicas entre si*: a primeira, diz Marx, era “aristocrática... caricatura da propriedade latifundiária inglesa”; a segunda “democrática... caricatura da propriedade camponesa francesa.”⁴⁸⁵ No entanto, eram ambas “perniciosas”, pois “reuniam as características *mais contraditórias*.”⁴⁸⁶ Ambas foram criadas não para “o povo que cultiva a terra”, nem mesmo para o proprietário da terra, “mas para o governo britânico, que impõe a tributação.”⁴⁸⁷ Neste momento (meados do século XIX) Marx diz que quase 60% do total das rendas líquidas que a Inglaterra obtém na Índia “provém da terra.”⁴⁸⁸

⁴⁸² Idem, p.87.

⁴⁸³ Idem, p.87.

⁴⁸⁴ Idem, p.96.

⁴⁸⁵ Idem, p.96.

⁴⁸⁶ Idem, p.96.

⁴⁸⁷ Idem, p.96.

⁴⁸⁸ Idem, p.96.

Ao destruir o *sistema de aldeias*, implantando formas de apropriação *privada* da terra em detrimento da forma *comunal*, tradicional, a Inglaterra destruiu, ao mesmo tempo, a base *artesanal* da indústria hindu, impossibilitando que as pequenas comunidades aldeãs produzissem seus próprios produtos artesanamente.

Segundo Marx, estas pequenas comunidades rurais foram destruídas em sua maior parte não tanto pelos cobradores de impostos ingleses ou pelos soldados ingleses, mas principalmente “pela ação do *vapor* e pela *liberdade de comércio* ingleses”⁴⁸⁹ (grifo meu). Ou seja, pela introdução do modo de produção capitalista na Índia.

Estas pequenas comunidades artesanais tinham como *base* de sua estrutura manufatureira a *indústria doméstica*, uma combinação peculiar de *tecido à mão*, *fiação à mão* e *trabalho à mão*, que lhes permitia “bastarem-se a si mesmas.”⁴⁹⁰ Marx diz que a Inglaterra *dissolveu* estas pequenas comunidades *semi-bárbaras* e *semi-civilizadas*⁴⁹¹ ao destruir sua base econômica, colocando o “fiandeiro em Lancashire e o tecedor em Bengala” (unindo, assim, a Índia à Inglaterra, o Oriente ao Ocidente) ou *proibindo* o trabalho artesanal “tanto do *fiandeiro* quanto do *tecedor* hindus.”⁴⁹²

Esta destruição da base econômica das comunidades hindus por parte da Inglaterra, através da instituição da propriedade privada da terra e o desmantelamento de sua indústria artesanal, produziram, segundo Marx, “a *maior*, e para dizer a verdade, a *única* (grifo meu) revolução *social* que jamais se viu na Ásia (grifo de Marx).”⁴⁹³

Na verdade, o que Marx está dizendo nada mais é que, por mais despuorada que tenha sido a invasão britânica na Índia, a Inglaterra estava levando até a Ásia a *história universal* (Weltgeschichte). A Inglaterra estava levando para a Índia a *história ocidental*, a história do modo de produção capitalista, a história da *luta de classes* (estava colocando a Ásia na marcha da história universal). E, por mais que os ingleses tenham explorado o país como o fizeram na Irlanda, a destruição dessas *primitivas formas estereotipadas* era, segundo Marx, “o *sine qua non* da europeização [da Ásia].”⁴⁹⁴ Ou seja, a introdução da propriedade

⁴⁸⁹ Idem, p.84.

⁴⁹⁰ Idem, p.84.

⁴⁹¹ Idem, cf., p.84.

⁴⁹² Idem, p.84.

⁴⁹³ Idem, p.84.

⁴⁹⁴ Idem, p.77.

privada da terra era a forma *fundamental* para introduzir a Ásia na história da luta de classes, a história *dinâmica*, contraditória, que desenvolve as forças produtivas do homem até torná-lo soberano da natureza (isto é, negar a natureza), até colocar a natureza sob seu controle, a seu serviço. Marx diz que era necessária a destruição da *arcaica* indústria hindu para “privar as aldeias de seu caráter *autárquico*”⁴⁹⁵ (grifo meu).

Marx diz estar ciente de que ao produzir uma *revolução social* na Índia, a Inglaterra atuava sob os interesses mais *mesquinhos e estúpidos*. No entanto, explica Marx, “não se trata disso. Trata-se de saber se a humanidade pode *cumprir sua missão* sem uma revolução profunda do estado social da Ásia. Se não pode, então a Inglaterra foi o *instrumento inconsciente da história* ao realizar esta revolução.”⁴⁹⁶

3 – A forma social de tipo “asiático” em outras sociedades (fora da Ásia)

Marx considerava esta formação social “asiática” como uma forma de organização *universalmente transitória* entre a comunidade primitiva e a sociedade de classes. Marx parece-nos, tinha clara noção de que esta forma social “asiática” está na origem das sociedades que conseguiram superar a etapa da comunidade primitiva (respeitadas, é claro, as devidas particularidades que possui cada uma delas em seu processo de desenvolvimento histórico). Ela é a forma que precedeu (com as civilizações creto-micênica e etrusca) o modo de produção escravista na Grécia e em Roma, respectivamente. É também, reconhece Marx, a forma social que existia na América no momento da chegada dos europeus, no final do século XV, notadamente nas sociedades Inca e Asteca. Marx refere-se a esta forma social também entre os povos célticos, germânicos e entre os eslavos.

Por exemplo, no primeiro livro de *O Capital* comenta Marx: “é um preconceito ridículo, difundido recentemente, de que a forma de propriedade comunal que se desenvolveu

⁴⁹⁵ Idem, p.77.

⁴⁹⁶ Idem, p.85. Como se pode perceber, Marx, por mais que achasse *estúpida* e *mesquinha* a dominação inglesa na Índia, movida pelos interesses mais vis, considerava ser esta *revolução social* promovida pelos britânicos como uma etapa necessária para colocar estas sociedades no turbilhão da história universal, na história da luta de classes, na história ocidental.

de forma natural seja especificamente eslava, até mesmo exclusivamente forma russa. Ela é a forma original, que podemos comprovar entre os romanos, germanos, celtas, da qual, porém, um mostruário completo com múltiplas provas encontra-se ainda hoje entre os hindus, mesmo que parcialmente em ruínas. Um estudo mais exato das formas asiáticas de propriedade comunal, especialmente das indianas, comprovaria como das distintas formas de propriedade comunal desenvolvidas naturalmente resultam diferentes formas de dissolução. Assim podem ser derivadas, por exemplo, os diferentes tipos originais de propriedade privada romana e germânica das diferentes formas de propriedade coletiva indiana.”⁴⁹⁷

Também no primeiro livro de *O Capital*, Marx fala da forma “asiática”, desta vez nas origens de Roma: “a pequena economia camponesa e o exercício independente dos ofícios, que constituem em parte a base do modo de produção feudal; em parte após a dissolução deste aparecem ao lado da empresa capitalista, formam ao mesmo tempo a base das comunidades clássicas (klassischen Gemeinwesen) em sua melhor época, depois de ter-se dissolvido a propriedade comum de origem oriental e antes de a escravatura ter-se apossado efetivamente da produção.”⁴⁹⁸

Marx fala também que a forma hindu é a forma original de propriedade, que se desenvolve na forma eslava e aparece como *fundamento oculto* nas formas clássicas e germânicas: “a forma originária desta propriedade [da propriedade fundada sobre a base de uma *entidade comunitária*, J.A.] é, em consequência, ela mesma *propriedade comum imediata* (*forma oriental*, modificada na eslava, desenvolvida até sua antítese, mas, não obstante, ainda fundamento oculto, mesmo que antitético, na propriedade antiga e germânica).”⁴⁹⁹

Em *Para uma Crítica da Economia Política*, de 1859, na parte onde discute a relação entre categorias mais simples e mais concretas, Marx faz uma referência direta à sociedade *Inca*, apresentando-a como uma sociedade altamente desenvolvida, mas que não chegou a desenvolver a forma dinheiro; faz ainda uma referência, na mesma linha de pensamento, com relação aos eslavos: “pode-se dizer que há formas de sociedade muito desenvolvidas e que são, no entanto, historicamente imaturas (historish unreifere), como o Peru, por exemplo,

⁴⁹⁷ Marx, K. *O Capital* I. Op. Cit., p.72.

⁴⁹⁸ Idem, p.265.

⁴⁹⁹ Marx, K. *Grundrisse*. Op. Cit., p.458.

onde ocorrem formas superiores de economia – cooperação, divisão do trabalho, etc. – mas onde não há nenhuma forma de dinheiro. Nas comunidades eslavas, do mesmo modo, o dinheiro e a troca por ele condicionada, não aparecem ou pouco, dentro de cada comunidade isoladamente e sim, em suas fronteiras, nas relações de uma comunidade com as outras...”⁵⁰⁰

Finalmente, citaremos um trecho do *Prefácio* de *Para uma Crítica...*, onde Marx enuncia, de forma sintética, sua teoria geral da história: “em um caráter amplo, os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno podem ser considerados como épocas progressivas da formação econômica da sociedade.”⁵⁰¹

Nenhuma destas sociedades (creto-micênica, ertusca, Inca, Asteca, germânicas, eslavas, hindus, etc), apesar de terem desenvolvido Estados com organizações políticas altamente desenvolvidas (com exceção dos germânicos) chegou a desenvolver contradições de classes, não produziram a “luta de classes”, pois não desenvolveram as forças produtivas a ponto de colocar a natureza *plenamente* a serviço dos homens. Não desenvolveram a apropriação da natureza *em profundidade*, mas somente *em extensão*, não negaram as formas comunais “arcaicas” e não desenvolveram a apropriação privada.

Façamos, então, uma análise mais pormenorizada de algumas destas sociedades.

3. 1) Grécia – a civilização Creto-micênica

Os estudiosos da sociedade grega sempre tiveram grande curiosidade em poder descobrir como era a Grécia antes do chamado *Período Homérico*, como viviam as populações dos primeiros tempos desta sociedade que nos legou o nascimento da Filosofia e a base de todo o pensamento Ocidental.

A partir de meados do século XIX de nossa era começaram as escavações para descobrir os “vestígios” do passado grego. Entre 1870 e 1873 Schliemann descobriu a Tróia VII, na região da Anatólia. Neste mesmo período começam (agora já na própria Grécia) as escavações de Tirinto, Micenas (1874), e em 1878 encontra-se o palácio de Mínos. Entre 1900 e 1905, A. Evans descobre a Idade do Bronze e a civilização minóica de Creta. No

⁵⁰⁰ MARX, Karl. *O Método da Economia Política*. 3ª Parte. In: Introdução à Crítica da Economia política. Tradução de Fausto Castilho. IFCH/Unicamp. 1996, p.13.

⁵⁰¹ MARX, K. *Para uma Crítica da Economia Política – Prefácio*. Editora Martins Fontes. SP, cf., p.53.

início da década de 1950, Chadwik começava a decifração das tabuletas em Linear B, encontradas nos palácios micênicos e que continham importantes informações a respeito da estrutura burocrática da sociedade, da economia, da cultura, etc., micênicas.⁵⁰²

Estas escavações feitas na Grécia trouxeram à mostra uma rica civilização que havia ali se desenvolvido no segundo milênio a.C. Este é um mundo totalmente diferente daquele encontrado, posteriormente, na época clássica ou mesmo na *Época Obscura*⁵⁰³ grega.

Por volta de 2000 a.C. surge na ilha de Creta uma civilização *palaciana* que, segundo Jean Pierre Vernant, aproxima-se em muito aos “grandes reinos do Oriente Próximo.”⁵⁰⁴ A semelhança entre os palácios cretenses (Cnossos, em especial) e os encontrados nas cidades de Ugarith, Alalakh e Mari, no Oriente Próximo, mostram as enormes semelhanças entre estas várias civilizações.⁵⁰⁵

Entre 2000 e 1900 a.C. surge na *Grécia continental* uma nova população. Eram invasores mínios, pertencentes à povos indo-europeus. No mesmo período ocorrem invasões de povos de mesma origem na região mediterrânica do Oriente Próximo, onde é edificada a Tróia VI. Os minóicos, segundo Vernant, entraram em contato com os cretenses “em pleno desenvolvimento, após a renovação que veio depois da reconstrução dos palácios, destruídos uma primeira vez em 1700.”⁵⁰⁶ Vernant diz que Creta revelou aos mínios um modo de vida e de pensamento “inteiramente novo para eles.”⁵⁰⁷ Pouco a pouco, Micenas vai sendo “cretizada”, o que resultará em 1450 a.C. numa “civilização palaciana comum na ilha e na Grécia continental.”⁵⁰⁸

A enorme força militar possibilitou ao reino micênico, desde 1450, “dominar Creta, estabelecer-se soberanamente no palácio de Cnossos e ocupá-lo até sua destruição final, no incêndio de 1400, fogo ateado talvez por uma revolta indígena.”⁵⁰⁹ Vernant diz que o reino micênico expandiu-se nos dois séculos seguintes sobre o Mediterrâneo oriental e sobre a ilha

⁵⁰² Godelier, M. Op. Cit. cf., p.37

⁵⁰³ Moses Finley diz que este período é chamado de “Obscuro” por ser conhecido basicamente através da arqueologia, pois a escrita, neste período estará ausente da Grécia. Cf. FINLEY, Moses. *La Grécia Primitiva*. Barcelona. Grijalbo. 1987, p.86.

⁵⁰⁴ VERNANT, Jean Pierre. *As origens do pensamento grego*. Ed. Difel. 1981, 3ª edição, p.9.

⁵⁰⁵ Idem, cf. p.9.

⁵⁰⁶ Idem, p.11.

⁵⁰⁷ Idem, p.11.

⁵⁰⁸ Idem, p.11.

⁵⁰⁹ Idem, p.13.

de Rodes (estratégica por estar protegida dos ataques do continente). No começo do século XIV os micênios conquistam a ilha de Chipre e “constróem em Enkomi uma fortaleza semelhante às da Argólida”, o que facilitava o acesso à Síria e daí à Mesopotâmia e ao Egito. Mais ao sul, diz Vernant, “elabora-se uma civilização comum cipro-micênica, em que os elementos minóicos, micênicos e asiáticos *estão intimamente fundidos...*”⁵¹⁰ (grifo meu).

Vernant comenta que “em todas as regiões em que os conduziu seu espírito de aventura, os micênios aparecem *estritamente associados* às grandes civilizações do Mediterrâneo oriental, integrados neste mundo do Oriente Próximo...”⁵¹¹ (grifo meu). A civilização micênica assemelha-se, principalmente, e de forma “surpreendente”⁵¹² com a civilização dos hititas que após a queda do poder do *pankus*, “ter-se-ia aproximado do modelo das monarquias absolutas orientais...”⁵¹³ (grifo meu). Como comenta Oswyn Murray: “o mundo que atuou sobre Micenas foi o de Cnossos, situado nos extremos de uma área em que já haviam florescido, ao longo de uns dois mil anos, a economia centralizada no palácio e os despotismos orientais da Mesopotâmia e do Egito. A civilização micênica está mais unida a essas culturas que aos posteriores desenvolvimentos da Grécia.”⁵¹⁴

O termo talvez mais correto para designar esta economia palaciana que controla tudo e todos, segundo Vernant, é “*realiza burocrática*”⁵¹⁵, sublinhando um dos aspectos do sistema, pois “sua lógica o conduz a um controle cada vez mais rigoroso, cada vez mais amplo...”⁵¹⁶ Este sistema de *realiza burocrática*, diz Vernant, “*impõe a comparação com os grandes estados fluviais do Oriente Próximo cuja organização parece responder, pelo menos em parte, à necessidade de coordenar numa vasta escala os trabalhos de secagem, irrigação e conservação dos canais, indispensáveis à vida agrícola.*”⁵¹⁷ (grifado por mim).

Vernant diz que tanto o termo *realiza burocrática* (termo pelo qual ele havia definido a forma da organização política micênica, no parágrafo anterior), quanto o termo *monarquia feudal*, não são adequados para entender-se a civilização micênica. O que se deve fazer é

⁵¹⁰ Idem, p.13.

⁵¹¹ Idem, p.14.

⁵¹² Idem, p.17.

⁵¹³ Idem, p.17.

⁵¹⁴ MURRAY, Oswyn. *Grecia Arcaica*. Madrid. Taurus Ediciones. 1986, p.15.

⁵¹⁵ Idem, p.16. No entanto, no parágrafo seguinte veremos que ele faz a crítica a este mesmo termo.

⁵¹⁶ Vernant, J. P. Op. Cit., p.16.

⁵¹⁷ Idem, p.16.

procurar por trás destes conceitos, “os elementos comuns das sociedades de economia palaciana.”⁵¹⁸ E para isto, diz Vernant, “a aproximação com os hititas mostra-se frutuosa, pois dá o maior relevo às diferenças que separam o mundo micênico da civilização palaciana de Creta que lhe serviu de modelo.”⁵¹⁹ A arquitetura dos palácios de Creta de uma “aparente desordem”⁵²⁰, localizada no pátio central, foram construídos no mesmo nível que a região circunvizinha “sobre a qual se abrem sem defesa por amplas estradas que vão ter ao palácio”. Já o palácio de Micenas, tendo no centro o *mégaron* e a sala do trono, “é uma fortaleza cercada de muros...”, abrigando as famílias nobres e protegendo-as de um bloqueio. O papel militar do palácio micênico “parece, sobretudo, defensivo...”⁵²¹

Comenta Vernant que “em todos os graus da administração palaciana é, com efeito, um *vínculo pessoal de submissão* (grifo meu) que une ao rei os diversos dignitários do Palácio.”⁵²² Não são funcionários à serviço do Estado, mas sim “servidores do rei”, encarregados de manifestar, em toda parte, “este poder absoluto de comando que se encarna no monarca.” Cada representante do rei tem uma autoridade que em princípio “cobre sem restrição todo o campo da vida social.”⁵²³

Na civilização micênica, “a vida social aparece centralizada *em torno do palácio* (grifo meu), cujo papel é ao mesmo tempo religioso, político, militar, administrativo e econômico. Neste sistema de economia que se denominou palaciana o rei concentra e unifica em sua pessoa todos os elementos do poder, todos os aspectos da soberania.” Este soberano, no entanto, não age sozinho: “por intermédio de escribas, que formam uma classe profissional fixada na tradição, graças a uma hierarquia complexa de dignitários do palácio e de inspetores reais, ele controla e regula minuciosamente todos os setores da vida econômica, todos os domínios da atividade social.”⁵²⁴

Ao lado do rei, o segundo personagem do reino é o “chefe do *laós*”, que é propriamente “o povo em armas, o grupo dos guerreiros”. Os *e-qe-ta* (os companheiros), são,

⁵¹⁸ Idem, p.18.

⁵¹⁹ Idem, p.18

⁵²⁰ Idem, p.18.

⁵²¹ Idem, p.18.

⁵²² Idem, p.18.

⁵²³ Idem, p.18.

⁵²⁴ Idem, p.15/16.

“como a grande família hitita, dignitários do palácio, formando um séquito do rei...” Os *te-re-ta*, que eram os que tinham direito a uma determinada quantidade de terra (uma espécie de nobreza burocrática) e estavam subordinados ao *laós*, “possuíam um lote de terras, oferecido-lhes em usufruto, juntamente com os aldeões em recompensa de seus serviços excepcionais ou de suas façanhas guerreiras.”⁵²⁵

Os escribas contabilizavam, em nome do rei, tudo o que era concernente à produção e distribuição dos produtos das cidades e das aldeias. Numa tal sociedade que controla tão rigidamente a economia “não sobra lugar – explica Vernant – para um comércio privado.”⁵²⁶

No entanto, pergunta-se Vernant se os reinos micênicos tiveram que resolver problemas análogos às sociedades orientais fluviais. Diz que “a secagem do lago Copais foi empreendida na época micênica.”⁵²⁷ Mas ele também comenta que não acredita que necessidades técnicas de preparo do solo segundo um plano de conjunto tenham podido “suscitar ou favorecer na Grécia uma centralização administrativa”, pois, segundo ele, “a economia rural da Grécia antiga aparece dispersa no âmbito da aldeia [e] a coordenação dos trabalhos não vai muito além do grupo dos vizinhos.”⁵²⁸

Para os monarcas da Grécia micênica, conclui Vernant, “o sistema palaciano representava um notável instrumento de poder. Permitia estabelecer um controle rigoroso do Estado sobre um território extenso (...), entre o sistema de economia palaciana, a expansão micênica através do Mediterrâneo, o desenvolvimento na própria Grécia, ao lado da vida agrícola, de uma indústria artesanal já muito especializada, organizada em guildas sob o modelo oriental, *a relação aparece estreita.*”⁵²⁹ (grifo meu).

No entanto, o período entre 1250 e 1150 a.C. foi marcado por uma onda de invasões de povos vindos do noroeste e que ocasionaram a destruição da civilização micênica, como também do império hitita e ameaçaram até mesmo o Egito. Um dos principais povos

⁵²⁵ Idem, p.20.

⁵²⁶ Idem, p.16.

⁵²⁷ Idem, p.16.

⁵²⁸ Idem, p.16/17.

⁵²⁹ Idem, p.24.

invasores deste período eram os povos *dóricos*, que conquistaram a região do Peloponeso e destruíram os palácios micênicos e impuseram ali sua dominação.⁵³⁰

A lenda do “Retorno dos Heráclidas” conta que *os filhos de Herácles* haviam sido expulsos de Micenas pelo seu rei, Eristeu, por medo de perder seu trono para um dos filhos de Herácles, Hilo. Conforme esta lenda, cinquenta anos após serem expulsos, *os filhos de Herácles* retornaram na figura dos *dórios* e conquistaram o poder na região do Peloponeso. Desta forma, conforme a lenda, ao imporem seu poder sobre os povos locais, os *dórios* estariam apenas reconquistando algo que lhes fôra tirado de forma indevida. Os *dórios*, então, submeteram as populações nativas (*aqueus*) e impuseram sua forma de organização social, baseada em sua própria genealogia, como genealogia dominante, assumindo o controle dos vários pequenos reinos então formados após a queda do poder monárquico, micênico.⁵³¹

A consequência imediata do declínio do mundo micênico foi o ressurgimento de uma série de aspectos primitivos que haviam desaparecido sob a estrutura palaciana, como o retorno a uma agricultura de subsistência e à formação de comunidades pequenas, interessadas exclusivamente em seus assuntos internos. Mesmo assim, através delas se manteve uma certa continuidade e sobrevivência mitológica do período micênico para a população grega posterior, principalmente em Atenas.

No entanto, contraditoriamente, pode-se mesmo dizer que é a partir da destruição da civilização “palaciana” creto-micênica que estarão dadas as condições para o surgimento da *polis* grega, para o nascimento da Filosofia, da democracia a grega, etc., ou seja, é a partir de então que estarão dadas as condições para o surgimento da *História Universal* (Weltgeschichte).

⁵³⁰ Moses Finley, em *Grécia Primitiva: Idade do Bronze e Idade Arcaica*, diz que a lenda do “Retorno dos Heráclidas” é falsa, pois foi apropriada pelos povos *dóricos* para justificar sua dominação no Peloponeso. (Cf. FINLEY, Moses I. *Grécia Primitiva: Idade do Bronze e Idade Arcaica*. SP. Martins Fontes. 1990, p.95). Já Frank Stubbings diz que a lenda da conquista de Micenas pelos *dórios* não poderia ser somente ficção, pois poderíamos pensar que foi inventada para personificar um evento que era tradição naquela época. (cf. STUBBINGS, H. Frank. *The Rise of Mycenaean Civilization*. In: *The Cambridge Ancient History*. Vol. II. Part 1. Third Edition. Cambridge. 1973 (páginas 627 a 658, em especial ps.635/638).

⁵³¹ Idem, cf., p.67/68.

3. 2) As formas sociais de tipo “asiático” na América (Incas e Astecas)

André Gunder Frank estima que na época do descobrimento haviam em todo o continente americano aproximadamente cem milhões de habitantes (que, erroneamente Colombo designou como *indígenas*). Destes, apenas em torno de um milhão habitavam a região dos atuais Estados Unidos, Canadá e norte do México; menos de um milhão na região da Argentina e Chile e aproximadamente um milhão no Brasil e em toda a região amazônica.⁵³² Segundo Frank, a enorme população pré-colombiana “estava concentrada em três ou quatro regiões relativamente pequenas e quase sempre de terras cultas, agrupada em alguns impérios de civilização superior.”⁵³³

O Império Asteca, no século XV, tinha em torno de “vinte e cinco milhões de súditos.”⁵³⁴ O Estado era altamente centralizado, com uma burocracia palaciana bastante eficiente que submetia as várias comunidades aldeãs, tributando-as de várias formas, como por exemplo, obrigando-as ao pagamento de tributos *in natura*, a prestação de serviço pessoal, etc. Esta “burocracia” era formada por uma “nobreza” estatal, que formava as castas superiores da estrutura social da sociedade asteca. Formava, como diz Roger Bartra, uma “enorme e ramificada burocracia”, formava uma “casta sacerdotal” e uma “casta guerreira.”⁵³⁵

Ciro Flamarion Cardoso diz que no apogeu do Império Asteca “a sociedade era complexa e muito estratificada, com uma nobreza crescentemente hereditária (...), uma nobreza de função de origem militar (...), comerciantes especializados (...) formando uma corporação especial, artesãos reunidos em organizações profissionais, diversas categorias populares urbanas e rurais, servidores que os espanhóis consideravam ‘escravos’, etc.”. Mais: “O rei tinha direitos e funções que oscilavam entre os de um chefe tribal e os de um chefe de Estado, sendo o cargo eletivo numa mesma família [ou seja, hereditário, J.A.]”⁵³⁶ A

⁵³² FRANK, André Gunder. *A Acumulação Mundial*. Lisboa. Ed. Universitária. 1979, cf. p.60.

⁵³³ Idem, *ibidem*.

⁵³⁴ Idem, *ibidem*.

⁵³⁵ (BARTRA, Roger. *Tributo y tendencia de la tierra en la Sociedad Azteca*. In: *História da América através de textos*. Jaime Pinsky (Coord.) Ed. Unicamp. 1986, p.20).

⁵³⁶ CARDOSO, Ciro F. *América pré-colombiana*. SP. Ed. Brasiliense. 8ª ed. 1996, ps. 77/78.

propriedade da terra era *comunal*, propriedade do Estado, com direito de *usufruto* pelas comunidades aldeãs.⁵³⁷

A economia da Confederação baseava-se na comunidade aldeã, ou *calpulli*, proprietária coletiva da maior parte das terras.⁵³⁸ Cada família tinha direito a um lote de acordo com o número de seus membros. Havia redistribuição das terras que estivessem incultas. Além de trabalhar nas terras que lhes haviam sido designadas os camponeses tinham que prestar serviço nas terras da nobreza e do Estado. Estas comunidades eram capazes de produzir quase tudo o que necessitavam para sua subsistência. Havia uma unidade auto-suficiente dentro destas comunidades rurais através da “combinação do trabalho caseiro artesanal e manufatureiro com a agricultura.”⁵³⁹

A maior parte da produção aldeã não se tornava mercadoria: “somente uma parte dos tributos adquiria o caráter de mercadoria”,⁵⁴⁰ (mas somente depois de chegar às mãos do Estado). A agricultura asteca era bastante rude quanto ao desenvolvimento técnico. No entanto, o sistema de irrigação era bastante desenvolvido. Na época da conquista espanhola haviam pelo menos 400 aldeias astecas que utilizavam sistemas de irrigação de campos, como também de terraços, além do sistema de plataformas, construídas na superfície dos rios.⁵⁴¹

O império Inca estendia-se ao longo da Cordilheira dos Andes: da Colômbia ao Chile (além do Equador, do Peru, do norte da Argentina). O Estado Inca incorporou, em seu processo de expansão econômica-política-militar uma série de outros Estados (pequenas comunidades aldeãs e ou cidades-Estados que existiam naquela região), mas sempre respeitando sua estrutura social, ou seja, manteve as comunidades aldeãs (O *ayllus*), porém, tributando-as.⁵⁴²

⁵³⁷ Sobre a questão da existência ou não de propriedade privada da terra na civilização Asteca, Ciro Flamaron se pronuncia nestes termos: “as diferentes formas de acesso às terras – incluindo as terras dos nobres que certos autores apresentam como ‘propriedade privada’ – eram concessões em troca de exercício de funções tributárias, militares, sacerdotais, burocráticas, etc., feitas pelo Estado com caráter revogável e sob condição do cumprimento das obrigações a elas vinculadas.” Ciro F. *América pré-colombiana*. Idem, p.79.

⁵³⁸ Idem, p.77.

⁵³⁹ Bartra, R. Op. Cit., p.22.

⁵⁴⁰ Idem, p.23.

⁵⁴¹ Idem, cf., p.21.

⁵⁴² Godelier: “Sabe-se que, no seio das numerosas tribos que foram submentidas pelos incas nos meados do século XV e integradas em seu império e sua economia, a produção repousava no funcionamento dos *ayllu*,

Nos postos mais elevados da hierarquia social e política encontramos uma “autocracia teocrática hereditária.”⁵⁴³ O *Inca* era o soberano supremo e, ao mesmo tempo, uma divindade: “representante direto do Sol na terra.”⁵⁴⁴ Abaixo do Inca vinha uma complexa burocracia administrativa e militar que chegou a constituir, por seu caráter hereditário, “uma casta.”⁵⁴⁵ Os descendentes desta casta recebiam uma educação adequada para o mando e a administração do Império.⁵⁴⁶

As comunidades aldeãs eram governadas por um representante do Estado chamado *curaca*. Os trabalhadores destas comunidades eram chamados *llacta-runá*. A propriedade do solo era *comunitária* e “era redistribuída periodicamente entre as famílias restritas, sem que estas, contudo, pudessem transformar o direito de uso em direito de alienação e, como tal, numa forma qualquer de propriedade privada separada da propriedade comum.”⁵⁴⁷

Godelier afirma que o Estado passou a obrigar as comunidades a trabalhar nas terras estatais sob um regime de *corvéia*.⁵⁴⁸ O Estado requeria um grande contingente de mão-de-obra para as construções de centros urbanos, fortalezas, caminhos, pontes, terraços e canais de irrigação, bem como para sua própria manutenção. Esta forma compulsória de *prestação pessoal* de serviço era chamada *mita*, que durava de dois a três meses.⁵⁴⁹

Gunder Frank pensa ser correta a aplicação da categoria *modo de produção asiático* como o modo de produção existente entre as sociedades pré-colombianas. Diz também não ter dúvidas de que este modo existente nos Andes e no Vale do México “formavam literalmente a base do modo de produção que os conquistadores ergueram.”⁵⁵⁰

comunidades aldeãs locais onde residiam grupos de parentesco do tipo linhagem.” GODELIER, Maurice. *Conceito de formação econômico-social: o exemplo dos incas*. In: SANTIAGO, Théo (Org.) *América Colonial*. RJ. Pallas, 1975, p.12.

⁵⁴³ POMER, Leon. In: *História da América através de textos*. Jaime Pinsky (Coord.). Op. Cit., p.32.

⁵⁴⁴ Idem, p.33.

⁵⁴⁵ Idem, p.33.

⁵⁴⁶ O clero e a burocracia civil estavam diretamente subordinados ao Inca. Era normal, inclusive que o supremo sacerdote fosse irmão ou primo do próprio Inca.

⁵⁴⁷ Godelier. “Conceito de ‘formação econômica e social’: o exemplo dos incas”. In: *América Colonial*: Théo Santiago (Org.) RJ. Ed. Pallas. 1975, p.12.

⁵⁴⁸ “As terras apropriadas pelo Estado passaram a ser trabalhadas, a partir de então, *por conta* do Estado e pelos camponeses submetidos a um regime de corvéia. A corvéia não era individual: toda a aldeia participava através das famílias...” Idem, p.13.

⁵⁴⁹ Peregalli, Enrique. *A América que os europeus encontraram*. SP. Ed. Atual. 21ª edição. 1994, cf., p.62.

⁵⁵⁰ Gunder Frank. Op. Cit., p.61. Na mesma perspectiva manifesta-se Maurice Godelier: “... as formas antigas de reciprocidade econômica e também as da ideologia e do ritual que lhes correspondiam [ao Estado Inca] serviam

Ao instituírem um processo de colonização nas regiões onde haviam as grandes civilizações americanas, os espanhóis aproveitaram a estrutura estatal existente calcada no “modo de produção asiático” dos incas e astecas, no intuito de facilitar o processo de exploração e subjugação das populações nativas, como a forma hierárquica de dominação, além dos sistemas de exploração da mão-de-obra indígenas (*mita* e *encomienda*).

Após a conquista espanhola, Maurice Godelier diz terem subsistido na região andina duas formações econômicas e sociais: uma formação social baseada no modo de produção *pré-colonial*, o modo de produção asiático e outra por um novo modo de produção imposto pelos espanhóis à época do nascimento do capitalismo.⁵⁵¹ Godelier diz ainda que o que era característico da dominação Inca (que era válido também para a dominação espanhola) era que os incas, ao submeterem as comunidades aldeãs mantinham a estrutura auto-subsistente destas (além dos cultos religiosos locais, etc.): “O que é característico desse mecanismo é que o modo de produção *mantém* ativamente uma parcela das antigas relações comunitárias, baseia seu apoio nelas e utiliza a seu próprio modo de reprodução, o que, por outro lado, engendra a *destruição* parcial das antigas relações comunitárias.”⁵⁵²

agora ao funcionamento de relações diretas de exploração e servidão econômicas características de um tipo novo de modo de produção calcada ao que parece no ‘modo de produção asiático’. Godelier (Santiago – org.) Op. Cit., p.13.

⁵⁵¹ “Essa apresentação esquemática da história das sociedades andinas, do fim do sec. XV até o início do sec. XVII destinou-se somente a recompor os modos de produção e os elementos de superestruturas que se sucederam no correr desse período. Esta apresentação trouxe à luz a existência e a sucessão de *duas* formações econômicas e sociais, uma pré-colonial dominada por um modo de produção calcada no modo de produção asiático, outra dominada por um modo de produção posto em prática depois da conquista espanhola e dependendo, na sua estrutura inerna e respectivas funções, do modo de produção da Espanha feudal à época do nascimento do capitalismo, época que os economistas clássicos chamam de ‘acumulação primitiva do capital’.” Godelier (Santiago - org.) Op. Cit., p. 15.

⁵⁵² Idem, ps.18/19, (grifos do autor).

3.3) A “comuna agrícola” germânica e eslava (as possibilidades do desenvolvimento russo para o socialismo a partir de sua *comuna rural*)

Ao responder uma carta enviada por Vera Zasulich em 1882, Marx redigiu alguns esboços preliminares que foram compilados por Maurice Godelier. Certas passagens, apesar de não terem sido mencionadas diretamente no texto da carta, mas, somente nestes esboços, nos dão uma noção bem consistente de como Marx pensava a possibilidade de uma revolução na Rússia já naquele período.

Marx diz ali que “se voltarmos no tempo”, nos princípios das sociedades *ocidentais*, “encontraremos em todas as partes, a propriedade comum da terra.”⁵⁵³ No entanto, com o progresso da sociedade “ela desapareceu de todas as partes e foi substituída pela propriedade privada.”⁵⁵⁴

Apesar de que naquela época (último terço do século XIX) as investigações estivessem já bastante adiantadas, Marx explica que “a história da decadência das comunidades primitivas está ainda por ser escrita.”⁵⁵⁵ A formação arcaica da sociedade revela certo número diferente de tipos de formações sociais que “caracterizam épocas diferentes e sucessivas.”⁵⁵⁶ Se enganaria quem colocasse todas estas formações sociais numa mesma linha de evolução, pois, “como nas formações geológicas, nas formações sociais há toda uma série de tipos primários, secundários, terciários, etc.”⁵⁵⁷

As comunas mais primitivas estavam baseadas “em relações de consangüinidade entre os membros da comunidade.”⁵⁵⁸ Nesta forma de organização social a *casa* é de uso *comum*. A *base econômica* destas comunidades primitivas eram “a *casa comum* e a *habitação coletiva*.”⁵⁵⁹

⁵⁵³ Godelier, M. Op. Cit., p.172.

⁵⁵⁴ Idem, p.172.

⁵⁵⁵ Idem, p.172/73.

⁵⁵⁶ Idem, p.173.

⁵⁵⁷ Idem, p.173.

⁵⁵⁸ Idem, p.173.

⁵⁵⁹ Idem, p.175. “é possível, diz Marx, que se possa encontrar comunas agrícolas onde as casas, mesmo que já não sejam casas coletivas, trocam periodicamente de ocupantes. Mas trata-se de comunas que mostram um sinal claro de sua origem: encontram-se num estágio de transição de um tipo de comunidade mais arcaica que a comuna agrícola propriamente dita.” p.175/76.

A *comuna aldeã* russa (*comuna agrícola*, como ficou convencionalmente conhecida) já emancipou-se destes estreitos vínculos consangüíneos e é, portanto, “capaz de uma maior evolução.”⁵⁶⁰ Por isso, segundo Marx, a comuna agrícola russa é uma forma social pertencente “ao tipo mais recente desta cadeia.”⁵⁶¹

Na *comuna agrícola* “o camponês já é proprietário da casa em que vive e do jardim correspondente.”⁵⁶² Este é, segundo Marx, “o primeiro elemento dissolvente da formação arcaica desconhecido nos tempos mais antigos.”⁵⁶³ No entanto, Marx diz não ser o *isolamento* destes “microcosmos limitados localmente”, a falta de “ligação, nexos,” entre elas (as comunidades), uma característica *imane*nte ao tipo primitivo. Mas, sempre que aparece, “permite o surgimento de um *despotismo centralizado* sobre estas comunidades”⁵⁶⁴ (grifo meu).

Segundo Marx, o “equivalente ocidental” da *comuna agrícola* russa é a “comuna germânica, de data muito recente.”⁵⁶⁵ Esta *comuna agrícola* germânica não existia nos tempos de Júlio César⁵⁶⁶ e havia deixado de existir quando as tribos germânicas conquistaram a Itália, as Gálias, a Espanha, etc.⁵⁶⁷ Marx diz que nos tempos de Júlio César havia uma

⁵⁶⁰ Idem, p.174.

⁵⁶¹ Idem, p.173.

⁵⁶² Idem, p.173.

⁵⁶³ Idem, p.173.

⁵⁶⁴ Idem, p.174.

⁵⁶⁵ Idem, p.174.

⁵⁶⁶ Idem, p.174. No *fichamento* citado sobre a obra de Morgan, Marx, ao chegar no ponto em que Morgan discute a origem dos povos germânicos, praticamente “abandona” os escritos de Morgan e passa a fazer longas citações sobre estes povos retiradas de escritores romanos do tempo do *Império*. No caso de Júlio César, que conquistou as Gálias em torno de meados do século I antes de Cristo, escreveu uma obra, *De bello Galico*, contando como era a organização social destes povos. Marx cita César: “não lavram os campos e a maior parte deles vive de leite, queijo, carne. Ninguém tem tampouco uma quantidade precisa e delimitada de terra, mas os magistrados e chefes concedem a cada ano quantidades de terras às tribos e gentes reunidas e lhes fazem mudar de terras no ano seguinte. Dão muitas razões para este fato: que não troquem seu desejo pela guerra pelo da agricultura, absorvidos por uma rotina estabilizada; que os mais poderosos não expulsem de suas terras os mais humildes para ampliar suas próprias possessões; que não se ponham a construir com mais cuidados para proteger-se do frio e do calor; para que não surja a ânsia de riquezas e com ela facções e discensões; para manter satisfeito o povo, vendo cada um que sua riqueza é igual a dos demais poderosos.” Krader, L. Op. Cit., p.209/210.

⁵⁶⁷ Pierre Riché, em *Grandes Invasões e Impérios*, descreve como viviam os povos germânicos no século IV depois de Cristo, quando da iminência da invasão do já moribundo império Romano: “os Germanos não conhecem nem Estado nem cidade. Fazem parte do quadro da sua vida a povoação, a tribo, o clã, que agrupam as famílias. O indivíduo não tem existência senão no seio destas comunidades. Se, por graves razões, deixa de fazer parte delas, pode ser caçado como um lobo. A família germânica representa a célula básica. O pai tem o *mund* (em latim *mundium*), quer dizer, o poder absoluto sobre a mulher e os filhos...” (p.23). Mais à frente:

“distribuição anual entre os grupos, as *gente* e as tribos.”⁵⁶⁸ No entanto, não havia ainda distribuição entre as famílias individuais, somente a nível da comunidade. Provavelmente, diz Marx, a agricultura fosse praticada por grupos “em comum.”⁵⁶⁹

No território germânico esta comunidade de tipo mais *arcaico*, transformou-se, por evolução natural, “na *comuna agrícola* que descreve Tácito.”⁵⁷⁰ Depois deste período em que Tácito escreve, Marx diz que a *comuna agrícola* perdeu-se de vista, pois “extinguiu-se obscuramente no curso das inumeráveis guerras e migrações: provavelmente seu fim foi violento.”⁵⁷¹ Mas sua “vitalidade”, diz Marx, está comprovada por “fatos incontrovertíveis.”⁵⁷² Alguns vestígios sobreviveram à Idade Média, e até ele mesmo pôde

“estas guerras tinham freqüentemente como objetivo a conquista de novas terras e a aquisição de mão-de-obra servil. Como os homens da época neolítica, os germanos viviam da caça, pesca, da criação de gado e da cultura dos cereais, mas sua técnica rural era ainda muito primitiva. A Germânia é um país florestal, pantanoso, de solo ingrato. Os Germanos instalavam-se em clareiras por alguns anos, arroteavam com a ajuda da pesada charrua terras que semeavam, com mais freqüência, de trigo e de cevada; esgotadas estas terras, procuravam novas, empilhando então o seu mobiliário e material de cultura em carros e empurrando diante deles os seus rebanhos. Esse seminomadismo explica como os germanos nunca obtiveram êxito na formação de um Estado estável, como as tribos se agrupavam entre si e depois se dissociavam, e sobretudo como, ao longo do século IV, eles foram tentados pelas ricas terras que se estendiam do outro lado do Reno ou do Danúbio.”

“Para cultivar as suas terras, os Germanos faziam-se ajudar por antigos prisioneiros de guerra tornados escravos, ou por aqueles que tinham sido libertados, mas que só gozavam de uma semiliberdade. Apenas os homens livres possuíam a terra. Tem-se falado freqüentemente da civilização germânica, de coletivismo agrário, mas injustamente. Os Germanos tinham o sentido da propriedade privada. Mas é verdade que as condições da agricultura exigiam um acordo entre os cultivadores: era preciso reservar os pousios destinados ao gado e que eram uma espécie de bens da comuna, e de terras onde semeavam trigo, centeio ou cevada.” (...) “as três reuniões anuais que terminam em festas são organizadas para obter uma boa colheita, para o crescimento das plantas e para a vitória (...) não há templos na Germânia, mas bosques sagrados, fontes, árvores (...) não tinham casta sacerdotal como os celtas, mas alguns entre eles podiam desempenhar o papel de ‘padres’.” (ps.26/27) In: RICHÉ, Pierre. *Grandes Invasões e impérios*. Lisboa. Ed. Dom Quixote. 1980.

⁵⁶⁸ Godelier, M. op. Cit., p.174.

⁵⁶⁹ Idem, p.174.

⁵⁷⁰ Idem, p.174. Marx cita Tácito (in: *Germânia*) que escreve um século e meio depois de César: “Terra... ou de bosques tenebroso ou de pântanos desolados ... fértil para a sementeira, mau à fruticultura; abundantes em animais, mas quase sempre menores, nem sequer o vacum mostra os cornos, ou uma textura poderosa: é seu número o que interessa, como sua única e a mais estimada de todas as riquezas ... não se interessam pela posse e desfrute dos metais nobres. Pode-se ver que vasos de prata dados a seus embaixadores e chefes não são tidos mais que os de terra, se bem que aqueles mais próximos de nós tem estima por ouro e prata por sua utilidade em transações e reconhecem e preferem certas formas de nosso dinheiro: os do interior praticam o procedimento mais simples e antigo, o intercâmbio de mercadorias. De nossas moedas gostam desde antigamente: os de serra e as bigas. Também preferem a prata ao ouro, não porque gostem mais daquela, mas porque seu valor a torna mais cômoda de usar com aqueles que comprem gêneros variados e de pouco montante.” Krader, L. Op. Cit., p.208/209.

⁵⁷¹ Godelier, M. op. Cit., p.174.

⁵⁷² Idem, p.174.

comprovar de forma empírica, através de “sobrevivências” desta comuna agrícola em sua própria terra natal (Tréves).

O que é ainda mais importante, comenta Marx, é que se encontraram os vestígios dela de forma tão precisa nesta nova comuna, que Maurer decifrando esta última, “pôde reconstruir a primeira.”⁵⁷³ Esta *nova comuna* (em que a terra cultivável pertence como *propriedade privada* aos próprios cultivadores, enquanto que os bosques, pastagens, campos vazios, etc., continuam sendo *propriedade comum*), foi introduzida pelos germanos em todos os países conquistados e graças as características herdadas de seu protótipo foi possível que durante a Idade Média, segundo Marx, se convertesse “no único baluarte de liberdade e da vida popular.”⁵⁷⁴

A comuna agrícola encerra dentro de si um *dualismo* que pode permitir-lhe uma vida bastante vigorosa. Qual é este dualismo? A combinação de elementos comunistas (terra), com elementos de apropriação privada (a casa, o curral, os produtos agrícolas, o gado).

É evidente, diz Marx, que com o passar do tempo, por seu próprio desenvolvimento *interno*, este dualismo inerente à comuna agrícola “pode transformar-se em germe de decomposição.”⁵⁷⁵ Pois, além de todas as influências nocivas que “chegam de fora”, a comuna tem elementos nocivos “em seu próprio seio”⁵⁷⁶, porque a propriedade privada já se insinua sob a forma da propriedade da casa e do curral, que pode vir a transformar-se em “uma fortaleza, da qual prepara-se o assalto à terra comunal.”⁵⁷⁷ Isto, diz Marx, *é algo que já aconteceu*. Mas o principal elemento nocivo possibilitador da destruição da comuna agrícola “é o trabalho individual como fonte de acumulação de bens móveis, como animais domésticos, o dinheiro e, às vezes, até escravos e servos.”⁵⁷⁸

Esta propriedade móvel, que está *fora* do controle da comunidade e sujeita à troca privada (onde tem, segundo Marx, um papel muito importante a *astúcia* e a *casualidade*), “pesará cada vez mais sobre toda a economia agrária.”⁵⁷⁹

⁵⁷³ Idem, p.175.

⁵⁷⁴ Idem, p.175.

⁵⁷⁵ Idem, p.176.

⁵⁷⁶ Idem, p.176.

⁵⁷⁷ Idem, p.176.

⁵⁷⁸ Idem, p.176.

⁵⁷⁹ Idem, p.177.

Este é o fator *corruptor* da primitiva igualdade econômica e social, porque introduz “elementos heterogêneos” que causam conflitos de interesses no seio da comunidade e provocam “paixões” que são suscetíveis de incidir primeiro sobre a propriedade comunal das terras cultiváveis, depois, sobre a propriedade comunal dos bosques, campos baldios, etc., que, uma vez convertidos em “anexos comunais” da propriedade privada, “ao longo do tempo terminam em suas mãos.”⁵⁸⁰

Como fase última da formação primitiva da sociedade, a comuna agrícola é ao mesmo tempo, segundo Marx, uma fase de *transição* para a formação “secundária”, ou seja, “uma fase de transição da sociedade baseada na propriedade comum à sociedade baseada na propriedade privada.”⁵⁸¹ A formação *secundária* da sociedade inclui “a série de sociedades baseadas na escravidão e na servidão.”⁵⁸²

A comuna agrícola aparece também na Ásia, por exemplo entre os afegãos, mas “em todas as partes ela aparece como o *tipo mais recente* e, por assim dizer, como a última palavra da formação arcaica da sociedade”⁵⁸³ (grifo de Marx).

Mas, pergunta Marx, significa, então, que a “parábola histórica” da *comuna agrícola* deve seguir fatalmente este resultado? Marx mesmo responde: “por certo que não.”⁵⁸⁴ O *dualismo* que ela contém permite, segundo Marx, uma alternativa: “ou o elemento de

⁵⁸⁰ Idem, p.177. Em outra parte destes *esboços*, Marx volta a tratar dos “perigos” deste dualismo interno à vitalidade da comuna agrícola: “não podemos passar por cima do fato de que o tipo arcaico a que pertence a comuna russa esconde um dualismo interno que em determinadas condições históricas pode produzir sua destruição. A propriedade da terra é comum mas cada camponês cultiva e administra sua parcela por conta própria de uma forma que lembra a do pequeno camponês ocidental. A propriedade comum da terra e a exploração individual dos lotes: esta combinação que foi útil em períodos remotos torna-se perigoso neste momento. Por um lado, os bens móveis, elemento que desempenha um papel cada vez maior até na agricultura, leva, paulatinamente, à diferenciação de riquezas entre os membros da comunidade e, portanto, torna possível que surja um conflito de interesses que aumenta com a pressão fiscal do Estado. Por outro lado, perde-se a superioridade econômica da propriedade comunal como fundamento do trabalho cooperativo e coletivo. Mas não podemos esquecer que na exploração das pradarias comuns os camponeses russos já vêm praticando o sistema coletivo de produção; que sua familiaridade com o *artel* facilitaria muito a transição para a agricultura coletiva; que a configuração física do solo russo exige o cultivo mecânico combinado em grande escala; e, finalmente, a sociedade russa, que durante tanto tempo viveu às custas da comunidade aldeã, lhe deve os primeiros progressos alcançados para produzir a mudança. Seria necessária então só uma mudança gradual, que começaria estabelecendo-se o estado normal da comuna em sua forma *atual*.” p.181.

⁵⁸¹ Idem, p.177.

⁵⁸² Idem, p.177.

⁵⁸³ Idem, p.175.

⁵⁸⁴ Idem, p.177.

propriedade privada prevalece sobre o elemento coletivo, ou este se impõe sobre aquele. Tudo depende do meio histórico em que ela se encontra. As duas soluções são possíveis.”⁵⁸⁵

Do ponto de vista *histórico*, diz Marx, o único argumento sólido em favor da *inevitabilidade* da morte da propriedade comunal na Rússia, é a seguinte: “a propriedade comunal existiu em todas as partes da Europa ocidental e de todas as partes desapareceu com a evolução da sociedade.”⁵⁸⁶

Na Europa ocidental, a *morte* da propriedade comunal e o *nascimento* da produção capitalista “estão separados por um intervalo de tempo enorme que abarca uma série de sucessivas revoluções e estágios de evolução econômica, da qual, a produção capitalista é a mais recente.”⁵⁸⁷

Se a Rússia estivesse *isolada* do restante dos outros países, ela se veria obrigada a desenvolver por suas próprias forças *internas*, todos estes adiantamentos econômicos que a Europa ocidental levou séculos para conseguir, ou, nas palavras de Marx, “através de uma longa série de evoluções, desde as comunidades primitivas até a sociedade atual.”⁵⁸⁸ “Não haveria dúvida, pelo menos para mim – diz Marx – de que estas comunidades primitivas [russas, J.A.] estariam condenadas a desaparecer inevitavelmente com a evolução da sociedade russa.”⁵⁸⁹ Mas a situação da Rússia era naquele momento (último terço do século XIX) “fundamentalmente diferente das comunas do Ocidente.”⁵⁹⁰ Pois, segundo Marx, a Rússia “dispunha de uma posição única, sem precedentes na história.”⁵⁹¹ Em toda a Europa, a Rússia era a única nação que havia preservado uma estrutura orgânica que predominava “na vida rural de um imenso império.”⁵⁹² Marx diz que a propriedade comunal da terra lhe oferecia uma *base natural* para a apropriação coletiva e *seu meio histórico*, ou seja, “a existência *contemporânea* da produção capitalista, lhe proporciona *já prontas* as condições materiais do trabalho cooperativo organizado em grande escala”⁵⁹³ (grifo meu). Desta forma,

⁵⁸⁵ Idem, p.177.

⁵⁸⁶ Idem, p.178.

⁵⁸⁷ Idem, p.179.

⁵⁸⁸ Idem, p.180.

⁵⁸⁹ Idem, p.180.

⁵⁹⁰ Idem, p.180.

⁵⁹¹ Idem, p.177.

⁵⁹² Idem, p.177.

⁵⁹³ Idem, p.177/178.

a *comuna* poderia “adotar os resultados positivos do sistema capitalista sem ter que sofrer suas penúrias.”⁵⁹⁴ Poderia *suplantar*, de forma gradual, o cultivo da terra em lotes individuais, pela agricultura coletiva, com a ajuda de máquinas, cujo emprego proporcionava, segundo Marx, a configuração do solo russo.

Marx diz que depois de a *comuna* funcionar normalmente *em seu estado atual* ela poderia “converter-se em *ponto de origem direta* do mesmo sistema econômico para o qual evolui a sociedade moderna e mudar de pele sem ter que se suicidar”⁵⁹⁵ (grifos de Marx). A Rússia “não vive isolada do mundo moderno.” A Rússia se encontra em um meio histórico moderno: “*é contemporânea de uma civilização superior* e está ligada a um mercado mundial em que predomina a produção capitalista.”⁵⁹⁶ Ao mesmo tempo “não é de maneira alguma *presa* de um conquistador estrangeiro como a Índia Oriental [que naquele período fazia parte do Império Britânico, J.A.]”⁵⁹⁷ (grifos meus).

Se no momento de sua emancipação, ou seja, no momento da *abolição da servidão*, em 1861, a Rússia tivesse colocado as comunas rurais: 1) imediatamente em condições de prosperidade normal e, 2) se, mais tarde, a imensa dívida pública paga em grande parte às custas dos camponeses e todas as outras somas enormes administradas pelo Estado (que atuava de intermediário) – sempre às custas dos camponeses – aos “novos pilares da sociedade” (ou seja, à nova burguesia que se estava formando na Rússia com o implemento da grande indústria) transformados em capitalistas, se todos estes recursos tivessem sido postos a serviço do *desenvolvimento ulterior* da comuna rural “ninguém pensaria hoje na ‘*fatalidade histórica*’ da destruição da comuna”⁵⁹⁸ (grifo de Marx). Marx diz que se isto tivesse ocorrido “todos reconheceriam nela [na comuna agrícola] um elemento de regeneração da sociedade russa e, conjuntamente, de *superioridade* sobre os países

⁵⁹⁴ Idem, p.178.

⁵⁹⁵ Idem, p.178. Em outra parte destes esboços, Marx pronuncia-se nos mesmos termos: “na Rússia, graças a uma combinação de circunstâncias únicas, a comuna agrícola, ainda estabelecida em toda a extensão do país, pode livrar-se gradualmente de suas características primitivas e desenvolver-se diretamente como elemento da produção coletiva em escala nacional. É precisamente graças a contemporaneidade da produção capitalista que ela pode aproveitar-se das conquistas positivas sem passar através de suas peripécias terríveis.” p.178. Mais à frente: “apropriando-se dos resultados positivos deste tipo de produção, a Rússia está em condições de desenvolver e transformar as formas arcaicas de sua comuna aldeã em vez de destruí-la.” p.180.

⁵⁹⁶ Idem, p.180.

⁵⁹⁷ Idem, p.178.

⁵⁹⁸ Idem, p.179.

submetidos ao regime capitalista”⁵⁹⁹ (grifo meu). Pode-se perceber aqui que Marx considerava que a própria Rússia, um *país atrasado*, onde predominavam naquele período (1882) relações pré-capitalistas de produção, poderia (num ascenso revolucionário) vir a tornar-se numa forma social *superior* à Inglaterra, por exemplo, que naquela época era o país mais adiantado em termos de desenvolvimento das forças produtivas.

Para que o trabalho individual, que é uma forma de *apropriação privada*, possa ser substituído na agricultura pelo trabalho *coletivo*, requerem-se duas coisas: 1º) “a necessidade econômica da transformação” e, 2º) “as condições materiais para levá-la adiante.”⁶⁰⁰

Segundo Marx, outra circunstância favorável para a conservação da comuna russa “como via de desenvolvimento”⁶⁰¹ é o fato de que ela é não só contemporânea da produção capitalista “nos países ocidentais” mas, principalmente, porque “*sobreviveu à época em que o sistema social moderno se apresentava intacto* (grifo meu) e que hoje se encontra (o sistema capitalista) tanto na Europa como nos Estados Unidos em luta com a ciência e com as massas populares e com as mesmas forças produtivas gerais de seu seio.”⁶⁰²

A sociedade capitalista, segundo Marx, encontra-se em um *estado de crise* que acabará somente com “a eliminação e o retorno das sociedades modernas ao tipo ‘arcaico’ da propriedade comum, forma em que – como disse um autor americano insuspeitável, de tendências revolucionárias e financiado para seus trabalhos pelo governo de Washington, ‘o sistema novo’ que tem a sociedade moderna, ‘será um renascimento (revival) em uma forma superior (in a superior form) de um tipo social arcaico...”⁶⁰³

⁵⁹⁹ Idem, p.179.

⁶⁰⁰ Idem, p.181. “a necessidade econômica se faria sentir na ‘comuna rural’ no momento em que se colocasse em condições para que a carga que atualmente recai sobre suas costas, fosse eliminada, e a terra arável de que dispõe tivesse alcançado uma extensão normal. Passaram os tempos em que a agricultura russa não exigia mais do que a terra e seu cultivador individual armado de instrumentos mais ou menos primitivos, além da fertilidade da terra. Tais tempos passaram tão rapidamente como a opressão do pequeno cultivador infecta e esteriliza seu campo. Ela requer na atualidade o trabalho coletivo organizado em vasta escala. Por outro lado, o camponês individual, a quem falta o necessário para cultivar suas três desiatinas, estaria melhor com dez vezes mais desiatinas das que possui hoje? Mas os utensílios, os adubos, os métodos agrônômicos, etc., em suma, todos os métodos indispensáveis para o trabalho coletivo, onde encontrá-los? E aqui o fato de ter-se mantido, só na Europa, em uma vasta escala nacional, confere à “comuna agrícola” russa uma grande superioridade sobre as comunas arcaicas do mesmo tipo.” p.181/182.

⁶⁰¹ Idem, p.179.

⁶⁰² Idem, p.179.

⁶⁰³ Idem, p.179. Importante aqui lembrar que este “autor americano insuspeitável e de tendências socialistas” de que fala Marx é justamente *Lewis H. Morgan*, que como já destacamos é o autor de *Ancient Society*. Interessante

Marx explica que a existência da *comuna russa* está ameaçada por uma “conspiração de poderosos interesses”. Ergueu-se contra a comuna um certo tipo de capitalismo que, mediante a intervenção do Estado, nutre-se às custas dos camponeses. Este capitalismo, diz Marx, quer aniquilar a comuna. Além disso, os grandes latifundiários tem interesse em criar uma *classe média agrícola* com os camponeses mais ricos e transformar os *camponeses pobres* (a grande maioria do povo) em *simples assalariados*. Isto significaria trabalho barato. E como poderia resistir a comuna aldeã se é oprimida por todos os lados: pelas exigências do Estado, saqueada pelo comércio, explorada pelos latifundiários, minada internamente pela usura?⁶⁰⁴

Contra a comuna aldeã russa está a propriedade privada da terra em grande escala, que, segundo Marx, controla quase metade da melhor terra, sem falar dos domínios do Estado. “Esta é a razão pela qual a conservação da *comuna aldeã*, em sua evolução, faz parte do movimento geral da sociedade russa. Este é o preço do renascimento russo.”⁶⁰⁵

repetirmos aqui uma frase de Marx já citada no início destes *esboços: a história da decadência das comunidades primitivas está ainda por ser escrita!* Como podemos perceber aqui, Marx já havia lido neste período a obra de Morgan (Marx leu-a no inverso de 1861 e a carta a Zasulich foi escrita no início de 1882). Mesmo assim, Marx não a considerou como uma “obra fundamental” para o entendimento da comunidade primitiva, como afirmava Engels (como vimos no primeiro capítulo).

Marx refere-se aqui a Morgan definindo-o como “insuspeitável” e de “tendências revolucionárias” porque Marx não o considerava como um autor “burguês”. Marx parece que acreditava na *honestidade* de Morgan com relação a superação do capitalismo, pois, Morgan, na última página de seu livro, faz um longo discurso sobre a superação da forma de produção burguesa, afirmando que a sociedade fará um “retorno” ao tipo “arcaico” (comunalista), mas sob uma forma “superior”. (Engels inclusive termina *A Origem da Família...*, citando este trecho da obra de Morgan). No entanto, isto não quer dizer que Marx concordasse com as teorias *evolucionistas* de Morgan, mas, que apenas o visse como um autor “não filisteu”, para utilizar uma expressão muito usada por Marx.

⁶⁰⁴ Idem, cf., p.182/183. Marx diz que “a partir do que se chamou a emancipação dos camponeses o Estado russo pôs a comuna russa em uma situação econômica anormal, e desde então, não deixou de oprimi-la. Esgotada de exigências fiscais, a comunidade se converteu em massa inerte que podia ser facilmente explorada pelo comércio, os latifundiários e a usura. Esta opressão, que veio de fora, abriu no seio da comunidade conflitos de interesses que já estavam presentes e desenvolveu também os germes de sua própria decomposição. Mas isto não é tudo. Às custas dos camponeses o Estado ajudou o crescimento de ramos do sistema capitalista ocidental que, sem desenvolver de nenhuma forma as condições produtivas da agricultura, são as mais adequadas para facilitar e apurar o roubo das colheitas pelos intermediários improdutivos. O Estado contribuiu assim para o enriquecimento de uma nova praga capitalista que está chupando o sangue, já escasso, da *comuna aldeã*. Em uma palavra, o Estado contribui para o rápido desenvolvimento dos meios técnicos e econômicos mais aptos para facilitar e acelerar a exploração do agricultor, quer dizer, da maior força produtiva da grande Rússia e a enriquecer os ‘novos pilares da sociedade’” p.184.

⁶⁰⁵ Idem, p.184.

Segundo Marx, o que ameaça a vida da comuna russa não é a *necessidade histórica* nem a *teoria social*, mas “a opressão do Estado e a exploração dos capitalistas intrusos que, com a ajuda do Estado, se tornaram poderosos às custas dos camponeses.”⁶⁰⁶

Marx diz que esta “coincidência” de influências destruidoras na Rússia “conduzirá, naturalmente, à morte a comuna camponesa “a menos que o processo seja interrompido por uma poderosa força que se oponha.”⁶⁰⁷ Por um lado, diz Marx, a “comuna aldeã” está em seus últimos suspiros; por outro, há uma conspiração poderosa esperando dar-lhe o golpe final: “só uma revolução pode salvar a *comuna aldeã russa*. Os homens que detém o poder social e político fazem todo o possível para preparar as massas para este cataclisma. Se a revolução chegar a tempo, se a *intelligentzia* concentrar todas as *forças vivas do país* (grifo de Marx) para assegurar o livre desenvolvimento da comuna rural, *esta será o elemento regenerador da sociedade russa e o fator de sua superioridade sobre os países escravizados pelo capitalismo*”⁶⁰⁸ (grifo meu).

⁶⁰⁶ Idem, p.185.

⁶⁰⁷ Idem, p.183. “Mas, diz Marx, podemos perguntar-nos, por quê todos estes interesses (inclusive a grande indústria que está sob a tutela do governo) que se beneficiam com o estado atual da comuna agrária, conspiram juntos para matar a galinha dos ovos de ouro? Precisamente porque pressentem que este “estado atual” não pode manter-se; que a moda do dia, que consiste em explorar a comuna, terá que passar. A pobreza do camponês infectou sua própria terra, que se tornou estéril. Às boas colheitas às compensam a fome. Em geral, a produção agrícola dos dez últimos anos mostra não um estancamento, mas retrocesso. Agora, pela primeira vez, a Rússia tem que comprar grãos em vez de exportá-los. A maioria dos camponeses ricos tem que converter-se na classe média rural e a maioria em simples proletários. Estas são as razões pelas quais o vozerio dos “novos pilares da sociedade” explica as feridas que se tornou a própria comuna como o sintoma mais acabado de sua decrepitude.” p.184/185.

⁶⁰⁸ Idem, p.185.

Conclusão

Procuramos demonstrar, ao longo da exposição, a forma como Marx concebia o processo de desenvolvimento histórico, desde as primeiras organizações sociais: a família, a horda e a tribo, até esta última transformar-se em uma organização estatal, surgida de forma natural, do seio da própria tribo ou da junção de várias tribos. Surge, então, a partir daí, um poder centralizado, fruto da necessidade de se organizar as grandes obras públicas, principalmente aquelas relacionadas às obras de irrigação, sempre fundamentais na agricultura do Oriente.

O homem é, por natureza, um *ser tribal*, um *ser genérico*, um *animal de rebanho* como disse Marx, e somente se individualiza no processo histórico, no processo de negação da natureza, no processo em que o homem torna-se soberano dela. O desenvolvimento tecnológico (o desenvolvimento das forças produtivas) nada mais é do que o processo de subjugação das forças da natureza aos interesses do homem.

Os únicos povos da Antigüidade que fizeram um processo de negação da natureza de forma *profunda* foram os gregos e os romanos. Estes povos desenvolveram a apropriação privada da terra, possibilitando a diferenciação de riqueza no seio da sociedade, surgindo, então, a diferenciação social, as classes, o antagonismo entre as classes e a própria *luta de classes*.

Entre os povos asiáticos, bem como entre os creto-micênicos, os etruscos, incas e astecas, além dos povos germânicos (antes de seu contato com os romanos), não havia luta de classes, porque simplesmente nestas sociedades não existiam classes sociais, mas, apenas um *sistema de castas*.⁶⁰⁹

No entanto, como vimos, Engels escreveu uma obra que possibilitou a determinadas correntes marxistas fazerem uma interpretação *evolucionista* da marcha geral pela qual *todas* as sociedades teriam que passar, pois, como dissemos, no *Prefácio de A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, Engels (ao escrever esta obra) disse estar “executando

⁶⁰⁹ os povos germânicos são exceção quanto a formação de castas, pois sua base social não era um sistema hierárquico rígido em que a posição social de cada elemento dependesse de sua relação com o Estado, mas, sua base social eram as grandes famílias patriarcais auto-suficientes isoladas no campo e sem vínculo estatal. Por isso, os povos germânicos estavam *aquém* da sociedade de castas.

um testamento” e que o próprio Marx queria ter escrito uma obra em que apresentaria os resultados das investigações de Morgan. Engels fala como se *A Origem da Família...*, estivesse sendo escrita pelo próprio Marx e como se ele, Engels, seu “herdeiro teórico”, estivesse apenas “editando”, por assim dizer, os resultados da leitura de Marx sobre a obra *Ancient Society* de Morgan.

Como procuramos demonstrar, Engels apresenta a formação do Estado ateniense como se fosse uma formação universalmente *posta*, ou seja, como se todas as sociedades fossem, necessariamente, obrigadas a passar por este “estágio” evolutivo, como se todas as sociedades que saíssem da comunidade primitiva tivessem que, obrigatoriamente, desembocar no “modo de produção escravista” greco-romano (e daí para o feudalismo, justificando a necessidade de uma revolução democrático-burguesa na Rússia, nos moldes da Europa Ocidental, como a Revolução burguesa na França, em 1789, para somente depois ser possível fazer-se a revolução socialista, confirmando o caráter “etapista” da história).

No entanto, como demonstramos, esta forma “ateniense” de Estado não pode ser considerada *típica* (typisches) nem *universal* e, sim, bastante *particular*, pois não nasceu diretamente de nenhuma “sociedade gentílica”, mas sim, do processo de fragmentação da propriedade comunal do Estado micênico, originando (no chamado *período homérico*) uma enorme quantidade de novos proprietários privados, formando uma nobreza hereditária, proprietária rural, onde seus representantes vieram a tornar-se os novos senhores das populações agrícolas que no período micênico estavam submetidos ao poder do rei. Na verdade, a comunidade primitiva de Engels já havia desaparecido na Grécia há pelo menos mil anos antes dos poemas homéricos.

Este “processo evolutivo” apresentado por Engels em *A Origem da Família* apagava o conceito de modo de produção asiático que Marx havia desenvolvido e que considerava fundamental para a compreensão do surgimento da sociedade de classes na Grécia e Roma antigas, pois, Marx, como demonstramos, considerava esta forma “asiática” como uma forma *universalmente transitória* entre a comunidade primitiva e a sociedade escravista greco-romana. Era o modo de produção asiático que Marx considerava fazer a *mediação* entre as sociedades sem classes sociais e as sociedades de classes.

Assim sendo, poderíamos pensar que os críticos de Marx teriam razão em chamá-lo de “evolucionista” e até mesmo de “profeta”, pois, segundo esta teoria “evolucionista”, todas as sociedades teriam que passar pelo mesmo processo histórico até chegar ao capitalismo e, daí sim, evoluir para uma sociedade “comunista”. Se justificaria também a “teoria da história” de Stalin, por exemplo, de que a história conhece apenas cinco tipos “fundamentais” de relações de produção (ou seja, de modos de produção): o comunismo primitivo, a escravidão, o feudalismo, o capitalismo e o socialismo, suprimindo a forma asiática.

Stalin, por exemplo, somente pôde apresentar suas cinco formas de relações de produção acima citadas, como sendo as “cinco formas *fundamentais* de relações de produção”, ao basear-se em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, de Engels, que apresenta a formação do Estado Ateniense como a forma *típica* da formação do Estado em geral. No entanto, o próprio Engels somente pôde universalizar esta pseudo-formação do Estado Ateniense ao “recortar” a formação gentílica iroquesa e “colá-la” na pré-história “gentílica” grega (período este que as escavações arqueológicas demonstraram, ao descobrirem as ruínas da civilização creto-micênica, ser muito diferente daquele previsto por Engels).

Mas, mais grave ainda é o fato de que ao aceitar as teorias de Engels sobre a pré-história, Stalin suprimia a categoria de modo de produção asiático que Marx havia elaborado e considerado fundamental para a compreensão não somente do passado dos povos asiáticos (além dos “americanos”, dos germânicos e dos eslavos), mas, principalmente, para a compreensão das origens da Grécia e de Roma, que foram as sociedades em que primeiro surgiu a propriedade privada, a sociedade de classes e a luta de classes, em uma palavra: onde surgiu, segundo Marx, a *História Universal* (*Weltgeschichte*).

Enquanto Marx estava vivo, não se percebe uma grande diferenciação na forma de pensar de ambos (Marx e Engels), ainda que muitos estudiosos percebam algumas diferenças de concepção já em *Anti-Duhring*, que começou a ser escrita por Engels em 1875 e publicado em 1876. As diferenças de concepções entre Marx e Engels somente tornam-se patentes nas obras de Engels *posteriores* à presença de Marx, ou seja, somente após sua morte em 1883 (*A Origem da Família...*, por exemplo, é de 1884, mas há também outros escritos de Engels que pensamos haver uma incoerência com relação ao pensamento de Marx como, por exemplo,

em *Dialética da Natureza*, escrito por Engels entre 1873 e 1882, mas publicados somente depois de sua morte).

Pensamos ser fundamental que os estudiosos marxistas de um modo geral repensem as teorias que atribuem a Marx e Engels uma única e mesma forma de pensar. Marx e Engels fizeram alguns trabalhos e estudos juntos, mas, desenvolveram concepções históricas diferentes, principalmente, como dissemos, após a morte de Marx, como fica evidente, por exemplo, em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*.

Somente fazendo esta separação entre a concepção *dialética* da história de Marx e a concepção “antropologizada” de Engels é que poderemos perceber a riqueza do pensamento de Marx, poderemos perceber aquelas concepções históricas que são de Engels e as que são de Marx (que pensamos ser fundamental para compreender o pensamento de um e de outro).

Para Marx, a história é a história da luta de classes e o processo de desenvolvimento histórico é o processo de separação (*Trennung*) do homem com relação às condições objetivas de existência. É o processo que nega a propriedade das condições objetivas de existência à grande massa dos produtores diretos. Ou seja, é o processo que separa o homem de sua origem comunal, que o separa da terra como laboratório natural e fonte de matéria-prima para sua atividade, dos instrumentos e meios de produção e dos meios de subsistência representados pelo fundo de consumo, concentrando-os como propriedade privada nas mãos de um número reduzido de não-trabalhadores que se apropriam gratuitamente do trabalho alheio, do trabalho da grande massa da população.

Neste sentido, para Marx, a sociedade comunista do futuro realizaria a reunificação entre os homens e a natureza, realizaria a reunificação daquela forma originária de relação social. Essa forma original seria, porém, reposta sob um patamar muito superior ao estágio antigo. Agora o homem, consciente de si e de todo o processo histórico passado, senhor de si e da natureza, lançaria a humanidade a viver relações sociais verdadeiramente humanas, livre não apenas da dominação do homem pelo homem, mas, também, livre de todos os preconceitos e estupidez do passado, livre, ainda, do trabalho como fardo e necessidade insuperável. Somente no comunismo o homem tornar-se-ia realmente indivíduo, pois somente aí haveria a possibilidade do pleno desenvolvimento de todas as capacidades físicas e mentais de cada ser humano.

Assim, seria no comunismo que Marx acreditava realmente começar a História, porque somente ali haveria um controle consciente e racional dos homens sobre as forças da natureza, porque somente aí a riqueza social seria destinada a satisfazer as necessidades da humanidade e não de apenas uma parte dela. No comunismo a plenitude humana se realizaria e, junto com ela, se realizaria também a Filosofia, porque somente ali o amor dos homens pelo saber superaria o amor pela riqueza privada e o poder.

Bibliografia:

a) Obras de Marx e Engels

MARX, Karl – **Das Kapital**. Marx-Engels Werke (MEW), Band 23, 24 e 25. Dietz Verlag
Berlim, 1977.

_____. **El Capital** – Tomos I e III. Fondo de Cultura Económica, México, 4ª Edição, 1966.

_____. **Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie**. MEW. Berlim, Dietz Verlag,
1974.

_____. **Grundrisse: lineamientos fundamentales para la critica de la economia politica
1857/58**. México, Fondo de Cultura Económica, 1985.

_____. **Formaciones Económicas Pré-Capitalistas**. Córdoba, Pasado y Presente, 1972.
(editado por Eric Hobsbawm).

_____. **Die ethnologischen Exzerptheft**. Berlin. Suhrkamp Verlag. 1976. (Herausgegeben
von Lawrence Krader).

_____. **Los Apuntes Etnologicos de Karl Marx**. Madrid. Ed. Siglo Veintiuno. 1998.
(editado por Lawrence Krader).

_____. **Zur Kritik der politischen Ökonomie**. MEW 13. Dietz Verlag berlim, 1967.

_____. **Para a Crítica da Economia Política**. SP, Nova Cultural, 1996.

_____. **O Método da Economia Política**. Tradução de Fausto Castilho. IFCH/Unicamp.
1996.

_____. **Miséria da Filosofia**. RJ, Ed. Leitura, 1965.

ENGELS, Friedrich. **Der Ursprung der Familie, des Privateigentums und des Staats**.
(Marx-Engels Gesamtausgabe – MEGA), Band 29. Berlin, Dietz Verlag, 1990.

_____. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. RJ. Ed. Bertrnd
Brasil. 1995. 13ª edição.

_____. **Dialektik der Natur**. MEGA, Band 26. Berlim, Dietz Verlag, 1988.

_____. **Dialética da Natureza**. SP, Paz e Terra, 1991.

- _____. **Herrn Eugen Dühring umwälzung Wissenschaft.** MEGA, Band 27. Berlim, Dietz Verlag, 1988.
- _____. **Anti-Dühring.** Paris, Ed. Sociales, 1950.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Manifest der Kommunistischen Partei.** MEW, Band 4. Berlim, Dietz Verlag, 1959.

_____. **Manifesto do Partido Comunista.** Marx e Engels, Obras Escolhidas vol. 1. RJ, Vitória, 1963.

_____. **Die deutsche Ideologie.** MEW, Band 3. Berlin, Dietz Verlag, 1973.

_____. **A Ideologia Alemã.** SP, Ed.Moraes, 1984.

_____. **Carteggio.** In: Opere. Roma. Ed. Riuniti. 1972.

_____. **Cartas.** In: Marx e Engels. Obras Escolhidas. RJ, Vitória, 1963.v.3

_____. **Sobre o Sistema Colonial del Capitalismo.** Madrid. Ed. Akal. 1976.

_____. **Sobre el Modo de Produccion Asiatico.** Barcelona, M. Roca, c 1969. (editado por Maurice GODELIER).

_____. **Sobre o Colonialismo.** Coleção Teoria, n° 42, Ed. Estampa, Lisboa, 1978.

b) Obras de consulta geral

ANDERSON, Perry – **Passages from Antiquity to Feudalism.** London: NLB, 1974.

ASSADOURIAN, Carlos S. et Alii – **Modos de Produccion en America Latina.** Córdoba: Pasado y presente, 1973.

AUSTIN, M.et VIDAL-NAQUET, P. **Economies et sociétés em Grèce Ancienne.** Colim A., 1972.

AVDJEV, W. I. **Geschichte des Alten Orients.** Berlim, Volkseigner Verlag, 1953.

BARTRA, Roger – **El Modo de Produccion Asiatico: Antologia de Textos Sobre Problemas de la Historia de los Países Coloniales.** Mexico: DF: Era, c 1969.

- BENOIT, Hector. **A Luta de Classes como Fundamento da História.** In Caio Navarro de Toledo (org): **Ensaio sobre o Manifesto Comunista.** Ed. Xamã- IFCH/Unicamp, SP, 1998.
- _____. **Da Dialética da Natureza à Derradeira Estratégia Política de Engels.** In Armando Boito Jr. e outros (organizadores): **A Obra Teórica de Marx.** Ed. Xamã- IFCH/Unicamp, SP, 2000.
- _____. **Notas Sobre as Temporalidades nos Diálogos de Platão.** SP, Boletim do CPA. Ano V, números 8/9, IFCH/Unicamp, 1990.
- BETTELHEIM, Charles – **A Transição para a Economia Socialista.** RJ: Zahar, 1969.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. – **Modo de Produção Asiático: Nova Visita a um Velho Conceito.** RJ: Ed. Campus, 1990.
- _____. **Antigüidade Oriental: política e religião.** SP. Contexto, 1990.
- _____. **América Pré-Colombiana.** SP. Ed. Brasiliense. 8ª edição. 1996.
- CERM. **Sur les Sociétés Pré-Capitalistes.** Paris: Éditions Sociales, 1970.
- _____. **O Modo de Produção Asiático.** Lisboa: Seara Nova, 1974.
- CHESNEAUX, Jean [et al], **El Modo de Producción Asiático.** México, DF: Grijalbo, c. 1969.
- COGGIOLA, Osvaldo. **Manifesto Comunista: Karl Marx e F. Engels.** SP. Ed. Boitempo. 1998.
- DIAKOV, M. et KOVALEV, S. **Histoire de l'Antiquité.** Moscou, Editions em Langues Etrangères.
- FINLEY, M. I. **Les Premiers Temps de la Grèce.** Paris. Tradução francesa, Maspero, 1973.
- _____. **The Mycenaean Tablets and Economic History.** Economic History Review, 1957-1958.
- _____. **Grécia Primitiva: Idade do Bronze e Idade Arcaica.** SP. Martins Fontes. 1990.
- FIORAVANTTI, Eduardo – **El Concepto de Modo de Produccion.** Barcelona: Ed. Península, 1972.
- HEGEL, Georges W. F. – **Lecciones Sobre la Filosofia de la Historia Universal.** Madrid: Revista do Ocidente, 3ª Edição, Tomos I e II.

- HIDALGO DE LA VEJA, Maria Jose. **Historia de la Grecia Antigua**. Salamanca. Ed. Universidad de Salamanca. 1998.
- HINDESS, Barry – **Modos de Produção Pré-Capitalistas**. RJ: Zahar, 1976.
- LAPA, José Roberto do Amaral – **Modos de Produção e Realidade Brasileira** (Antologia). Petrópolis: Ed. Vozes, 1980.
- LIEDMAN, S. E. **La Logique de Hegel et le Materialisme d'Engels**. In: **Friedrich Engels, Savant et Révolutionnaire**. G. Labica e M. Delbraccio (organizadores), P.U.F., 1977.
- LI MIN e XU GUANG. **História da China**. Pequim, Línguas Estrangeiras, 1985.
- LIMA, Rômulo de Araújo – **Em Busca da Dialética: Apontamentos acerca do Conceito de Modo de Produção**. Campina Grande: Furne, 1983.
- LUKÁCS. **História e Consciência de Classe**. Porto, Publicações Escorpião, 1974.
- LUPORINI, Cesare et alii. **El Concepto de "Formación Económico-Social"**. Córdoba: Pasado y Presente, 1973.
- MANDEL, E. **A Formação do Pensamento Econômico de Marx**. RJ, Zahar, 1968.
- MANGAS, Julio. **Textos para la Historia de la Grecia Antigua**. Madrid. Ed. Cátedra. 1986.
- MORGAN, L. H. **Ancient Society**. Printed by N. N. Hazra. Calcutta. First Indian Edition. S/d.
- _____. **A Sociedade Primitiva**. Lisboa. Ed. Presença/Martins Fontes. 2ª edição. S/d.
- MURRAY, Oswyn. **Grecia Arcaica**. Ed. Taurus. 1986.
- PARAIN, C. **Proto-História Mediterrânica e o Modo de Produção Asiático**. In: **O Modo de Produção Asiático**. Lisboa, Seara Nova, 1974.
- PEREGALLI, Enrique. **A América que os Europeus Encontraram**. SP. Ed. Atual. 21ª edição. 1994.
- PINSKY, Jaime (Org.). **História da América através de Textos**. Campinas. Ed. Unicamp.. 1986.
- PLATÃO. **A República**. Tradução J. Guinsburg. 2ª Edição, SP, DIFEL, 1973.
- RABHEL, B. **Escritos sobre Rusia**. Siglo XXI, México, 1980.
- RICHÉ, Pierre. **Grandes Invasões e Impérios**. Lisboa. Ed. Dom Quixote. 1980.

- RODRIGUEZ, A. Ruiz [et al] – **Primeras Sociedades de Clase y Modo de Produccion Asiatico**. Madrid: Akal, c 1978.
- SOFRI, Giani. **Il Modo di Produzione Asiatico: Storia di una Controversia Marxista**. Torino: G. Einaudi, 1978, 1969.
- SROUR, Robert Henry – **Modos de Produção: Elementos da Problemática**. RJ: Graal, 1978.
- STALIN, J. **Cuestiones del Leninismo**. Moscou, Lenguas Estrangeras, 1946.
- STUBBINGS, Frank H. **The Rise of Myceanean Civilization**. In: **The Cambridge Ancient History**. Third Edition. Volumen II. Part 1. Cambridge, 1973. Páginas 627 a 658.
- TERRAY, Emmanuel – **O Marxismo Diante de Sociedades “Primitivas”**. RJ: Graal, 1979.
- TÖKEI, F. **Le Mode de Production Asiatique**. In: *La Pensée*, 1964.
- TROITSKI, Evgueni – **Conceptions Non Marxistes du Socialisme et Problèmes du Progrés Social en Asie et en Afrique**. Moscou: Progress, 1978.
- VERNANT, Jean Pierre. **As Origens do Pensamento Grego**. Ed. Difel. 1981. 3ª edição.
- VIDAL-NAQUET, P. **Karl Wittfogel et la Notion de Mode de Production Asiatique**. In: **La Démocratie Grecque vue d’Ailleurs**. Paris, Flamariom, 1990.
- WITTFOGEL, K. **Le Despotisme Oriental**. Paris, Minuit, 1977.
- WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. SP. Ed. Pioneira. 1987. 5ª edição.